



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Misael Junior Souza Magalhães

**QUESTÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: uma análise
sobre as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito
Federal**

BRASÍLIA
2021

MISAEEL JUNIOR SOUZA MAGALHÃES

**QUESTÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: uma análise
sobre as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito
Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Perci Coelho de Sousa
Orientador - Departamento de Serviço Social SER/UnB

Prof.a M.a Patrícia Cristina da Silva Pinheiro
Examinadora Interna - Departamento de Serviço Social SER/UnB

Profº Benny Schasberg
Examinador Externo- UnB

Prof.a Ms. Maria Luiza Pinho Pereira

Suplente- Externo

Aprovada em

BRASÍLIA, 2021

Esse trabalho é dedicado a Roselita (mainha) Izaira (mãe velha), mulheres guerreiras que lutaram para criar os seus filhos na dura realidade do interior pobre e carente do Sertão baiano. À Maristela, mãe e avó da ARIS Porto Rico. À todas as mulheres, mães e avós, do sertão nordestino e das ARIS do DF, que lutam pelo acesso à água potável, pela vida digna.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, ao universo, ao poder maravilhoso da criação que me fez estar aqui escrevendo essa monografia. Agradeço à minha mainha, Roselita, por ter me dado a vida e lutado tanto, com muito pouca condição para cuidar, para me educar, para incentivar e apoiar o caminho que sigo atualmente. Gratidão mainha, hoje e sempre.

Agradeço a minha irmã Talita por fazer parte da minha vida e está me apoiando sempre. Agradeço o meu pai de criação João que me apoiou e incentivou nos estudos desde sempre. A minha companheira Geovana por me apoiar, me incentivar, me fortalecer nos momentos de desânimo e por abraçar nas minhas escolhas e objetivos.

Agradeço os meus avós, meus tios e tias que me apoiaram e incentivaram na luta pelo diploma de faculdade. Em especial à Minha Tia Luzia, primeira pessoa de toda a família a ter diploma de ensino superior, pelo apoio e inspiração. Agradeço aos meus amigos de infância José, Jorge, Tom e Diego. Agradeço aos meus amigos do curso de Serviço Social, dos rolês que estiveram presentes nesse momento da minha vida: Café, Manu, Daniel, Paulo, Babi, Sofia, Rhaiza, Mateus, Diogo, Jonas, Israel, Juliana, Tenorio, Gabi, Ana, Leticia, Rane, Marta, Bea, Michele, Léo, Gabriel, entre outros e outras.

Agradeço aos meus amigos da CEU: Paulo, Kayque, Lucas, Adriano, Raposa, Andrezão, Netão, Ghey, Leandro, Diogo, Junior, Deo, Luiz, Flavio, Thiago, Andre, Gustavo,, Victor, Pete, Guilherme, Rafael, Marcondes, Bernardo, Luana, entre várias outras pessoas maravilhosas. Agradeço a Hakila, Geisa, Tati, Estefânia, Edinho, Minho, Jaire, Stenio, Ton, Bia, Rebeca, Miriam, Robson, Willian.

Gratidão Prof^o Perci nessa trajetória desde as disciplinas, ao Projeto Vida e Água e a orientação do TCC. Agradeço aos professores do departamento de Serviço Social, aos servidores e funcionários da UnB e da CEU. Agradeço todas e todas do Projeto Vida e Água para ARIS em especial à Prof^o Maria Luiza, Benny, Gilberto, Larissa, Alexandre, Presilina, Emilene, Maristela, Ivanete, Xucurú, Yasmim, entre vários outros que contribuíram para esse trabalho. Esse TCC também é fruto de uma construção coletiva.

RESUMO

Este presente trabalho se refere à uma análise da Questão Urbana e Segregação Socioespacial no Distrito Federal, especialmente nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS). A pesquisa tem como foco a ausência de água potável nas ARIS como fruto dessa segregação socioespacial e das contradições da Política Urbana no DF. A partir de uma revisão bibliográfica, centrada nas discussões acerca da Questão Urbana, dos clássicos ao contexto contemporâneo, da Política Urbana no Brasil e por fim, da construção socioespacial do DF e os impactos sobre a segregação socioespacial das camadas populares nas ARIS. Esse trabalho se configurou como uma experiência de observação participante da Pesquisa-ação do Projeto Vida e Água para ARIS da Universidade de Brasília (UnB), que atuou no empoderamento das redes sociais e das comunidades na luta pelo direito à água potável para as famílias que vivem em emergência sanitária por conta da Covid-19 durante a vigência do Edital do COPEI (Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid-19). Esse trabalho buscou demonstrar a partir da trajetória e do engajamento do autor no Projeto Vida e Água para ARIS, como a Questão Urbana e Segregação Socioespacial se materializa no território do DF e afeta, principalmente, as camadas populares que vivem nas áreas de regularização.

Palavras-chaves: O desabastecimento de água nas ARIS. Sindemia. Questão Urbana. Segregação Socioespacial. Política Urbana DF. Projeto Vida e Água para ARIS.

ABSTRACT

This present work refers to an analysis of the Urban Question and Socio-spatial Segregation in the Federal District, especially in the Areas of Social Interest Regularization (ARIS). The research focuses on the absence of drinking water in the ARIS as a result of this socio-spatial segregation and the contradictions of Urban Policy in the DF. From a literature review, centered on discussions about the Urban Question, from the classics to the contemporary context, Urban Policy in Brazil and finally, the socio-spatial construction of the DF and the impacts on the socio-spatial segregation of the popular classes in the ARIS. This work was configured as a participant observation experience of the Action Research of the Life and Water Project for ARIS at the University of Brasília (UnB), which acted in the empowerment of social networks and communities in the fight for the right to drinking water for families who they live in a health emergency on behalf of Covid-19 during the validity of the COPEI Notice (Committee for Research, Innovation and Extension to combat Covid-19). This work sought to demonstrate, based on the author's trajectory and engagement in the Life and Water Project for ARIS, how the Urban Question and Socio-spatial Segregation materializes in the DF territory and mainly affects the popular classes that live in the regularization areas.

Keywords: Water shortages in the ARIS. Syndemic. Urban Question. Sociospatial Segregation. DF Urban Policy. Life and Water Project for ARIS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos recursos destinados a obras e projetos por RA.....	37
Figura 2- Base de dados ARIS.....	40
Figura 3- Fases da Pesquisa- Relação entre pesquisa-ação e pesquisa clássica.....	44
Figura 4- Organização do Projeto Vida e Água para ARIS.....	45
Figura 5- Tese do 4 por 4 do Projeto Vida e Água para ARIS.....	46
Figura 6- Complexo Viário Governador Roriz.....	48
Figura 7- Fluxo de viagens.....	49
Figura 8- Linhas: Granja do Torto - Rodoviária do Plano Piloto.....	50
Figura 9- Linhas: Noroeste- Rodoviária do Plano Piloto.....	50
Figura 10- Reunião temática de geoprocessamento.....	51
Figura 11- ARIS Dorothy Stang.....	52
Figura 12- Imagem aérea da ARIS Dorothy Stang.....	53
Figura 13- Imagens de uma rua da ARIS Dorothy Stang.....	54
Figura 14- ARIS Mestre D'Armas III.....	55
Figura 15- Ocupação CCBB.....	58
Figura 16- Escolinha do Cerrado/ocupação CCBB.....	58
Figura 17- Escolinha do Cerrado destruída.....	59
Figura 18- Ocupação CCBB.....	59
Figura 19- Ocupação CCBB.....	60
Figura 20- Serrinha Paranoá.....	62
Figura 21- Água envasada emergencial da Serrinha Paranoá.....	63
Figura 22- Água envasada emergencial distribuída na Casa Vida e Água.....	63
Figura 23- Mapa da localização das ARIS e ARISI.....	65
Figura 24- Desocupações na ARIS Porto Rico, Santa Maria-DF.....	67

LISTA DE ANEXOS

Anexo A.....	74
Anexo B.....	82
Anexo C.....	93
Anexo D.....	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARINE - Áreas de Regularização de Interesse Específico.

ARIS - Áreas de Regularização de Interesse Social.

BNH - Banco Nacional da Habitação

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

COPEI-Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate ao Covid.

CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DF - Distrito Federal.

GDF - Governo do Distrito Federal.

IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada

IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ITBI- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal.

PNH- Política Nacional de Habitação

RA - Região Administrativa.

SEDUH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

SFH- Sistema Financeiro de Habitação

TCC- Trabalho de conclusão de curso

UNB- Universidade de Brasília

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1- Questão Urbana e segregação social: o debate do clássico ao contemporâneo....	13
1.1 Questão Urbana na gênese do capital na crítica da economia política.....	13
1.2 Crítica à visão conservadora das cidades.....	17
1.3 Debates da Questão urbana e segregação socioespacial à partir da crítica urbana.....	23
Capítulo 2- Questão Urbana no contexto da Política Urbana brasileira.....	26
2.1 Revisando a Política Urbana crítica de Ermínia Maricato.....	26
2.2 A Construção socioespacial do DF.....	29
2.3 A Política de ordenamento Territorial do DF.....	33
Capítulo 3- As ARIS e o processo de luta pelo direito à cidade.....	38
3.1 Projeto Vida e Água para ARIS e a pesquisa-ação.....	38
3.2 As ARIS do DF: mais que um produto da Questão Urbana	47
3.3 A importância dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à cidade no DF..	56
Considerações Finais.....	67
Referências.....	71
Anexos.....	74

Introdução

Estamos num momento histórico em que a problemática do desabastecimento da água potável nas cidades tem chamado a atenção não só das autoridades de governo mas também de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, esse trabalho de conclusão de curso(TCC) foi elaborado. Todo esse caminho feito nesta pesquisa, no desenvolvimento individual do meu engajamento no Projeto Vida e Água para ARIS¹, minha trajetória acadêmica e os caminhos que encontraram e abraçaram todo esse movimento coletivo pela luta à água. O Vida e Água para além de ser um projeto da UnB é um projeto de toda a comunidade, para toda a comunidade e pelo direito à visibilidade e à dignidade humana.

Eu nasci e cresci em meio ao semiárido baiano de Macaúbas, cidade interiorana do sertão da Bahia. Na seca não vivemos, sobrevivemos. Lá faltava água para tudo, sobrando às vezes, somente a de beber. Tínhamos que deslocar quilômetros para buscar água nos vizinhos, levar o gado para saciar a sede em pouquíssimos tanques e lagoas que não tinham secado ainda. Faltava água para banho, para a plantação, para tudo. Lá era por causa do clima. Os mais velhos diziam ser castigo de Deus. Hoje sabemos que o clima tem a sua boa parcela de culpa. O homem é um grande culpado também, o pior talvez. Malditos coronéis que ganham com a sede do povo pobre... Malditos sejam eles.

Quando cheguei em Brasília me encantei pela cidade, pela diversidade, pela abundância de um bem precioso: a água. Um lago gigantesco, as longas chuvas de verão, água para todos os lados. O berço das águas do Brasil. Em Brasília tem muitos problemas, muitos mesmo, mas água? aqui é um oásis. Meus antepassados que passaram sede e fome, que pereceram nas duras secas do século passado, iam ver Brasília com um céu, terra farta e maravilhosa. Seria Brasília a terra prometida de onde brotaria leite e mel? o berço das águas onde ninguém passaria sede e fome?

O meu encanto logo desencantou, entristeceu. A ficha caiu. O mundo desigual, igual ao resto do país, do mundo injusto. Rico e Miserável. Esse é o adjetivo que eu resumiria Brasília com a “cabeça” que tenho hoje. Se Brasília é o berço das águas, por que milhares de famílias não têm o abastecimento garantido? Por que os mais pobres, periféricos do DF não têm acesso a um item tão básico para a existência humana? Será só em Brasília ou no mundo inteiro? por que as cidades são tão desiguais? Por que mesmo com tanta água, tantos passam

¹ Definidas pelo PDOT de 2009, às ARIS são áreas de interesse social habitado por pessoas de baixa renda (até cinco salários mínimos).

sede? Aqui no sertão a “culpa” é do clima e do coronel. Será que os “coronés” de Brasília são tão ruins assim?

Ao ingressar na UnB, tive, e estou tendo, a possibilidade de aprender, compreender a realidade de forma profunda e crítica, sem névoa e alienações. Aprender o porquê de faltar água num lugar já castigado e num lugar tão abençoado. A culpa é do Capital. Maldito seja o capitalismo que nega água, nega a cidade, nega a dignidade ao povo trabalhador e pobre. Nega o direito à vida. O curso me possibilitou essa visão, a oportunidade de se libertar, de entender como que as coisas realmente funcionam.

O TCC é justamente isso. Todo conhecimento adquirido, compartilhado, apreendido é aplicado a um trabalho de conclusão para me avaliar se estou apto ao diploma de graduação ou não. Este trabalho foi fruto de todo um engajamento no meio acadêmico, que veio desde os questionamentos das origens, e foi se desenvolvendo em disciplinas e projetos da universidade. A disciplina de Questão Urbana e Política Habitacional ministrada pelo Professor Perci Coelho de Souza no primeiro semestre de 2020 me inseriu nos estudos e reflexões sobre o meio urbano, a Política Urbana, sobre como se manifestam e o porque se manifestam as desigualdades na cidade. Nesse momento, dialoguei com ele sobre um tema que me interessa muito, que é sobre a contaminação de chumbo na cidade de Boquira- Bahia, local que nasci. Com a pandemia, as dificuldades e o encerramento das aulas me impossibilitou de desenvolver essa pesquisa, deixando-a pausada desde então.

Com o retorno das aulas de forma remota, fui convidado pelo Prof^o Perci para participar do Projeto Vida e Água para ARIS (Áreas de Relevante Interesse Social), o qual aceitei prontamente. Esse projeto foi um dos vários projetos aprovados pela UnB para enfrentamento ao Covid-19². Chamado atualmente de Projeto Vida e Água para ARIS tinha como nome inicial de “Enfrentando o COVID-19 e suas relações socioambientais: empoderamento de Redes Locais para acesso à água como direito nas ARIS do DF”.

O projeto Vida e Água teve e têm um papel central na elaboração desse trabalho de conclusão de curso. Nesses quase dois anos de existência e um ano e quatro meses que participo, o projeto foi um espaço muito de muita discussão, de conhecimento, de compartilhamento e de luta em prol do direito à água, à cidade e a vida digna. Ingressei no projeto em agosto de 2020 como estudante matriculado na disciplina PESQUISA

² O COPEI é constituído a partir do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) e o Decanato de Extensão (DEX), com representantes de todas as unidades acadêmicas, sendo o curso de Serviço Social representado pela Prof^o Patrícia Cristina da Silva Pinheiro do Instituto de Ciências Humanas (ICH);

CIENTÍFICA EM GRANDES TEMAS 1/DEG (Decanato de Ensino de Graduação) à convite do Prof^o Perci Coelho de Souza do Departamento de Serviço Social. Segui matriculado nessa disciplina nos semestre seguintes com a “Grandes Temas” 2 e 3. Posteriormente, ainda em 2020, fui estudante bolsista do projeto recebendo bolsa de pesquisa³. Foi atuando no projeto que fui percebendo na prática o debate da Questão Urbana, a segregação socioespacial no território do Distrito Federal e sua expressão máxima apresentada na realidade das ARIS.

Essas áreas, passíveis de regularização para pessoas de baixa renda, são desprovidas de infraestrutura, de serviços públicos, de habitações de qualidade e do mais básico possível: abastecimento de água potável pela CAESB. Conforme PDAD(Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) de 2018, são um total de 264.800 habitantes não atendidos pelo GDF em 39 ARIS⁴.

Como que o berço das águas tem milhares de pessoas sem abastecimento ? Por que o Estado dificulta ou não garante esse acesso? Por que para o rico e as classes médias altas a cidade é mais estruturada e bonita?

Partindo destes questionamentos e das experiências, conhecimentos refletidos nas disciplinas, no Projeto Vida e Água e no meu engajamento e nas minhas reflexões e vontade pessoais e coletiva, que esse trabalho foi realizado. A metodologia utilizada neste trabalho, a teoria social crítica, foi fruto da junção de revisões bibliográficas, buscando uma análise da narrativa da Questão Urbana de Lojkin do contexto socioespacial do DF, juntamente com a metodologia da observação participante do autor dentro do projeto. Como problema, parti da seguinte reflexão: de que forma a segregação socioespacial se consolidou na Capital Federal e criou um novo "perímetro" da pobreza chamado ARIS em torno do Plano Piloto ? Como hipótese, os entraves e limitações históricos e estruturais da regularização das ARIS, segundo uma política urbana de segregação socioespacial reproduz, no caso das ARIS, o projeto dominante do capital no DF em detrimento do direito à cidade por parte da população dessa nova periferia urbana.

O trabalho está dividido em introdução, três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo é feita uma discussão teórica acerca da Questão Urbana e Segregação Socioespacial, do debate clássico ao contemporâneo, de Engels à Lojkin. No segundo capítulo é realizada uma discussão sobre a Política Urbana crítica de Ermínia Maricato no Brasil, contextualizando as raízes da construção socioespacial do país. Em seguida a

³ Bolsa de pesquisa financiada pelo recurso da bolsa proveniente do Edital COPEI-DPI/DEX N. 01/2020 – Apoio à Execução de Projetos de Pesquisas Científicas, Tecnológicas, de Inovação e de Extensão de Combate à Covid-19.

⁴ No anexo B têm informações acerca do abastecimento de água e do impacto da Covid-19 sobre as ARIS do DF.

discussão adentra no contexto do DF, da construção à consolidação do espaço socioespacial e da política de ordenamento territorial distrital.

No capítulo três foi apresentado o Projeto Vida e Água para ARIS, trazendo seus objetivos, suas ações e o meu engajamento dentro da pesquisa-ação. A Partir do trabalho coletivo do projeto e suas ferramentas como o geoprocessamento, demonstrei como a segregação socioespacial e as contradições da política urbana incidem sobre determinadas ARIS trabalhadas na pesquisa no DF. Neste capítulo foi apresentado também a importância dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade, bem como a importância da Universidade de Brasília (UnB) por meio do projeto, no empoderamento das comunidades e na luta por direitos.

Nas considerações finais foi apresentado os resultados das discussões feitas nos capítulos anteriores. Por meio das revisões bibliográficas e do debate da Questão Urbana e Segregação Socioespacial e da pesquisa-ação do Projeto Vida e Água é demonstrado como a Política Urbana atua no território do DF. As contradições da Política Urbana fazem dela um instrumento de privilégio das classes médias e altas do Planalto Central. O mesmo instrumento de privilégio de uns poucos é o instrumento da negação do direito à água, à cidade e de violência e autoritarismo perante as classes populares em seus muitos territórios, especialmente as ARIS que pela ausência de direitos são a expressão territorializada da violência e do autoritarismo de classe.

Este trabalho foi fruto da minha luta, da luta coletiva da UnB e do Projeto Vida e Água em prol do direito à água, do direito à vida e à dignidade humana. Do povo para o povo!

Capítulo 1- Questão Urbana e segregação social: o debate do clássico ao contemporâneo

1.1 Questão Urbana na gênese do capital na crítica da economia política

Para compreender o debate sobre a Questão Urbana é necessário uma retomada nas discussões que originaram o debate da urbanização capitalista e que definiram, em sua origem primordial, a cidade do Capital⁵. Nisso, partiremos do contexto da Revolução Industrial que promoveu mudanças profundas no modo de produção e reprodução do Capital e, concomitantemente, promoveu o desenvolvimento das cidades à ótica do capitalismo industrial.

A partir disso, iniciamos de uma breve discussão sobre a obra “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”(1844-1845) de Friedrich Engels⁶, considerada a gênese da Questão Urbana, que faz uma análise da classe trabalhadora na Inglaterra no contexto de industrialização. José Paulo Netto⁷ apresenta a obra demonstrando, inicialmente, a perspectiva de Engels com a cenário da obra:

“A Inglaterra que recebe o jovem comunista filósofo- e, mais especificamente, Manchester, onde ele se estabelecerá- é a oficina do mundo: ali, sob o comando do capital, a ordem burguesa, deflagrada a revolução industrial, constrói o seu perfil urbano industrial, trazendo consigo o seu inevitável acólito, o proletariado.” (Engels, p. 23, 2010).

Netto demonstra claramente a importância do cenário inglês nos estudos de Engels, que, inicialmente tinha como foco uma análise da história social da sociedade inglesa, redireciona o foco para a situação da classe trabalhadora. Com um intenso ritmo de estudo, acúmulo enorme de informações, combinado com a sua participação no movimento cartista ⁸, possibilitou a elaboração dessa incrível e inestimável obra (Engels, 2010,p.24). Segundo Netto, a obra engeliiana constitui a primeira análise das categorias constitutivas da economia

⁵ Mesmo não mencionado diretamente no trabalho, Marx fez uma grande contribuição ao formular a teoria marxista da renda fundiária que está na gênese do debate sobre a questão urbana no capitalismo.

⁶Friedrich Engels foi um empresário industrial e teórico revolucionário prussiano, nascido na atual Alemanha, que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Foi coautor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o Manifesto Comunista.

⁷José Paulo Netto é um escritor, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um reconhecido intelectual marxista brasileiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutorou-se também em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Netto fica responsável pela supervisão, apresentação e notas da obra A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.

⁸Movimento político reformista, apoiado pelos operários, ocorrido na Inglaterra entre 1837 e 1848, do qual resultou a Carta do Povo, com as reivindicações do movimento.

política que parte de uma visão dialética e comunista combinada com as experiências e os estudos do autor (Engels, 2010).

Segundo os estudos de Engels, o contexto de desenvolvimento industrial, mais precisamente entre 1830 e 1850, houve uma brutal pauperização das camadas populares urbanas, que viviam em péssimas condições de vida, consequência essa, proveniente do processo de industrialização seguida desse novo padrão de urbanização. A industrialização promoveu mudanças nas relações de produção, subordinando as classes populares à lógica do trabalho industrial, afetando a produção manufatureira e promovendo o desemprego e a imigração do campo para as cidades.

A lógica que o capitalismo assume no desenvolvimento industrial ultrapassa os limites da exploração, da degradação do trabalhador e do individualismo por si só. Engels descreve como a “ guerra social, a guerra de todos contra todos”, no qual o homem se torna um objeto de uso num mundo onde cada um explora o outro, o mais forte explora o mais fraco, ou seja, “os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida” (Engels, 2010,p.68). Diante da exploração e da insensibilidade da burguesia a situação da classe trabalhadora chega a consequências gravíssimas: morte por fome (Engels, 2010).

“Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. Os depoimentos das testemunhas podiam ser os mais claros e inequívocos, mas a burguesia – à que pertenciam os membros do júri – encontrava sempre um pretexto para escapar ao terrível veredicto: morte por fome. Nesses casos, a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma.”(Engels, 2010,p.69).

A precarização das condições de vida se relaciona principalmente à questão da habitação, seja pela estrutura em péssimas condições, seja pela localização espacial e pelo acesso à infraestrutura pública (pavimentação, saneamento, entre outros), e em relação à alimentação, vestimentas e o salário (Engels, 2010). Em relação a habitação, Engels descreve as condições dos “bairros de má fama”, regiões precarizadas habitadas pela classe operária nas grandes cidades da Inglaterra, como:

“Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular(...) Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento,

cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias” (Engels, 2010, p.70).

As péssimas condições de moradia das classes operárias são muito bem retratadas na obra engeliana. Os operários eram esfoliados com jornadas longas e pesadas de trabalho, muito mal remunerados e obrigados a viverem em habitações insalubres, muitas delas oferecidas e/ou alugadas pela própria burguesia industrial. Os locais são descritos como porões e becos reconhecidos pelo mal cheiro, pela sujeira, pelas estruturas deterioradas e em ruínas e pela população inglesa e imigrante miserável.

“Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão.” (Engels, 2010,p.71).

A análise feita por Engels de Manchester descreve os impactos da industrialização na estrutura da “velha” cidade e as novas expressões e problemáticas diante da “nova” cidade. Sendo a primeira cidade industrial do mundo, Manchester foi o exemplo de como a indústria modificou o processo de urbanização, as relações de trabalho e aprofundou ainda mais a exploração e uma pior condição de vida do trabalhador. Engels (2010) cita um trecho sobre o impacto da industrialização em Manchester:

“As poucas centenas de casas próprias da velha Manchester foram abandonadas há muito por seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fossem ocupadas pela massa de operários que hoje moram nelas; foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, a fim de abrigar aí as massas que compelia a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários desses estábulos alugá-los a altos preços, como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém-liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão.”(Engels, 2010,p.96).

A industrialização além de promover a ocupação de áreas existentes, promoveu uma construção de várias outras ocupações para atender a demanda de mão de obra operária. Entretanto, para a burguesia industrial pouco importava a qualidade das moradias operárias, sendo essas insalubres e inadequadas ao uso, condição comum nas cidades grandes. Conforme Engels:

“As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana.(...) Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. (...) A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos.” (ENGELS, 2010,p. 115-116).

O processo de industrialização, além de promover mudanças na organização do espaço geográfico da cidade, vai afetar o preço da terra, o que afeta a localização e as condições de moradias das classes operárias e pobres das cidades inglesas. Engels(2010), cita sobre o aumento do preço da terra em Manchester:

“onde ainda havia uma parcela de terra livre, construiu-se uma casa; onde ainda havia uma passagem supérflua, ela foi substituída por uma edificação; o valor da terra tornou-se mais alto com o desenvolvimento industrial e quanto mais subia, mais freneticamente se construía, sem a menor preocupação com a saúde e o conforto dos moradores, com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim.”(Engels, 2010, p.96).

A partir dessa breve discussão da obra de Engels é nítida a relação entre a urbanização com a industrialização capitalista. A cidade se torna um espaço indispensável ao desenvolvimento do capital industrial, estruturando-se em torno da lógica produtiva e manifestando as contradições entre as classes sociais. Ou seja, não é a fábrica que se organiza em torno da cidade, mas sim a cidade em torno da fábrica. Engels (2010) deixa claro essa relação de dominação do Capital industrial no seguinte trecho:

“o fato de tomar (teórica e analiticamente) a urbanização moderna como variável da industrialização capitalista permite-lhe escapar do empirismo no tratamento que dá às grandes cidades; os dados factuais de que dispõe são articulados a partir dessa chave heurística e fornecem uma perfeita sinopse da modalidade de emergência da cidade que o domínio do capital amolda às suas exigências”(Engels, 2010,p.32).

Engels contribui de forma muito importante para as ciências sociais com esse estudo sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra e como a industrialização modificou a lógica de produção e reprodução social. Uma discussão que, segundo Netto(2010), aprofunda o conhecimento do caráter concentrador e centralizador da industrial no seu aspecto econômico com a concentração de riqueza, social com a polarização de classe e o surgimento da classe operária e no aspecto ecológico com a urbanização. Nesse sentido, entender a

gênese da urbanização capitalista é o passo inicial para adentrarmos nas discussões acerca da Questão Urbana.

1.2 Crítica à visão conservadora das cidades

Esse tópico ficará responsável por apresentar o debate crítico da Escola Marxista Francesa em contraponto aos debates da Escola de Chicago⁹. Nesse contexto, os estudos urbanos começam a se apropriar da teoria marxista para compreender o contexto urbano industrial, bem como o urbano na contemporaneidade.

Em meados da segunda metade do século XX, surge na França um pensamento sociológico crítico que se contrapõe aos debates hegemônicos da Escola de Chicago acerca do espaço urbano. Nomeado de Nova Sociologia Urbana¹⁰, foi iniciativa de Henri Lefebvre, Jean Lojkin e Manuel Castells e promoveu uma renovação teórica nos estudos urbanos. Segundo Souza¹¹(2005) essa renovação teórica:

“Essa renovação teórica, também conhecida como a “nova sociologia urbana” ganhou projeção nos meios acadêmicos a partir dos anos de 1960 dando início a um fecundo processo de conversão da análise desse objeto. Esses estudos desnudaram o problema que a Escola de Chicago, (até então hegemônica nas pesquisas sobre a cidade industrial), se recusava a enfrentar, isto é, como se operam os processos de segregação socioespacial condicionados pela lógica interna do capital?”(SOUZA, 2005,p.60).

Essa mudança conceitual e na análise do objeto propiciou um conhecimento aprofundado das raízes da questão urbana e se tornaram referências aos estudos urbanos.

⁹Fundada em 1890, graças à generosidade de John D. Rockefeller (que a financiou até o ano de 1910, totalizando a cifra de 45 milhões de dólares), essa Escola tornou-se uma referência intelectual mundial, muito em função do intercâmbio intelectual com a Europa, obtendo a transferência de importantes pensadores, especialmente os emigrados da Alemanha durante o final do século XIX. Mas, o período que vai consagrá-la no cenário sociológico acadêmico internacional ficará circunscrito aos anos de 1915 a 1940.

¹⁰A chamada nova sociologia urbana moderna nasce em solo francês com o texto seminal de Henri Lefebvre, *Le droit à la ville* (1968). Entretanto, o debate que nos interessa destacar tem sua origem na corrente marxista francesa do pensamento sociológico contemporâneo, notabilizada entre os anos de 1972-1982, quando teve como eixo temático a Questão Urbana.

¹¹Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB. Integrante do Grupo de Pesquisadores do CNPq Locuss-UnB.

Souza (2005,p.63) sugere como protagonistas dessa crítica Castells¹² e Lojkine¹³, que tiveram visibilidade no meio acadêmico pelos estudos realizados por todo mundo. Esses dois autores inicialmente fazem uso de categorias marxistas para explicar a cidade no contexto pós guerra e, posteriormente, seguem caminhos interpretativos totalmente distintos dessas categorias marxistas.

Tanto Castells e Lojkine, se inspiraram no resgate do pensamento iniciado por Marx e Engels na discussão urbana. As discussões desses clássicos foram de extrema importância para o pontapé inicial da crítica ao pensamento hegemônico da Escola de Chicago. Ao se voltarem aos clássicos esses autores conseguem se apropriar das reflexões sobre como o processo de industrialização impactou no urbano e na relação cidade- campo.

“Alocamos a origem do pensamento marxista sobre o urbano na primeira metade do século XIX, período em que se verificou a primeira onda de expansão industrial na Europa, que não demorou a se alastrar pelo mundo. Naquele período encontramos as críticas sociais pioneiras sobre a cidade em textos de Marx e Engels, quando ambos buscaram ultrapassar a dicotomia cidade-campo na descrição de seus fenômenos aparentes. O tratamento mais particularizado desse tema pode ser encontrado nas obras: Situação da classe operária na Inglaterra (1845) e Questão da habitação (1872), ambas de autoria de Engels” (SOUZA, 2005,p.65).

Como demonstrado no primeiro tópico deste capítulo, Engels têm uma importância enorme na análise do espaço urbano-industrial e os impactos desse desenvolvimento do Capital no modo de produção e nas relações de trabalho. Castells e Lojkine se inspiraram em elementos marxistas na obra Ideologia Alemã (1846) de Marx e Engels, no que tange a divisão social do trabalho, que subordina o trabalho urbano, bem como o rural, e, como as mudanças tecnológicas, de concentração de população e nas relações de trabalho provindas da industrialização afetaram tanto o meio urbano, quanto o rural (SOUZA, 2005, p.66). A partir

¹²Manuel Castells nasceu na Espanha em 1942, emigrando para a França aos 20 anos. Em 1973, professor de Sociologia na *École Pratique des Hautes Études* (Sorbonne, Paris), dirige o Seminário de Sociologia Urbana, tendo a seu encargo o Seminário de Metodologia do Doutorado em Sociologia, sendo responsável pela equipe de pesquisa urbana do Centro de Estudos dos Movimentos Sociais dessa instituição. Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris, em 1967, tem sido, sucessivamente, pesquisador do Laboratório de Sociologie Industrielle (Universidade de Paris), professor da Universidade de Paris – Nanterre, professor e consultor da UNESCO na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e também professor visitante do Centro de Desenvolvimento Urbano da Universidade Católica do Chile.

¹³Jean Lojkine formou-se em Filosofia, em 1964, na Universidade Sorbonne. Doutorou-se em 1976, com tese orientada por Alain Touraine, *Le marxisme, l'État et la question urbaine* (1977), publicada no Brasil com o título *O Estado capitalista e a questão urbana* (1981). Coordenou pesquisas no *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS). Vinculou-se ao Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais, dirigido por Robert Castel. Seu objeto de estudo é a sociedade contemporânea, suas leis e pressões, de natureza social ou extra-social, às quais os atores de transformação social são remetidos, voluntária ou involuntariamente. A trajetória intelectual deste pesquisador é por ele mesmo visualizada fazendo relação de seus eixos sobre algumas temáticas, entre as quais: O Estado e o urbano, consenso, consentimento e hegemonia, assalariado moderno e revolução informacional.

dessa gênese da discussão Marxista acerca do urbano que os autores franceses estruturaram a crítica inicial a Escola Americana.

Voltando ao foco da crítica francesa, a Escola de Chicago se hegemonizou diante de todo um contexto de crescimento industrial e urbano. Por conta do progresso econômico e das intensas migrações rurais e de estrangeiros, Chicago tornou-se uma referência hegemônica do progresso capitalista industrial (SOUZA,2005). Souza (2005) cita a importância das migrações europeias no progresso industrial e urbano nas cidades estadunidenses:

“Enquanto Marx e Engels desenvolviam suas pesquisas nas cidades industriais inglesas, avaliando os efeitos da onda do “espectro revolucionário” que varreu a Europa nos idos do pós-1845, do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América, o ritmo de industrialização e urbanização induzia um clima de entusiasmo que animava as correntes migratórias de trabalhadores e intelectuais da Europa Central. Esse fluxo migratório em larga escala dirigia-se às cidades industriais nascentes naquele novo mundo.”(SOUZA, 2005,p.67)

Nesse contexto, surge a Universidade de Chicago ou Escola de Chicago, referência artística, cultural e científica Norte-Americana. Seus pesquisadores se baseiam na Ecologia Humana, posteriormente chamada de Ecologia Urbana, na tentativa de compreender a realidade social das grandes cidades. Esse pensamento fundamentou um campo teórico-metodológico denominado Ecologia Humana que compreende:

"Os pensadores e pesquisadores dessa escola sofreram forte influência do evolucionismo e do organicismo, duas vertentes importadas da Inglaterra. Instituições sociais são estudadas como se fossem plantas, animais, homens: “organismos vivos” (organicismo). Através do tempo, estuda-se o seu desenvolvimento por analogia com a evolução das espécies ou o período de vida de um ser vivo. A analogia é com a vida orgânica que nasce, cresce, tem a sua maturidade, envelhece e morre, fechando-se o ciclo da vida” (FREITAG, 2008,p.109).

Segundo Freitag (2008), o pensamento da escola americana parte também de uma visão moral para refletir sobre os espaços sociais e as áreas de segregação social. As áreas de segregação representam um modelo de cidade visto a partir do multiculturalismo, das diferentes culturas, línguas e tradições, que produzem os “movimentos urbanos” (dos emigrantes e imigrantes) que resultam em conflitos e na produção de áreas segregadas (FREITAG, 2008,p.108 apud PARK, 1926).

A Escola de Chicago tem o seu pensamento estruturado em raízes conservadoras do funcionalismo,do pragmatismo e do interacionismo simbólico. Souza(2005),deixa claro a subordinação das pesquisas a sua relação e utilidade em relação às cidades e a própria Chicago.

“Partindo desses princípios, todo o desenvolvimento das pesquisas da Escola de Chicago vai ser demarcado pela produção, em larga escala, de uma espécie de

“mosaico” bem diversificado de retratos das cidades daquele país, sobretudo da própria Chicago. Tais pesquisas se orientaram para tentar identificar fenômenos particulares que pudessem ser dissecados cientificamente de maneira a produzir resultados úteis para aplicações práticas, num discurso interpretativo adequado aos interesses, especialmente dos governantes locais, diante dos problemas sociais explosivos gerados nas cidades industrializadas. Segundo essa Escola, as cidades deveriam ser entendidas enquanto objetos dessa ação interpretativa-interventiva-governamental.”(SOUZA, 2005,p.69).

Nesse contexto, Castells e Lojkine surgem como os maiores expoentes na Nova Sociologia Francesa, trazendo críticas aos limites do pensamento da Escola estadunidense. Esses pensadores propuseram ir além dos limites ontológicos estadunidenses e difundir um olhar histórico-social sobre a cidade (SOUZA, 2005). Com a repercussão desses estudos no âmbito internacional, o contexto político¹⁴ e os debates sobre a segregação socioespacial contribuíram para a elaboração da Questão Urbana (1972) por Castells e do Estado Capitalista e Questão Urbana (1977) de Lojkine. A partir dessas e de outras discussões, os pesquisadores franceses deram início à crítica à Escola de Chicago.

“No pós-1968, a perspectiva marxista francês caracterizou-se, entre outros aspectos, por abrir uma frente de crítica aos fundamentos do pensamento sociológico predominante na época, especialmente à Escola de Chicago, por entender que esta vertente estaria reduzindo o tratamento da Questão Urbana aos aspectos exteriores do modo de produção capitalista, particulares, escamoteando, consciente e inconscientemente, a lógica do capital subjacente à dinâmica da composição urbano-industrial que havia sido anteriormente denunciada pelos clássicos Marx e Engels.”(SOUZA, 2005,p.72).

A sustentação da crítica pelo Marxismo foi necessária para a compreensão das múltiplas expressões da problemática urbana como as questões econômicas, políticas e a luta de classe, bem como a lógica estrutural do Capital, algo distante da visão da Escola de Chicago. A crítica desses autores traz à tona a perspectiva funcionalista, estruturalista da Escola de Chicago, que dentro do que foi demonstrado na análise neste tópico, se constrói dentro de uma visão deturpada e compactuada com a lógica da dominação do Capital no meio urbano. Segundo Souza (2005), os autores a partir da crítica ao Estado Capitalista, “propunham uma leitura da cidade com base em Poulantzas (Castells), ou em Boccara, com sua teoria do Capitalismo Monopolista de Estado (Lojkine, 1997).”

Para além da crítica aos conservadores da Escola estadunidense, Castells e Lokine seguem caminhos distintos para analisar esse novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das condições gerais de produção. Essa nova feição do Estado capitalista

¹⁴Segundo Souza(2005, p.71) about (Amiot, 1986) esses estudos e pesquisas foram influenciados e permeados pelo contexto político promovido pelos acontecimentos relacionados ao movimento estudantil francês como “Maio de 68”.

contemporâneo perpassa um novo estágio de monopólio, posterior à fase concorrencial analisada por Marx: o Capitalismo Monopolista de Estado.

Se estruturando nas raízes Marxistas, esses autores vão tomar linhas de estudos e teóricas distintas o que resultará num debate interno entre os neomarxistas franceses. Lojkine¹⁵ ao criticar a postura funcionalista da Escola de Chicago, critica também o viés estruturalista da leitura de Marx por Althusser (1965) que foi apropriada por Castells na obra *Questão Urbana* (1977). Segundo Lojkine (1997 p.79), Castells se baseia numa visão “desviada” de Marx (Althusser) que não contempla uma leitura nítida da realidade e não dispõe de uma teoria da mudança que contrapõe o estruturalismo.

Outro ponto alvo da crítica de Lojkine é o fato de Castells reduzir o meio urbano somente ao consumo, ao não-trabalho e a reprodução da força de trabalho. Para Lojkine (1997), analisar o modo de produção somente pelo viés da empresa capitalista, da produção de mais-valia, é uma visão ultrapassada que é insuficiente no entendimento das contradições do desenvolvimento urbano. O autor aprofunda sua análise se estruturando diretamente das obras marxianas.

“Lojkine se apóia diretamente em *O Capital*, usando como categorias-chave aquelas explicitadas por Marx (1998, p.126-141) em sua análise de classes sociais: processo imediato de produção, reprodução do capital, reprodução ampliada das classes sociais e desenvolvimento do modo de produção (sua transformação histórica e dissolução).”(SOUZA, 2005 p79).

Apesar das diferenças no campo dos estudos marxistas e de seguirem rumos diferentes¹⁶ Castells e Lojkine vão identificar e analisar a predominância do setor de serviços como elemento chave para compreender o meio urbano no contexto do Capitalismo Monopolista de Estado (SOUZA, 2005). Nisso, partirei da discussão teórica sobre o Estado capitalista e *Questão Urbana* (LOJKINE,1997), focando no papel do Estado na urbanização capitalista e os aspectos da segregação socioespacial, e, a partir disso, estruturar o arcabouço teórico para compreender a análise da pesquisa proposta neste TCC.

¹⁵O debate proposto por Lojkine foi publicado originalmente em língua francesa como "Le marxisme, L'État et la question urbaine" em 1977. Só foi publicado pela primeira vez no Brasil em língua portuguesa em 1981.

¹⁶Segundo Souza(2005), enquanto Lojkine retomará esses elementos no tratamento da revolução informacional(1995), Castells tenderá a abster-se de qualquer resgate categorial marxiano para o tratamento da sociedade da informação(Era da Informação, 1999-2000).

1.3 Debates da Questão urbana e segregação socioespacial à partir da crítica urbana

O processo de urbanização se dá dentro da divisão social e territorial do trabalho, do qual, se configura na contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico e as leis de acumulação de capital (LOJKINE, 1997, p.143-144). A formação das cidades capitalistas trouxeram novos elementos que dimensionam o atual desenvolvimento do MPC (Modo de Produção Capitalista). Segundo Marx (19-, p.69), a revolução no modo de produção exige revolução nas condições gerais de produção social, transportes e comunicação (apud LOJKINE, 1997, p.145).

A partir do conceito marxista de condições gerais de produção que: define as relações de processo imediato de produção e unidade de produção, de um lado, e processo global de produção e de circulação do Capital de outro, que Lojkin se baseia no conceito de urbanização (LOJKINE, 1997, p.145). De fato as cidades passaram a se desenvolver voltadas para o processo de produção, com fábricas e com a estrutura de consumo, comunicação e circulação de mercadorias para atender as demandas da Capital. No entanto, são os meios de consumo coletivos¹⁷ e meios de circulação que dão o status de cidade capitalista. Os meios de consumo coletivo trazem uma nova forma de vida e socialização que configura os processos da urbanização capitalista (LOJKINE, 1997).

A partir das discussões ditas anteriormente, o fenômeno urbano pode ser dito como a repartição espacial dos meios de produção, do Capital e dos meios de consumo e vias de comunicação. A cidade tem um papel econômico importante no desenvolvimento do capitalismo, já a urbanização é moldada conforme as necessidades de acumulação do MPC. A urbanização capitalista tem em sua essência a divisão de classes e a contradição capital x trabalho. Essa contradição é materializada hoje pela segregação socioespacial entre os grandes centros urbanos e as zonas periféricas das cidades (LOJKINE, 1997, p. 164). Essa segregação socioespacial promove um acesso desigual aos meios de consumo coletivos, o que afeta as classes populares e populações periféricas. Conforme Lojkin(1997), a segregação socioespacial se manifesta:

¹⁷Na introdução do Livro Estado Capitalista e Questão Urbana (1997), Lojkin faz uma autocrítica em relação a que ele se refere como “meios de consumo coletivos”. Segundo ele, os meios de consumo coletivos não se enquadram na lógica mercantil, ou de consumo final ou consumo produtivo. O que produzem não é algo material, é um tipo de serviço ou informação, que Lojkin relaciona com os serviços públicos: escolas, transporte público, universidades, centros culturais, etc.

“É, por um lado, o subdesenvolvimento crescente das regiões menos equipadas em infraestrutura urbanas(meios de circulação materiais e meios de consumo coletivos) e, por outro, o congestionamento urbano, gigantesca aglomeração de "megalópoles" onde já estão conectados os mais variados e densos meios de comunicação e de consumo coletivos. Aglomerações do interior das quais produzirá o mesmo processo de diferenciação espacial entre as zonas mais bem equipadas que serão cada vez mais- centros de negócios, zonas residenciais das classes dominantes- e as zonas menos equipadas,cuja distância entre as primeiras tende sempre a crescer”(LOJKINE, 1997,p.185).

Um fator importante que promove a segregação socioespacial e que tem impactos no planejamento urbano é a renda fundiária urbana. Os preços da terra urbana e a desigualdade do acesso à moradia vai delimitar o espaço geográfico e dividir ainda mais as classes burguesas das classes trabalhadoras. Segundo Lojkine:

“Terceiro limite inerente ao modo de produção capitalista, a renda fundiária urbana vai pois marcar de forma durável o desenvolvimento urbano. Sua principal manifestação espacial reside, ao nosso ver, no fenômeno da segregação, produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez, determinados, conforme nossa hipótese, pela nova divisão social e espacial do trabalho” (LOJKINE, 1997, p.188).

A partir desse momento ocorre um movimento progressivo de monopolização da renda fundiária que sai fragmentada da posse de muitos, e é incorporada aos grandes internacionais ligados ao mercado fundiário e imobiliário. Esses monopólios do uso da terra promovem o uso exclusivo e restrito dos equipamentos coletivos ricos e raros, enquanto o restante das camadas não-monopolistas e assalariadas são excluídas do uso (LOJKINE, 1997, p. 189-190). Em relação a renda fundiária urbana, Lojkine (1997) cita os aspectos que se manifesta a segregação socioespacial:

1. A oposição entre o centro, onde o preço é mais alto, e a periferia, mais baixo.
2. Separação das zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
3. Generalização das funções urbanas, zonas geográficas distintas e mais especializadas: zona de moradia, zona industrial, zona de escritórios, etc.

Isso é perceptível em qualquer cidade grande no Brasil e no mundo capitalista, no qual as classes mais ricas moram em zonas mais privilegiadas e bem equipadas, distante da classe mais pobre que moram em zonas de moradias populares mais distantes e logicamente menos equipadas. É nítido a determinação das relações das classes sociais com os valores de uso urbano que têm como consequência a segregação socioespacial. No entanto, um fator importante para analisar essa questão é retomar ao Estado e seu papel na urbanização e na elaboração das políticas urbanas.

Para compreender as características particularidades do processo de urbanização nas cidades capitalistas contemporâneas é preciso uma análise que parte da intervenção do Estado. É preciso partir da análise interna do Estado, das determinações do vínculo da elaboração da política estatal e da socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção (LOJKINE, 1979). Segundo Lojkine (1997), a intervenção do Estado é a forma mais desenvolvida da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas.

“A definição das políticas públicas urbanas dos Estados capitalistas desenvolvidos: são “contratendências” produzidas pelo próprio MPC para regular os efeitos negativos- no nível do funcionamento global das formações sociais- da segregação e da mutilação capitalista dos equipamentos urbanos” (LOJKINE, 1997, p.91).

A intervenção do Estado capitalista permitiu uma mediação e coordenação dos processos inerentes ao desenvolvimento urbano, resolvendo os problemas dos equipamentos coletivos desvalorizados, os problemas "anárquicos" das disputas que afetam a urbanização e intervir em problemas irresolúveis pelos agentes capitalistas. Somente o Estado tem a capacidade e recursos para investimentos pesados em áreas não-rentáveis para o capital; nas políticas públicas e nos equipamentos coletivos (LOJKINE, 1997).

É a partir de recursos públicos que são financiados os meios de comunicação e de consumo coletivo, não-rentáveis aos capitalistas, mas utilizados por eles para desenvolver as condições gerais da produção. A ação estatal propiciou as primeiras leis para auxiliar quanto à salubridade e questões de higiene nas moradias operárias e das camadas populares (LOJKINE, 1997, p.191). Percebe-se as contradições da máquina estatal que distribui de forma desigual e segregativa os equipamentos urbanos e o pouco que garante, é efeito desse próprio paradoxo. Nisso, a própria política urbana não supera a segregação socioespacial e, muito menos, as contradições existentes no Estado e na sociedade capitalista. Lojkine(1997) deixa isso bem claro no seguinte trecho:

“longe de suprimir as contradições que estão na base de sua intervenção, a política urbana só exacerba: a socialização estatal das condições gerais da produção permanece, com efeito, uma só socialização capitalista, e nesse sentido, concorre apenas para levar ao auge a contradição entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital e, hoje mais ainda, a contradição entre a reprodução do conjunto das camadas não monopolistas e do capital monopolista.” (LOJKINE, 1997, p.194-195).

O aprofundamento da contradição da política urbana, fruto da nova política urbana monopolista, promoveu uma segregação socioespacial entre a classe operária e as classes médias assalariadas, principalmente dos executivos (LOJKINE, 1997). Isso se dá porque as

classes médias desempenharam (e desempenham) com os trabalhadores, o “papel” de capitalista (capital médio), garantindo assim privilégios. Lojkine (1997,p.244-245) deixa claro essa clivagem social entre as classes, e, analisa a segregação socioespacial em três tipos:

- A primeira segregação no nível da habitação, “emburguesando” os centros urbanos para a classe média executiva, opondo a “deportação” das classes operárias;
- A segunda segregação ocorre no nível de equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos públicos) concentrando nos “burgueses” e subgarantindo de forma precária, aos operários;
- A terceira segregação se refere ao nível transporte coletivo, com a precarização do transporte público em prol do privilégio ao transporte privado;

Esses tipos de segregações, estão dentro da totalidade da manifestação espacial da divisão das classes no território e está presente em todas as cidades capitalistas. No DF, foco desta pesquisa, a segregação socioespacial está claramente nítida, manifestando as contradições do Capital x Estado e suas particularidades políticas, sociais e históricas do seu processo de construção e consolidação, bem como da urbanização brasileira e suas raízes e especificidades.

Capítulo 2- Questão Urbana no contexto da Política Urbana brasileira

2.1. Revisando a Política Urbana crítica de Ermínia Maricato

Para compreender a urbanização e a problemática urbana, bem como a segregação socioespacial no Brasil, é necessário uma análise profunda da construção histórica, política, econômica e social da construção do território brasileiro. São necessários conhecimentos que parte da realidade empírica, baseados em conhecimentos científicos para evitar a formulação de “idéias fora do lugar”, algo bem característico do planejamento urbano brasileiro (MARICATO, 2000). Nisso, farei uma breve discussão sobre o processo de urbanização no Brasil, os aspectos que estruturam a segregação socioespacial, partindo das discussões do debate nacional e do debate da questão urbana a partir das discussões de Jean Lojkine¹⁸.

O processo de urbanização no Brasil se intensificou na segunda metade do século XX. Na década de 1940, a população urbana era de 26% no total; com 18,8 milhões de habitantes, já nos anos 2000 era de 81, 2% da população; com 138 milhões de habitantes (MARICATO, 2001, p.16). É nítido o enorme aumento da população em um curto espaço de tempo e a expansão da malha urbana, que teve que inchar para comportar tantas pessoas mesmo não tendo infraestrutura necessária para isso. Segundo Maricato (2001), a urbanização no Brasil se deu com a emergência do trabalho livre e uma tímida industrialização iniciada pela substituição das importações. Entretanto, mesmo com essas mudanças sociais e econômicas, o Brasil continua arcaico por não superar as relações de trabalho precárias e exploratórias, herdadas da escravatura, e não romper a hegemonia da classe política dominante e detentora dos meios de produção de forma extremamente concentrada.

As reformas urbanas que ocorreram entre o final do século XIX e início do século XX, provocaram profundas mudanças nas cidades brasileiras e foram definindo a organização social do espaço e a segregação das classes sociais. Pautadas no urbanismo moderno, essas reformas promoveram a higienização e o embelezamento das cidades, privilegiando um ascendente setor imobiliário e expulsando os pobres para longe, onde hoje se configuram as periferias e favelas brasileiras. Segundo Maricato (2001):

“ Realizavam obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases

¹⁸ Jean Lojkine foi um autor oriundo da Escola Francesa muito importante nas discussões e políticas urbanas. Para conhecer mais tem o artigo “Uma crítica francesa acerca do espaço urbano” do Prof. Perci Coelho de Souza da revista “Ser Social, Brasília, n. 17, p. 59-112, jul./dez. 2005.”

legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especificamente o Rio de Janeiro, são cidades que passaram por mudanças que conjugaram o saneamento ambiental, embelezamento e segregação socioespacial nesse período (MARICATO, 2001, p.17).

O processo de industrialização, dado a partir do processo de substituição das importações e ligado às oligarquias cafeeiras, impulsionou a já iniciada urbanização brasileira e demonstra a ambiguidade entre a ruptura e continuidade (MARICATO, 2001). O Estado passa a investir no desenvolvimento industrial e na urbanização, no entanto, permeia esse processo sob as raízes de um Brasil colonial, agrário e atrasado. Esses fatores vão definir as relações de trabalho e a organização socioespacial das cidades.

Em 1964 são criados pelo regime militar o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com o intuito de fomentar e desenvolver o mercado habitacional. Com isso, a cidade passa a ter centralidade na política estatal e passa a se desenvolver e mudar o seu perfil com a verticalização propiciada pelos edifícios de apartamentos. Segundo Maricato (2001, p.20), com a implementação do BNH e SFH consolidou-se o apartamento como moradia da classe média e a explosão do mercado imobiliário.

Mesmo com o financiamento imobiliário, percebeu-se que não impulsionou a democratização do acesso à terra, do acesso à moradia das populações mais carentes. Esse período foi um contexto de grande crescimento econômico no qual o setor habitacional priorizou o acesso à moradia e equipamentos públicos às classes alta e média e, por outro lado, excluiu grande maioria da população das cidades brasileiras. É nítido a dicotomia entre o novo e o arcaico que Maricato afirma sobre as raízes coloniais das cidades brasileiras.

O período da década de 1980 se caracterizou pelas recessões econômicas que trouxeram fortes impactos no âmbito social, ampliando ainda mais as desigualdades e a segregação socioespacial nas cidades. Conhecidas como “décadas perdidas”, a pobreza, desemprego e os diversos problemas urbanos alcançaram números inéditos (MARICATO, 2001, p.22). Maricato(2001) se refere como:

“As décadas perdidas não são as únicas a registrarem as origens do que podemos chamar de tragédia urbana brasileira- enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, reincidência de epidemias, violência etc. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, supostamente, se dar pelo

mercado. mas isso não acontece no começo do século XX, como não acontece até o seu final”(MARICATO, 2001,p.22).

Segundo Maricato (2001, p.23), a tragédia urbana brasileira está enraizada nos problemas da nossa construção sócio-histórica e os desdobramentos da privatização de terras (1850) e a emergência do trabalho livre (1888). Fundada nessas raízes, o acelerado processo de inchaço populacional provocou um aumento gigantesco nas cidades, sem aumentar as oportunidades de emprego, sobrando para os imigrantes o trabalho informal. Sem emprego, essas populações não conseguem se estabelecer na cidade formal, restando à elas, ocupar e construir suas moradias em locais irregulares e de risco ambiental. Nisso, cidades são construídas de forma ilegal, sem planejamento urbano, recursos técnicos e nenhuma participação ou fiscalização do Estado.

Maricato(2001)ao analisar a urbanidade brasileira, mesmo não se apropriando diretamente da teoria social marxista na análise da urbanização¹⁹, ela consegue construir um estudo demonstra o espaço urbano brasileiro permeado das relações de classe social e a segregação socioespacial como fruto das relações de produção e reprodução do Capital. Em conformidade com a narrativa da Questão Urbana de Lojkine (1997), Maricato analisa a urbanização “capitalista” no Brasil a partir da germinação da indústria e da emergência do trabalho livre. Para além da crítica francesa acerca do espaço urbano, Maricato (2001) analisa as raízes da construção social e econômica do Brasil, de como a escravatura impactou e impacta na realidade social.

Do início da atividade industrial à decadência no campo, da decadência(ou perca da centralidade) do setor agroexportador à produção industrial (substituição das importações), as grandes migrações, das condições dos cortiços à explosão das favelas, o Brasil de Maricato dá as “aparências” da Inglaterra de Engels. O impacto da industrialização provocou uma ocupação operária precária e desigual no meio urbano brasileiro e consequentemente na segregação socioespacial. A mesma desigualdade social e relação de classe dominante x explorada que existia nos engenhos e nos campos de café no período escravocrata, perpétua e permanece enraizada na cidade da fábrica no período industrial, flagelando oprimindo as populações pobres e negras.

¹⁹ A perspectiva ideológica de Ermínia Maricato é marxista pautada pela centralidade da luta de classes como motor da história, conceitos de mais-valia, de acumulação do capital a partir da exploração do trabalho, mas ela enfatiza a questão fundiária, na perspectiva marxista dela o que ela chama o nó fundiário, o inaccess à terra desde a gênese da lei de terras de 1850 que garantiu a propriedade privada das terras no Brasil é central na formação da cidade capitalista brasileira fundada na dominação de classe e seus privilégios a partir do Estado patrimonial.

Apesar de não se estruturar na teoria social marxista diretamente na análise do papel do Estado na urbanização, Maricato (2001) deixa claro a importância do Estado na construção do espaço urbano desigual e segregativo. A política urbana estatal no período da ditadura militar vai dar privilégios às moradias das classes médias, o que impulsiona a especulação imobiliária e intensifica a segregação socioespacial. Conforme citado anteriormente, Lojkin (1997) deixa claro que o caráter contraditório da política urbana, no qual “longe de suprimir as contradições que estão na base de sua intervenção, a política urbana só exacerba (...)”. (LOJKINE, 1997,p. 194)

A partir do pensamento da Maricato (2001), conclui-se que a segregação socioespacial existente no Brasil, advém de um desenvolvimento urbano permeado por raízes históricas de uma sociedade colonial que nunca rompeu suas estrutura de exploração e dominação externa e tão pouco, com a cultura do patrimonialismo e do privilégio. Maricato (2001, p.39) afirma que “O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”. Percebe-se que o desenvolvimento urbano segregacionista transformou a regra em exceção e a exceção em regra. A cidade legal, provida de moradias regularizadas e equipamentos públicos se torna uma exceção num país onde boa parte das populações vivem fora dos limites da cidade regularizada, sem moradias de qualidade, sem infraestrutura e sem o básico que é a água, realidade das famílias das ARIS do DF e tantas outras mundo afora.

2.2 Construção socioespacial do DF

A construção de Brasília ocorreu entre 1957 e 1960 e foi realizada pelo governo de Juscelino Kubitschek. A transferência da capital federal do Brasil do Rio de Janeiro para o Planalto Central significou o maior símbolo do desenvolvimento do governo JK e do plano político e econômico de crescimento, interiorização e integração do país. Brasília foi idealizada e planejada para ser o oposto das outras cidades brasileiras, longe do caos social e urbano. Feita para abrigar 500 mil habitantes, a construção de Brasília recebe fortes influências na busca nacional por novos conceitos culturais, o que finda por transformar Brasília em um símbolo da identidade nacional.

Planejada por Oscar Niemeyer e idealizada por Lúcio Costa, a construção de Brasília buscava a junção da tradição nacional com o movimento urbano internacional, se baseando nos princípios de Le Corbusier²⁰ (Carta de Atenas). Os dois arquitetos-urbanistas colocam em

²⁰ Le Corbusier (1887-1965) foi autor da “Carta de Atenas”, manifesto urbanístico que salientava os princípios básicos do morar e viver. É considerado o fundador do Urbanismo com disciplina.

prática as idéias modernas e socialistas na criação de Brasília, um lugar livre, sem semáforos, com prédios baixos para integrar com a natureza (inspirados nas cidades-jardim de Howard), um lugar onde todas as classes poderiam ocupar e usufruir dos serviços juntos (FREITAG, 2010).

A construção da nova Capital Federal além de buscar afastar do caos e dos problemas sociais e urbanos de Guanabara, buscava essa idealização de uma nova capital para dirigir um novo Brasil. Entretanto, além de ser idealizada sob um modelo urbanista com tendências e uma visão racionalista e tecnocrata (Corbusier), a construção se deu numa sociedade marcada por problemáticas enraizadas desde seus primórdios. Não seria a construção de uma nova capital que mudaria essas estruturas.

“As experiências de transferência de capital, de Salvador(1763) e, depois, do Rio para Brasília (1960), devem servir de lição para todos aqueles que pretendem ignorar a história colonial brasileira, os longos séculos de escravidão e subjugação dos povos africanos, o autoritarismo do colonizador. Os problemas criados durante 400 anos de colonização não podem ser resolvidos administrativamente, deslocando-se a Capital de um lugar para outro. Não há soluções técnicas, arquitetônicas ou urbanísticas milagrosas e imediatas. A questão urbana brasileira se insere numa questão social mais ampla, dominada por conflitos profundos, que precisam ser resolvidos com auxílio de um pensamento em redes, ao mesmo tempo complexo e profundo. (FREITAG, 2010, p. 149).

Entretanto, o caráter utópico que norteou a sua construção de Brasília, logo se mostrou inexistente. Devido à ocupação caótica promovida pelas migrações de trabalhadores, a precarização e organização excludente dessas pessoas nos canteiros e espaço urbano do DF, futuramente, se estruturaria para a segregação socioespacial. Em sua construção, foram empregados milhares de trabalhadores ,popularmente conhecidos como “ Candangos”, oriundos principalmente dos estados do Nordeste Brasileiro, de Minas e Goiás. O pouco prazo de entrega das obras e a intensificação da migração fez com que a população crescesse em altos níveis.

“Os prazos apertados geraram migração de operários- cerca de 12.700 pessoas, recenseadas pelo IBGE, em 1957. No Censo Experimental de 1959, havia 64.314 habitantes- população urbana e rural- e, em 1960, 141.742 habitantes- 127.204 urbanos e 14.538 rurais. Antes de inaugurada, a capital teve sua população multiplicada por dez. Essa população não pode contar com moradia condigna. Os operários foram para alojamentos dos canteiros de obras e barracos em favelas localizadas em pontos isolados, sobretudo da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante).” (PAVIANI, 2010,p 235).

À essa massa de trabalhadores e outros imigrantes que viram na construção da nova capital oportunidade de melhoria de vida lhe foi negado o direito de moradia e terra. Esses mesmos foram segregados e impedidos de viver no Plano Piloto, restando apenas ocupar áreas distantes do centro urbano que mais tarde se consolidariam como cidades-satélites.

Com a implantação do Plano Piloto, surgem novas demandas e adaptações, havia junto com o projeto o planejamento de algumas cidades satélites que quando criadas passaram a se desenvolver em uma dinâmica de planejamento regional que não se observa no plano original de Brasília (PAVIANI, 2003). Conforme Paviani (2003), antes mesmo da construção de Brasília, surgiram outras cidades como: a “Cidade Livre” em 1956, atualmente nomeada como Núcleo Bandeirante; em 1958 foi construída Taguatinga, em seguida nos primórdios dos anos 60, foi construído o Gama; em 1971 a cidade de Ceilândia e posteriormente Samambaia. O crescimento demográfico, portanto, esteve em alta nas décadas dos anos 70 e 80, agora mais por conta do crescimento vegetativo, que pelas migrações.

A origem das cidades satélites, têm proporcionado o deslocamento da população trabalhadora para núcleos urbanos distantes do Plano Piloto, como já apontado. Nesse processo de deslocamento da população do centro para áreas distantes, aos poucos, consolida-se a segregação socioespacial. O surgimento dessas cidades, fora do plano inicial da capital federal, já demonstra a segregação das classes populares.

“Paralelamente à construção do Plano Piloto foram sendo criadas as cidades-satélites, desde então distantes e separadas entre si. A progressiva valorização dos terrenos e dos imóveis foi intensificando uma clara segregação espacial das classes sociais. A monumentalidade arquitetônica foi criticada pela dimensão de sua escala, muitas vezes superior à escala humana. Tornou-se comum dizer que a cidade administrativa construiu para si um espaço adequado para o exercício pleno do autoritarismo monumental, isolacionista, porque nega aos habitantes o espaço da “rua” e das “esquinas” e porque separa “pobres” de “ricos”. Desta crítica – afirma a autora – passou-se à ideia de que Brasília é uma cidade desumanizante e composta de cidadãos submetidos e isolados. Por consequência, politicamente desmobilizados.”(SOUZA JUNIOR, COSTA, 2019) about (MACHADO, 1987).

Já na década de 1980 Brasília atinge cerca de 1 milhão de habitantes, quando o crescimento das favelas torna caótica o meio urbano de uma cidade que não foi planejada para as camadas populares. Longe de garantir uma integração social de seus moradores, Brasília passou a crescer por meio de seus arredoados de cidades satélites, onde por muito se amontoam pessoas sem estrutura alguma, algo bem distante da realidade que o projeto de Brasília buscou abarcar. Segundo Paviani (1999,p. 237-238), a constante transferência da população para locais distantes ampliou o polinucleamento e contribuiu para a manutenção da exclusão socioespacial.

Esse processo de urbanização que propiciou a criação de núcleos urbanos ao redor do plano piloto, também promoveu a centralização de empregos e oferta de serviços, o que consolidou uma ocupação excludente do espaço (PAVIANI, 1999,p.115). O desemprego se

apresenta em taxas mais altas nos núcleos urbanos mais distantes do Plano Piloto e de mais baixa renda como: Ceilândia, Samambaia, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião e Recanto das Emas. (PAVIANI, 2010,p. 245).

“(..) a evolução urbana construiu não apenas uma cidade polinucleada, mas excludente: os núcleos de renda mais baixa são também os que mais apresentam as mais altas taxas de desemprego, pois não oferecem oportunidades de trabalho no próprio lugar de residência de seus habitantes.” (PAVIANI, 2010,p. 246).

O dinamismo da segregação urbanística em Brasília, não foi diferente, o Estado, por sua vez, teve uma imensa colaboração na valorização dos centros, como investimentos planejados e organizados para a estruturação do capital, destinados às classes dominantes. Como foi citado anteriormente, Lojkin (1997) cita os tipos de segregação espacial: O primeiro, está associado à diferenciação do preço do solo entre o centro e a periferia, o centro, por sua vez, equivale ao custo mais alto. O segundo, retrata a separação das zonas reservadas ou privilegiadas e as demais zonas pertencentes à moradia popular; por último denomina as “funções urbanas”, propagadas em zonas distintas, como zonas de escritórios, zona industrial, de moradia entre outros.

Conforme citado por Lojkin (1997), percebe-se que os três tipos de segregação espacial se manifestam no território do DF. A valorização imobiliária, contribuída pelo Estado, afeta a diferenciação no preço do solo. Comparando o preço do metro quadrado do Águas Lindas (Entorno) e Planaltina (DF) temos no primeiro o preço entre R\$ 8,00 reais à R\$25,00 e o segundo entre R\$ 20,00 à R\$ 44,00 o preço do metro quadrado (IPEA, 2011, p. 178). Enquanto em outra época anterior o Plano Piloto atingiu R \$3.061,00 (IPEA, 2003).

As classes dominantes conseguem se estabelecer em áreas mais privilegiadas, mais próximas do Plano Piloto e melhores equipadas de infraestrutura urbana, enquanto as classes mais pobres que vivem em moradias populares ficam distantes e isoladas do meio urbano. Segundo Fontenelle (2017,p.41-42), as populações que vivem em moradias habitacionais no DF vivem distante dos centros urbanos, sem infraestrutura, sem serviços públicos básicos, o que reforça ainda mais a segregação socioespacial. Quanto às "funções urbanas", a organização do DF as distingue bem, existem áreas comerciais, residenciais, áreas destinadas à chácaras, condomínios fechados, mansões das classes mais ricas, e conjuntos populares para as pessoas mais pobres. A "casa do pobre" e a "casa do rico" no DF estão nitidamente delimitadas.

As Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS) fazem parte desses processo de segregação socioespacial que expulsa as populações do centro para áreas distantes e as

condiciona a ocuparem terrenos em áreas de risco e irregulares e auto construir suas moradias sem o planejamento e participação estatal.

O Estado, como parte detentora da divisão geográfica, tem como função aparelhar a cidade com equipamentos e serviços coletivos, com a finalidade de reforçar a condição da reprodução capitalista e a força de trabalho, para o crescimento das metrópoles e formação do capital imobiliário. Assim, a tendência é dividir a sociedade em classes detentoras de poder e os proletários para a execução dos trabalhos, distanciando esses trabalhadores dos grandes centros e realocando-os em cidades satélites ou no entorno. Essa instalação das cidades periféricas, em Brasília, de forma rude, foi estrategicamente construída para alavancar a rentabilidade dos negócios capitalistas (Schaeffer 2003).

2.3 A Política de ordenamento Territorial do DF

A política de ordenamento urbano e a progressiva valorização de terrenos e imóveis intensificou a segregação socioespacial e submeteu as classes populares à viverem em condições desumanas e isoladas de Brasília (MACHADO, 1987). O Distrito Federal em comparação com outras regiões metropolitanas do país têm o maior déficit habitacional, consolidado assim o caos urbano e habitacional dentro do seu território (IPEA, 2013).

O processo de urbanização excludente e segregacionista de Brasília acarretou diversos problemas, principalmente na questão fundiária e ocupação da terra e na demanda por habitação. A expansão urbana ao redor do Plano Piloto coincide com a expansão da moradia precária, sem infraestrutura e serviços públicos e emprego, e se consolida dentro de um ordenamento urbano e habitacional insuficiente e repleto de entraves.

No âmbito do Distrito Federal, bem como em outras localidades, o dispositivo jurídico que norteia o ordenamento urbano é o Plano Diretor. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é um instrumento básico previsto desde a Constituição de 1988 para definir as funções sociais da propriedade e tem por objetivo ordenar as funções da cidade. Aprovado em 1992 o PDOT/DF institui o Sistema de Planejamento Territorial Urbano do Distrito Federal. Considerado o marco distrital da política habitacional, o PDOT define o uso da propriedade e o ordenamento da cidade, bem como define a adequação de assentamentos irregulares; impede, em tese, a concentração de áreas com grande especulação imobiliária, a fim de garantir o direito ao acesso à moradia e ao pleno uso social da terra urbana (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Um aspecto importante do PDOT de 1992 foi a quebra do monopólio do Estado no parcelamento das terras. Ou seja, os particulares e empresários tiveram respaldo e puderam desenvolver o mercado imobiliário no DF. Esse fato abriu espaço para diversos empreendimentos privados e da expropriação das terras do DF pelo mercado, contribuindo ainda mais para a segregação socioespacial. Como se observa as estúdiosas abaixo:

“A aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) em 1992, cujo objetivo principal era consolidar os diversos planos existentes em um único documento de orientação sobre a ocupação do solo no território do Distrito Federal. Esse plano abriu a possibilidade de os particulares parcelarem o solo, ou seja, suspendeu a proibição da lei de 1956 de alienar terras do Distrito Federal a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado” (FERREIRA; STEINBERGER, 2005,p. 8).

Em 1997 é aprovada a primeira revisão do PDOT por meio da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997. O PDOT/1997 trouxe dispositivos voltados para o combate da especulação imobiliária e deu ênfase às estratégias para a promoção da sustentabilidade ambiental. O PDOT/1997 deixa claro o compromisso com a justiça social ao tratar o problema fundiário e a alocação de terras no DF. No art. 5o, estabelece que:

Art. 5o O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal tem como objetivos: I – romper com a segregação sócio-espacial e com o desequilíbrio entre as cidades ou núcleos urbanos do Distrito Federal; [...] (DISTRITO FEDERAL, 1997a, p. 8).

Somente em 2001 ocorreu a inserção da participação social na política urbana e habitacional com a sanção da Lei nº 10.257/2001. Popularmente conhecido como Estatuto das Cidades, trouxe inovações normativas e políticas, a inserção de novos autores nas discussões e, sobretudo, o reconhecimento das desigualdades nas cidades brasileiras. Em 2003 o governo federal cria o Ministério das Cidades e com ele a Política Nacional de Habitação (PNH), pautados nos termos da universalização do acesso à moradia digna; da promoção da urbanização, regularização e inserção de assentamentos irregulares; a priorização da questão habitacional pelo Estado; entre outros.

Novas reformas no PDOT no ano de 2009 permitiram dispositivos menos restritivos, já que o governo passou a extinguir áreas de proteção de mananciais para atender as expansões urbanas. Essas mudanças provocaram reações dos movimentos ambientalistas sendo julgado, em 2009 ainda, parcialmente inconstitucional (VICENTE, 2012,p.135).

“Esse esforço de empurrar as fronteiras de expansão urbana na direção das zonas ambientalmente frágeis atendeu preferencialmente a interesses especulativos em detrimento da função socioambiental da propriedade urbana. Entende-se, inclusive, que o aumento da zona urbana tenha contribuído para valorizar os terrenos, dificultando ainda mais o acesso financeiro da população de baixa renda às áreas

mais propícias. Além disso, o não atendimento da demanda habitacional de baixa renda tem possibilitado a prática de clientelismo político e ganhos eleitoreiros.” (VICENTE, 2012,p.132) about (FREITAS, 2009, p.136).

O PDOT de 2009 estabeleceu assentamentos em processo de regularização: Parcelamento Urbano Isolado, Áreas de Regularização e Setores Habitacionais de Regularização. As segundas e as terceiras se classificam em áreas de Interesse Social, habitado por pessoas de baixa renda (até cinco salários mínimos), e de Interesse Específico, ocupadas por pessoas de média e alta renda. Diante disso, estabeleceram-se as 44 Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE) e as 39 Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), que são as áreas foco desta pesquisa. Recentemente uma lei específica reconheceu a existência de mais oito ARIS.

Mesmo diante desses dispositivos jurídicos e de ordenamento habitacional, percebe-se que a estrutura urbana do DF está permeada de conflitos sócio-espaciais e correlação de forças políticas-econômicas cuja dinâmica interfere no provimento da habitação. A atuação do mercado imobiliário, fundante na construção e segregação socioespacial do DF, adentrou no ordenamento urbano e no uso do solo (PAVIANI, 2003). Os interesses do mercado imobiliário se chocam com os interesses da função social do uso da terra, o que permite a cooptação dos mecanismos legais do uso do solo em prol dos interesses do capital imobiliário (MARICATO, 2015).

A exemplo disso, os PDOT/1992 e 1997, que asseguraram o uso de terra e equipamentos públicos para grupos privilegiados do mercado imobiliário, retificando-os e transformando-os em elementos de valorização da mercadoria habitação (Melo,2019). Os interesses hegemônicos que antecedem a política habitacional no DF, justificam a atuação dessa como agente que promove a segregação socioespacial e produz contradições como a criação de Águas Claras e a Estrutural, por exemplo.

A complexidade da gestão e ordenamento territorial de Brasília vai além do Plano Piloto e do próprio DF, abrange o entorno goiano, a área metropolitana e municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)²¹. No lugar que representava a forma compacta da cidade de um processo histórico dominante que foi a formação de Brasília, predomina agora uma população metropolitana distribuída e desorganizada em territórios regionais em permanente expansão que possuem formas e

²¹ A Região Integrada de Desenvolvimento do **Distrito Federal** e Entorno (**RIDE**) abrange uma grande quantidade de municípios do **Distrito Federal**, Goiás e Minas Gerais. Esses municípios integram uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles, a fim de propiciar o desenvolvimento da sua população.

estruturas disformes e desordenadas representadas por loteamentos e barracos em áreas periféricas e periurbanas (SCHVASBERG, 2010,p.255).

“Decorridos 25 anos da implantação, a cidade já tem delineada sua área metropolitana à semelhança das demais metrópoles brasileiras; Brasília hoje não pode ser considerada só o Plano Piloto, como nos anos 50. Tampouco pode ser apenas a cidade com seus núcleos periféricos dispersos dos anos 60; essa cidade é agora a metrópole, que envolve além desses espaços os municípios vizinhos do Entorno.”(SCHVASBERG, 2019, p.4) about (FERREIRA, 1985).

Ao analisar os Projetos de Lei dos Planos Diretores de municípios da RIDE/DF-Luziânia, Formosa, Alexânia e Novo Gama e o PDOT/DF, Schvasberg(2010, p.262) demonstra uma total desarticulação e desintegração entre as legislações e os modelos territoriais propostos nesses instrumentos. Segundo o autor, é inexistente o diálogo entre os modelos territoriais propostos pelos Planos Diretores, esse do qual, por algumas vezes, é elaborado pelo “corte e cola”.

A complexidade do território metropolitano do DF e a sua estrutura excludente e segregativa se deu por diversas questões que permearam o seu desenvolvimento. Segundo Schvasberg (2019) a dinâmica imobiliária, as incongruências tanto do planejamento quanto da gestão urbana, assim como as limitações dos planos diretores, dialogou com “ o processo de metropolização marcado por enormes desigualdades e simultâneas complementaridades econômico-funcionais e territoriais; reproduziu e reforçou a tendência centralizadora no “coração” da área metropolitana.”(SCHVASBERG, 2019, p.12).

A valorização das terras que afeta o preço do lote urbano e se demonstra com fator segregativo, afeta também as opções de moradias irregulares das classes populares. O mesmo fator que afeta o preço da terra urbanizada regular e promove a sua escassez para as populações de baixa renda, afeta a terra irregular provocando o seu sobrepreço. Essa valorização de lotes informais vai afetar o preço também nas áreas de regularização e ampliar ainda mais a segregação socioespacial.

“(…)os valores praticados nas áreas informais tidas como de interesse social, casos da ARIS Sol Nascente e Morro da Cruz, tornam a aquisição impraticável para a parcela da população com renda até 3 salários mínimos. A alternativa dessa população é a locação, geralmente com preços também elevados ou os assentamentos precários da periferia metropolitana, como Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas. Ressalta-se que a oferta de moradias prontas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (Morar Bem no DF) atende uma parte da população de baixa renda, mas ainda não atinge plenamente os do estrato de 0 a 3 salários mínimos, que não cumprem os requisitos para inclusão no Programa (...)” (CODEPLAN, 2016, p.31).

Essa valorização que promove o sobrepreço dos lotes irregulares demonstra a face mais perversa e exploratória do mercado imobiliário que, expulsa os mais pobres dos lotes

regulares, bem equipados e permeados pela especulação e adentra nos lotes irregulares, refúgio das populações, aumentando o seu lucro e a segregação socioespacial. Esse processo amplia ainda mais a desigualdade social e a estratificação de classe, fazendo com que a diferença de renda da localidade melhor situada (Lago Sul) e a pior situada (Estrutural), seja de mais de 17 vezes (CODEPLAN, 2016).

“A desigualdade social se expressa espacialmente e também pode ser explicada pelos mecanismos do mercado de terras urbanas. As relocações de população para formar as primeiras cidades-satélites já ocorreram em áreas propositalmente afastadas, que não se justificaram pela inexistência de terrenos mais centrais, mas se explicam pela lógica imobiliária. Terrenos na periferia, além de mais baratos ou desvalorizados imobiliariamente, não comprometem a reserva de terras bem localizadas e ainda valorizam as terras intersticiais pela alocação da infraestrutura e serviços pelo Poder Público. A mesma lógica é utilizada pelos empreendedores privados e também pelos parceladores ilegais, que não só adquirem terrenos mais baratos na periferia, como se isentam dos custos de implantação de infraestrutura e ainda obtêm valorização da sua reserva de lotes.”(CODEPLAN, 2016, p.32).

Outro fator importante que corrobora na segregação socioespacial é a destinação de recursos para o política urbana distribuídos no território do DF. O recursos de Outorgas Urbanísticas²²,além dos tributos sobre bens e imóveis,o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana(IPTU) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) ,por exemplo, tem destinação concentrada em regiões privilegiadas de renda mais alta. Logo abaixo segue uma tabela de dados retirados do texto Codeplan(2021) que demonstra essa distribuição desigual de recursos de Outorgas urbanísticas.

Figura 1.Distribuição dos recursos destinados a obras e projetos por RA (2009 a fev. de 2018)

Nº RA	Região Administrativa	Valor (R\$)	%	Grupo de renda da RA*
1	Plano Piloto	12.351.738,97	27,53%	Alta renda
4	Brazlândia	8.000.000,00	17,83%	Média-baixa renda
12	Samambaia	7.103.338,49	15,83%	Média-baixa renda
9	Ceilândia	6.212.226,83	13,84%	Média-baixa renda
2	Gama	4.292.471,19	9,57%	Média-baixa renda
14	São Sebastião	3.212.653,27	7,16%	Média-baixa renda
10	Guará	1.763.604,29	3,93%	Média-alta renda
25	SCIA	641.476,63	1,43%	Baixa renda
21	Riacho Fundo II	444.186,43	0,99%	Média-baixa renda
19	Candangolândia	424.770,42	0,95%	Média-baixa renda
7	Paranoá	282.574,26	0,63%	Média-baixa renda
6	Planaltina	142.500,00	0,32%	Média-baixa renda
TOTAL		44.871.540,78	100,00%	

²²As Outorgas Urbanísticas no Brasil são instrumentos de política urbana que incidem sobre os incrementos nos preços da terra. São duas as modalidades aplicadas: a Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR) que atua na recuperação das rendas fundiárias vinculadas ao potencial construtivo; e a Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT), cuja regulamentação data do ano 2000 e que incide sobre as rendas relativas às alterações de uso ou atividade urbana.

Fonte: Dados DODF e do SIGGO, cedidos pela SEDUH, 2018
Elaboração: CODEPLAN, 2021.

A partir desses dados fica claro o privilégio do Plano Piloto no recebimento de recursos destinados à aplicação em obras e projetos. A distribuição e aplicação desses recursos além de ser desigual é pouco abrangente pois somente 13 das 31 Regiões Administrativas analisadas nesse período receberam investimentos em obras (CODEPLAN, 2021, p.43). Essa concentração de recursos vai contribuir para o aumento da valorização imobiliária e para ampliação da desigualdade e segregação socioespacial.

Percebe-se que a estrutura segregativa que engloba o DF e o entorno é a essência das raízes que criaram Brasília e a própria política urbana é o instrumento de manutenção dessa estrutura. Lojkin (1997) deixa claro em afirmar que a política urbana só exacerba a segregação socioespacial no meio urbano e no contexto do DF com as ARIS isso está muito nítido. A mesma política urbana que equipara o Plano Piloto também promove o descaso nas periferias pobres.

É perpetuação do privilégio aos privilegiados e a negação aos desassistidos que faz o Plano Piloto ter a qualidade de infraestrutura, serviços e qualidade de vida que têm e o Sol Nascente ter estrutura precária e nem água potável da CAESB para parte de sua população.

Capítulo 3- As ARIS e a ausência do direito à cidade

3.1 Projeto Vida e Água para ARIS e a Pesquisa-ação

Atuar como pesquisador participante no projeto Vida e Água para ARIS me trouxe uma experiência muito rica na atuação perante as comunidades, bem como me apresentou a pesquisa-ação, metodologia incrível que contribuiu para este trabalho. Atuando com pesquisadores de diversas áreas e junto, lado a lado com as comunidades me agregou conhecimentos e experiências que as disciplinas “tradicionais” não apresentam. Estive presente nos debates coletivos (comissões temáticas) que discutem e atuam com a Questão socioambiental, Direito achado na Rua, Questão Urbana, entre várias outras. O conhecimento foi produzido e compartilhado de forma interdisciplinar e coletivamente por meio da pesquisa-ação.

Na atuação como estudante da disciplina de Pesquisa Científica de Grandes e Temas e como membro de gestão, participei de várias atividades temáticas como apresentação de trabalhos, produção de estudos coletivos com as comissões, seminários temáticos, entre outros. Nas atividades de gestão participei de forma igualitária, sugerindo, discutindo e deliberando e aprovando pautas e ações do projeto. A organização e atuação se baseia na igualdade e paridade entre todos os membros, sem discriminação, com todos tendo o mesmo papel e poder de decisão. Essa experiência foi a mais rica e importante para mim, pois todos tinham o mesmo poder de decisão. Todos eram iguais e somente a decisão coletiva é a decisão dada. Como futuro assistente social, essa experiência e esse olhar coletivo me agregou e fortaleceu a minha perspectiva em relação à ser um pesquisador e um profissional que atua com o povo.

Esse trabalho é somente uma parte desse processo de pesquisa-ação. A outra parte, o fruto principal, é o trabalho coletivo, o retorno que essa pesquisa vai ter para as comunidades das ARIS. Seja dando visibilidade, seja empoderando as redes no debate da Questão Urbana, produzir esse conhecimento coletivamente com todos ultrapassa a "bolha" da universidade e adentra nas comunidades. A comunidade, os habitantes das ARIS também produzem o seu conhecimento, o seu saber. Nisso, a pesquisa-ação teve e tem um potencial enorme nessa luta e teve para mim, nessa produção e na construção de um profissional engajado com o coletivo.

O projeto Vida e Água surgiu por meio de um edital promovido pelo Comitê da UnB para o enfrentamento ao Covid-19. O Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate ao Covid (COPEI) foi instituído no dia 13/04/2020 pela Reitoria da Universidade de Brasília

por meio do boletim de Atos Oficiais, o ATO de No 0470/2020 (ANEXO). O COPEI foi constituído por meio de uma representação de trinta e cinco Unidades Acadêmicas da UnB, com a finalidade de “planejar, sistematizar e buscar viabilizar a execução de ações institucionais de pesquisa, inovação e extensão visando ao enfrentamento, no Distrito Federal e no Brasil, da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)”²³.

Dentre os diversos projetos concorridos ao edital, esteve na primeira lista dos aprovados, o projeto intitulado “Enfrentando o COVID-19 e suas relações socioambientais: empoderamento de Redes Locais para acesso à água como direito nas ARIS do DF”. Posteriormente, com o diálogo e os debates com a comunidade, o projeto foi coletivamente apelidado de “Vida e Água para ARIS”. O próprio termo ARIS (Áreas de Regularização de Interesse Social) foi modificado pelo grupo para Áreas de Relevante Interesse Social, demonstrando sua relevância perante ao projeto e ao território do DF.

Foi nesse contexto inicial em que a pandemia estava se instaurando no país que a UnB teve essa iniciativa no enfrentamento ao covid, de reforçar o papel da universidade na sociedade, num contexto tão adverso. O projeto Vida e Água vai se materializar como esse elo de contato entre a Universidade e a Sociedade e promover um espaço de articulação e empoderamento das comunidades mais pobres e desassistidas do DF. O projeto tem um papel muito importante na luta pela água, pela moradia digna e pelo direito às cidades aos moradores das ARIS. Posteriormente, diante da existência de áreas indígenas sem água potável da CAESB e do engajamento dessas comunidades no projeto, foram criadas as Áreas de Relevante Interesse Social Indígena (ARISI): o Recanto dos Encantados, em Sobradinho, e o Santuário Sagrado dos Pajés, no bairro Noroeste do Plano Piloto.

Um ponto importantíssimo do projeto foi trazer visibilidade das ARIS perante a universidade, a mídia e a toda sociedade do Distrito Federal. Com base nos dados analisados pelo Projeto Vida e Água para ARIS, no Distrito Federal, em maio de 2019 havia 81.227 lotes ocupados em áreas de regularização (ARIS e ARINE), que não eram atendidos com abastecimento de água pela CAESB. (fonte: Programa Água Legal). Conforme os dados do PDAD 2018, são 264.800 mil habitantes sem água da CAESB, o que em comparação com a população total do DF, pode chegar a 10% da população. Vale ressaltar que 50.156 lotes

²³ Trecho do “Manifesto do projeto Vida & Água para ARIS (Áreas de Regularização de Interesse Social) Nenhum despejo a mais nas ARIS!” enviado ao Supremo Tribunal Federal.

ocupados sem abastecimento de água potável (população de 163.509 habitantes, não atendida pela Caesb) estão localizados em 39 ARIS.

Figura 2- Base de dados ARIS

Quadro 01 - BASE DE DADOS - ARIS							
Parcelamento	Terrenos Ocupados (Total)	Terrenos em APP	Terrenos sem Ligação	Pop não atendida	% de Atendimento	% não atendida	% de lotes em APP's
ARIS							
ARIS - Sol Nascente	19588	610	10320	33.643	47,31	52,69	3,11
ARIS - Arapoanga I	10867	8	10253	33.425	5,65	94,35	0,07
ARIS - Mestre D'armas I	9043	63	8350	27.221	7,66	92,34	0,70
ARIS - Estrutural	9675	0	3016	9.832	68,83	31,17	-
ARIS - Ribeirão	2153	0	1737	5.663	19,32	80,68	-
ARIS - Nova Colina I	2218	0	1703	5.552	23,22	76,78	-
ARIS - Itapoã I	13300	2	1522	4.962	88,56	11,44	0,02
ARIS - Água Quente	2868	122	1339	4.365	53,31	46,69	4,25
ARIS - Expansão Vila São José	3748	0	1212	3.951	67,66	32,34	-
ARIS - Estrada do Sol	1455	36	1068	3.482	26,60	73,40	2,47
ARIS - Céu Azul	966	41	834	2.719	13,66	86,34	4,24
ARIS - Vicente Pires	1474	222	801	2.611	45,66	54,34	15,06
ARIS - Fercal I	954	174	737	2.403	22,75	77,25	18,24
ARIS - Morro da Cruz	622	3	566	1.845	9,00	91,00	0,48
ARIS - Vale do Amanhecer	2802	188	547	1.783	80,48	19,52	6,71
ARIS - Mansões Sobradinho I	1454	262	546	1.780	62,45	37,55	18,02
ARIS - Mestre D'armas III	554	2	526	1.715	5,05	94,95	0,36
ARIS - Primavera	951	15	513	1.672	46,06	53,94	1,58
ARIS - Aprodarmas II	563	0	474	1.545	15,81	84,19	-
ARIS - Pôr do Sol	2331	9	467	1.522	79,97	20,03	0,39
ARIS - QNR-5 Ceilândia	577	0	454	1.480	21,32	78,68	-
ARIS - Dnocs	484	0	432	1.408	10,74	89,26	-
ARIS - Nova Colina II	530	0	377	1.229	28,87	71,13	-
ARIS - Mansões Sobradinho II	640	14	367	1.196	42,66	57,34	2,19
ARIS - Mestre D'armas II	499	2	360	1.174	27,86	72,14	0,40
ARIS - Torto	446	0	333	1.086	25,34	74,66	-
ARIS - Privê Ceilândia	1362	0	286	932	79,00	21,00	-
ARIS - Vila Cahuy	285	9	222	724	22,11	77,89	3,16
ARIS - CAUB II	231	0	128	417	44,59	55,41	-
ARIS - Aprodarmas I	131	0	112	365	14,50	85,50	-
ARIS - Arapoanga II	116	0	112	365	3,45	96,55	-
ARIS - Aprodarmas III	119	16	109	355	8,40	91,60	13,45
ARIS - Burtis	479	0	89	290	81,42	18,58	-
ARIS - QNP 22 e 24	930	0	58	189	93,76	6,24	-
ARIS - CAUB I	155	0	56	183	63,87	36,13	-
ARIS - Fercal III	42	5	42	137	-	100,00	11,90
ARIS - Fercal II	40	10	40	130	-	100,00	25,00
ARIS - Fercal IV (Queima Lençol)	65	10	34	111	47,69	52,31	15,38
ARIS - Vida Nova	214	0	14	46	93,46	6,54	-
TOTAL II	94.931	1.823	50.156	163.509	47,17	52,83	1,92

Tabela de dados obtidos do Projeto Vida e Água para ARIS: 06/2020²⁴.

Do total dos lotes sem abastecimento de água mais da metade deles estão concentrados em três ARIS: ARIS Sol Nascente, Arapoanga I e Mestre D'Armas I. Essas áreas representam 57,67% do total, totalizando 28.923 lotes. Ou seja, é uma quantidade absurda de pessoas que não têm acesso à água potável da CAESB, extremamente vulneráveis, principalmente nesse contexto de pandemia.

Alguns pesquisadores, assim como os pesquisadores e membros do projeto Vida e Água, tratam a pandemia de Covid como “Sindemia”. Ao tratar dessa maneira, levamos em

²⁴ Os dados desta tabela se referem somente às 39 ARIS oficiais do ano de 2020. As oito novas ARIS de 2021 não tiveram a população sem abastecimento de água declarada.

consideração as desigualdades sociais estruturais, que, juntamente com epidemias pré-existentes, aprofundam o contágio e a letalidade do novo coronavírus entre os grupos mais vulneráveis (De Sousa, 2021 about Fronteira et al., 2021). Nisso, por estarem no cinturão das desigualdades sociais no DF, as áreas periféricas sofrem mais impacto da Sindemia.

“Elemento central da vida humana e indispensável para a garantia de qualquer outro direito, especialmente o direito à saúde, o acesso à água de qualidade ainda é negligenciado para milhões de pessoas em todo o mundo. A sindemia contribuiu para dar mais visibilidade midiática a essa questão, tendo em vista que a primeira medida de proteção individual recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é a higienização constante das mãos. Nessa perspectiva, os grupos populacionais sem acesso à água são muito mais vulneráveis à infecção pelo novo coronavírus, bem como por outras doenças.” (DE SOUSA, p.2, 2021).

A ausência de água potável, bem como saneamento nas ARIS afeta profundamente a saúde das populações que ali residem, além de ser um item essencial nos cuidados básicos com higiene. Essa deficiência de acesso à água, seja em quantidade e/ou qualidade, obriga a população a deslocar-se em busca desse recurso, o que afeta o isolamento social podendo aumentar a proliferação do vírus. Com o surto de Covid-19 essas populações ficam suscetíveis à contaminação do vírus, bem como ao agravamento da doença já que residem em regiões em que os serviços de saúde são escassos ou ausentes. Os estudos analisados pelos pesquisadores do Projeto Vida e Água demonstraram o impacto de Covid-19 nas regiões periféricas onde situam as ARIS (ANEXO).

“Em 15/06, Ceilândia, onde se contabiliza os casos do Sol Nascente, era responsável por 3.045 casos (14,31% do total do DF), enquanto que Planaltina era responsável por 827 casos (3,89% do total do DF). (...) No período de 30/04 a 15/06 foi registrado um crescimento de 2.853,57 % nos casos de Covid-19 em Planaltina, enquanto que na Ceilândia esse crescimento foi de 4.513,64%. A média de crescimento de casos no DF, no período, foi de 1.506,26%. Nesse período, outras Regiões Administrativas também apresentaram crescimento dos números de casos acima da média do DF, ou seja, cerca de 1.500%, sendo elas: Recanto das Emas (2.894,74%), Samambaia (2.445,61%), Taguatinga (3.162,00%), Candangolândia (3.166,67%), Riacho Fundo I (3.335,71%), Estrutural (2.935,71), Sobradinho I (2.114,71%), Sobradinho II (3.233,33%), Gama (2.476,09%), Santa Maria (2.650,00%), Itapuã (8.233,33%), Paranoá (6.390,91%) e Brazlândia (4.400,00%). Ainda nesse mesmo período, os menores índices de crescimento foram verificados em Águas Claras/Arniquireiras (515,33%), Vicente Pires (740,54%), Sudoeste/Octogonal (655,10%), Lago Sul (335,90%), Plano Piloto (717,62%), Park Way (677,78%) e Jardim Botânico (637,93%), todos eles bem abaixo do crescimento médio de casos no DF.”(Fundamentos pela Vida e Pela Água nas ARIS do DF, 2020).

É perceptível que a proliferação e a letalidade do vírus afeta mais gravemente as regiões mais pobres, principalmente em Ceilândia e Planaltina, local onde existem as ARIS mais populosas do DF. Em relação aos óbitos em 15/06/2020, somente na Ceilândia, onde se

contabiliza as informações da ARIS do Sol Nascente, ocorreram um total 69 óbitos, 23,96% do total do DF e Planaltina ocorreram de 15 óbitos, 5,21% do total do DF.(Fundamentos pela Vida e Água nas ARIS do DF, p.3,2020). Já a região Central, de maior renda, teve os menores números de casos e óbitos pela doença. Esses dados dos primeiros meses de Covid no DF já demonstram o impacto da contaminação sobre as regiões das mais vulneráveis.

Os dados mais atuais demonstram que essas regiões continuam sendo fortemente impactadas pelas doenças. O boletim da Codeplan COVID-19 n° 51, 6 de abril de 2021 apontam as Regiões Administrativas que registraram maior número de óbitos nas últimas duas semanas foram: Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Planaltina, Plano Piloto, Gama e Guará, respectivamente. Ceilândia apresentou o maior número de óbitos, com 100 vítimas da COVID-19 nas últimas duas semanas.(CODEPLAN, 2021) O boletim da Codeplan COVID-19 n° 84, 23 de novembro de 2021, publicado recentemente, aponta que até 21/11, a maior concentração de casos foram em Ceilandia (52.789), Plano Piloto (52.154) e Taguatinga (40.015). As regiões com maior quantidade de vítimas da COVID-19 são Ceilândia (1.528), Taguatinga (1.058) e Samambaia (897) e, como proporção da sua população, as regiões líderes no ranking do coeficiente de mortalidade são Sobradinho (757 óbitos a cada 100 mil habitantes), Taguatinga (503) e Gama (489) (CODEPLAN, 2021).

Neste mesmo documento foi apontado que a pandemia tem se mostrado mais letal (a proporção de óbitos em relação ao total de infectados/taxa de letalidade) em Sol Nascente/Pôr do Sol, em primeiro lugar (4,36% dos infectados vieram a óbito), seguida de Arniqueira (3,20%) e Santa Maria (3,13%).(CODEPLAN, 2021). Tanto em Sol Nascente quanto em Santa Maria possuem ARIS sem abastecimento de água potável e famílias em vulnerabilidade social e suscetíveis ao agravamento da doença. Os dados analisados produzidos pelo Projeto Vida e Água evidenciam que:

i) Há um elevado crescimento de casos e de óbitos no DF comparando o mês de abril com o período de junho até o dia 15;

ii) Esses crescimentos são maiores em Regiões com populações de baixa renda e menores em Regiões com populações de maior renda;

iii) Os locais com populações de baixa renda são aqueles com menores índices de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb;

iv) Nas ARIS ocorrem as maiores concentrações de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário; e

v) Nas ARIS se tem os piores serviços prestados pelo Estado, principalmente aqueles de infraestrutura urbana (água, esgotos, drenagem, pavimentação,

distribuição de energia e iluminação pública, dentre outros).”(Fundamentos pela Vida e Pela Água nas ARIS do DF, p.4, 2020).

Neste contexto pandêmico, o projeto Vida e Água vai se inserir do seu início até os dias de hoje, articulando e fortalecendo uma rede na luta pela água e pela vida. Mas os problemas e a vulnerabilidade social nas ARIS são e sempre foram anteriores à Sindemia. A covid-19 só exacerbou o que já existia, deixando a população desprotegida e sujeita a contaminação e morte pela doença. A metodologia do projeto parte da pesquisa-ação, buscando fugir dos modelos padrões e hegemônicos de pesquisa no meio acadêmico. A pesquisa-ação vai buscar uma investigação que parta de uma autorreflexão coletiva em busca da transformação e melhoria da realidade social. Logo abaixo, segue uma tabela com as fases da pesquisa-ação em comparação com a pesquisa clássica.

Figura 3- Fases da Pesquisa- Relação entre pesquisa-ação e pesquisa clássica

FASES	PESQUISA-AÇÃO	PESQUISA CLÁSSICA
Formulação do problema	O problema nasce, num contexto preciso de grupo em crise, em busca da tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva.	
Coleta de dados	As questões são as da coletividade inteira e não as de uma amostra representativa. Instrumentos semelhantes, mas, são mais interativos e implicativos com “Diários”.	Instrumenta racionalmente e descreve o modo de coletar dos dados, de levar em consideração as fontes, os instrumentos de investigação, de escolher amostra.
Avaliação da qualidade dos dados	Os dados são retransmitidos à coletividade, a fim de conhecer sua percepção da realidade, avaliar os problemas detectados, redefinir o problema e encontrar soluções.	Os dados são analisados com critérios de qualidade e de confiabilidade, reduzindo influência externa sobre as variáveis selecionadas para o estudo como objeto da única interpretação do pesquisador.
Análise e interpretação dos dados	Análise e interpretação são produto de discussões de grupo com linguagem acessível a todos envolvidos na investigação, objetivando análise de suas reações.	Utiliza a estatística para verificar a correlação entre as variáveis; se a análise é qualitativa é complexa e reservada aos profissionais de pesquisa. A interpretação é feito de modo isolado.
Apresentação dos resultados	Submete os resultados, previamente negociados dia a dia na coletividade, que determina as “possibilidades de melhorias” e propõe novas estratégias de ação. Comunica em forma acadêmica.	Produz Relatório escrito, redigido em norma culta, para outros pesquisadores ou leitores esclarecidos. Comunica em forma acadêmica: publicações e eventos.

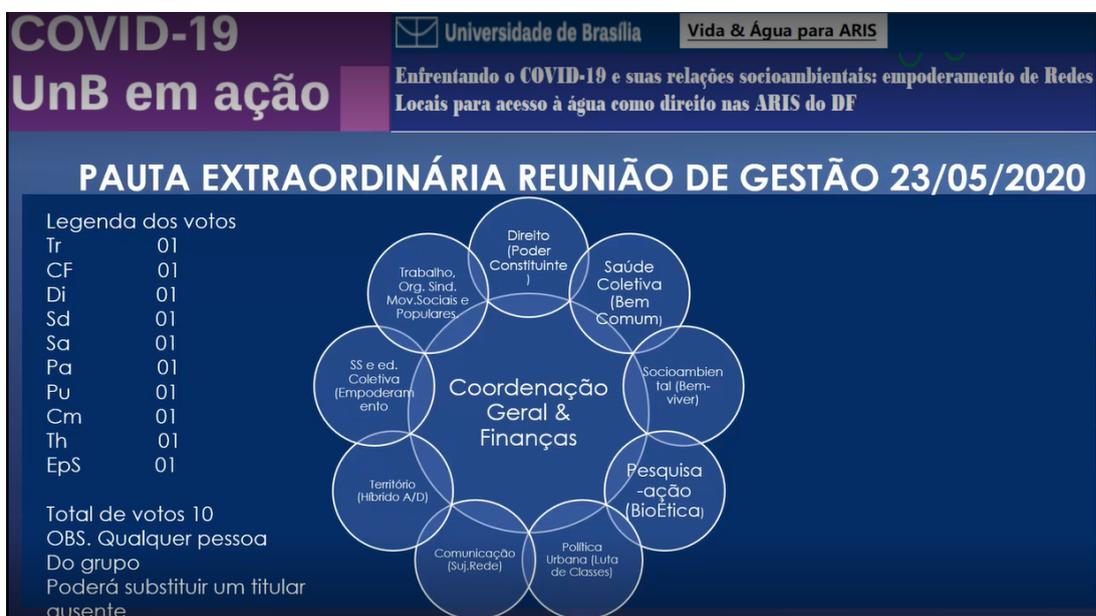
Fonte: Essa imagem foi retirada do arquivo sobre “Pesquisa-ação” do projeto Vida e Água.

A partir da pesquisa-ação, o projeto vai atuar buscando uma tomada de consciência coletiva dos atores sociais envolvidos, bem como um diálogo entre todos e trazendo, desde a coleta, avaliação, análise e interpretação, um trabalho em conjunto e coletivo. Em minhas palavras: de todos, para todos (PEREIRA, 2018). Essa forma de metodologia trouxe uma inovação incrível e muito rica para o projeto, para a UnB e para a minha formação. Uma

forma de buscar, agregar e compartilhar conhecimento, sem nenhuma discriminação de título e formação acadêmica, onde todos tem o seu saber validado.

O Projeto atua em várias frentes de conhecimento e de estratégias de ação, buscando uma atuação multidisciplinar. O fato do projeto atuar numa realidade social tão complexa e diversa exige uma atuação da mesma maneira. A riqueza maior é a rede coletiva abrangente e diversa que faz o projeto ter membros da universidade, das comunidades, das ARIS, de movimentos sociais e de diversas profissões, de formação, etc. Abaixo está uma imagem que vai demonstrar essa diversidade de atuação e saberes e um pouco sobre como o projeto atua.

Figura 4- Organização do Projeto Vida e Água para ARIS

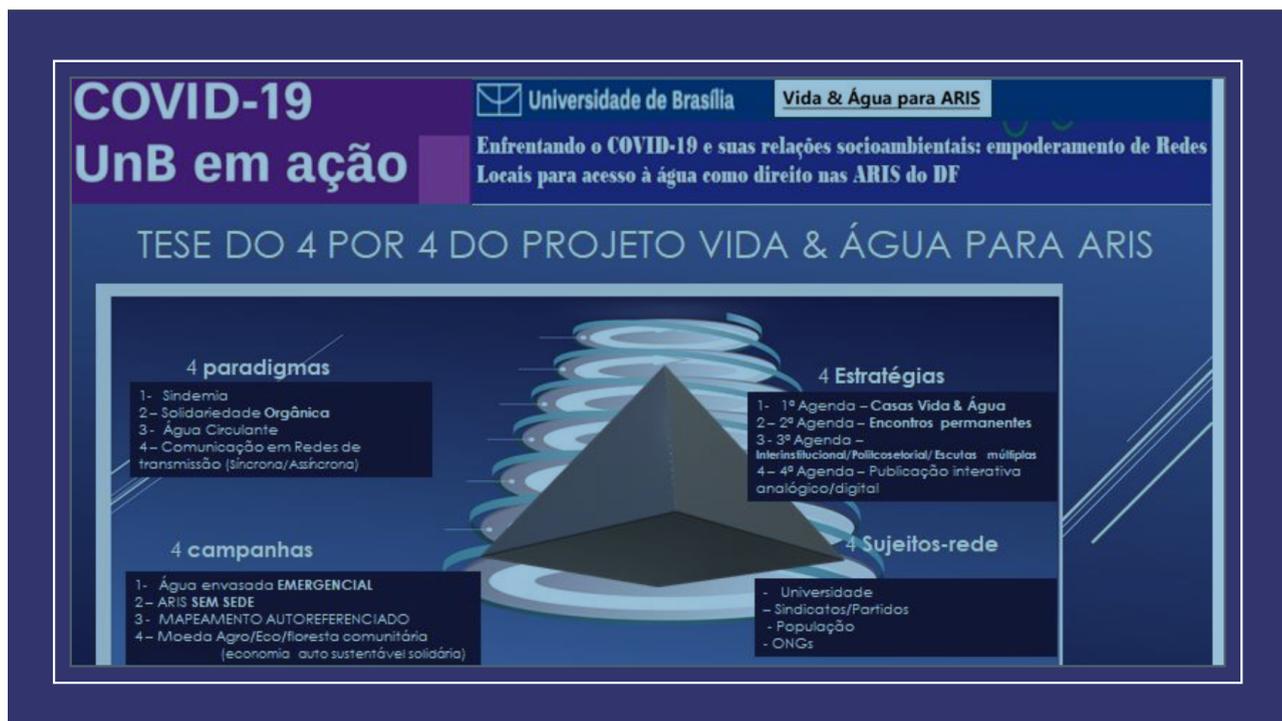


Fonte: Print retirado de uma reunião do projeto Vida e Água para ARIS. 23/05/2020.

A metodologia da pesquisa-ação que faz o projeto atuar e entender a crise sanitária da Covid-19 como algo além de uma pandemia. Entender as necessidades socioambientais das ARIS é enxergar o que o coletivo da comunidade enxerga. A pobreza, a falta de água, de saneamento, de serviços de saúde, de assistência social, de segurança, de educação, entre diversos outros. A negação do direito à cidade, à água, à vida... isso mata mais que o vírus. Antes da covid chegar nas ARIS o caos, a miséria e a doença já existiam. Existe em todas as periferias e áreas pobres do Brasil e do Mundo. A pandemia veio para agravar todos esses problemas.

O agravamento da doença nas ARIS nos leva a pensar além do conceito de pandemia. Por isso, partindo do olhar coletivo da pesquisa-ação nós do projeto Vida e Água utilizamos o termo “Sindemia”. Na fala do Profº Perci “ Pandemia o Lago Sul enfrenta, mas Sindemia Sol Nascente, Pôr do Sol enfrenta”. Abaixo segue a metodologia da tese 4 por 4 do Projeto Vida e Água para ARIS.

Figura 5- Tese do 4 por 4 do Projeto Vida e Água para ARIS



Fonte: Relatório Preliminar do Projeto Vida e Água para ARIS apresentado na Audiência Pública Câmara Legislativa do DF 28/06/2021.

A atuação do projeto se dá pela tese do “4 por 4: 4 paradigmas; 4 campanhas, 4 estratégias e 4 sujeitos. A partir desses pontos importantes que as ações do projeto se desenvolvem e definem o foco de atuação, como e onde atuar e os sujeitos e redes atuantes. Quanto aos paradigmas, o projeto atua reconhecendo a crise nas ARIS não como Pandemia, mas sim Sindemia. A ampliação da visão da totalidade existente nessas áreas permite um olhar mais profundo e crítico da realidade social desses territórios vulnerabilizados. A atuação se organiza de forma coletiva e solidária, de todos para todos.

As ações do projeto buscam a ajuda solidária às famílias mais necessitadas nas ARIS, empoderando e reafirmando os direitos e acesso à políticas públicas e sociais. O foco do projeto, dentre as diversas outras demandas que fazem parte da luta coletiva, é a luta pelo abastecimento de água potável da CAESB às ARIS. A luta pela água é a luta pelo direito à

saúde, à dignidade humana, à vida. Por último, a comunicação entre os membros do projeto por meio de redes de transmissão, seja síncrona ou assíncrona. Nesse contexto da crise sanitária da Covid-19 as redes sociais se tornaram uma ferramenta essencial para os trabalhos à distância.

Quanto às estratégias, campanhas e sujeito-rede irei mencionar posteriormente no tópico 3.3.

3.2 As ARIS do DF: mais que um produto da Questão Urbana

As ARIS podem ser consideradas a representação mais complexa e profunda da segregação socioespacial no Distrito Federal. O processo de exclusão social e aprofundamento das desigualdades fez e faz surgir periferias dentro de periferias. A ARIS Sol Nascente surgiu do processo de segregação socioespacial existente na Ceilândia, por exemplo. Mas mesmo a Ceilândia está equipada, insuficiente ou não, de serviços públicos e do mínimo possível de infraestrutura urbana. Onde já foi uma área de ocupação, ilegal perante ao Estado, hoje é uma cidade com infraestrutura e “status” de cidade. Mesmo sendo uma área urbana legal, a Ceilândia é periferia, fruto da segregação socioespacial germinada do criação do Plano Piloto e que sofre até hoje com a exclusão e desigualdade geográfica.

As ARIS surgem desse processo mas estão aquém da visão e atuação das políticas urbanas. São 48 áreas de regularização de interesse social que estão sem estrutura, sem aparato e proteção nenhuma do GDF. O item mais básico de sobrevivência que é a água potável está ausente para milhares de famílias. Essas áreas estão abandonadas pelo Estado e fora do interesse da política urbana e habitacional. Em contraste com as áreas ricas e nobres que usufruem de aparelhos públicos e infraestrutura adequada para a população. Lojkin (1997) deixa claro a contradição da política urbana, a sua essência primordial e seu papel na manutenção da segregação socioespacial.

Desde de 2009 com a criação das ARIS percebe-se que a política urbana do DF não prioriza as camadas populares. São 12 anos desde o início da regularização dessas áreas e não foi garantido o direito à cidade a nenhuma delas. Nem o acesso emergencial à água potável garantido por lei foi respeitado. Do lado oposto percebe-se uma política urbana que investe maciçamente em áreas nobres, condomínios de classe média e classe alta e empreendimentos imobiliários. O governo atual do Distrito Federal deixa claro os seus

interesses com as desocupações ilegais e autoritárias que ocorreram e ocorrem nesse contexto de Sindrome.

Para demonstrar a contradição da política urbana no DF farei uma análise do impacto do empreendimento do Complexo Viário Norte em relação às áreas nobres e as ARIS que estão nas proximidades. Inaugurado em 12/05/2021 com o nome de Complexo Viário Governador Roriz, em homenagem ao ex gestor do Distrito Federal, esse empreendimento investiu 220 milhões na construção de 23 viadutos e 4 pontes²⁵. O conjunto de viadutos e ponte formam a ligação Torto-Colorado e Trevo de Triagem Norte que formam o complexo inteiro. O início do processo para a construção do complexo iniciou em 14/08/2009 com o processo N° 391.001.088/2009 (original: 02008.000.114/2009-51 IBAMA-DF) encaminhado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) (GDF, 2013). Lembrando que o início do processo do empreendimento foi no mesmo ano em que foram criadas as ARIS com o PDOT 2009.

Figura 6- Complexo Viário Governador Roriz



Fonte: Site Agência Brasília.df.gov. 11/5/21

As construções realizadas nesse empreendimento demonstram por si só como a política urbana privilegia as áreas nobres. A destinação de recursos para essas obras, como demonstrada no capítulo anterior, vai ser o Plano Piloto e as áreas mais nobres do centro, contribuindo ainda mais para a segregação socioespacial (CODEPLAN, 2021). A razão do empreendimento em si o privilégio aos privilegiados. Para a população que mora nessas áreas

²⁵ <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/12/inaugurado-complexo-viario-governador-roriz/>

nobres e utilizam o transporte individual é uma “mão na roda” para um deslocamento mais rápido. Beneficia o transporte de mercadorias e o comércio e indústria, demonstrando o papel da Política urbana na manutenção da Capital. E as classes populares? Como fica nesse contexto? Ampliou o transporte público? O povão tem automóvel individual para usufruir das pontes e viadutos? Logo abaixo tem uma tabela com o fluxo de viagens que utilizam a rede viária na região do empreendimento.

Figura 7- Fluxo de viagens

Estimativa de viagens geradas		
EMPREENDIMENTOS	UVPS HORÁRIO DE PICO MANHÃ	UVPS HORÁRIO DE PICO TARDE
Cidade de Samambaia e Projetos especiais*	768	533
Subcentro leste - Samambaia	2.414	1.675
Polo Logístico	2.058	1.447
Águas Claras	6.539	4.539
Arnieiras, Park Way e Bernardo Sayão	755	524
Centro Metropolitano Guará	2.350	1.631
SMAS Trecho 01 e 02 e Expansão SOF	1.713	1.189
SMAS Downtown pousadas	727	727
Setor Habitacional Região dos Lagos	2.163	1.501
Setor Habitacional Boa Vista	221	153
Setor Habitacional Paranoazinho	937	651
Setor Habitacional Taquari (Etapa 01)	1.339	930
Setor Habitacional Taquari (Etapa 02)	5.765	4.002
Setor Habitacional Torto	616	428
Parque Tecnológico	1.878	1.303
Noroeste	6.444	4.612

Fonte: Documento da SEDUH.DF.GOV, 11/2017.

Mesmo antes da conclusão da construção do Complexo Viário, é perceptível qual das regiões tem mais fluxo e as que têm menos. Os Setor Habitacional Taquari (02) e o Noroeste, por exemplo, têm o fluxo de viagens de 9 e 10 vezes, respectivamente, ao Setor Habitacional Torto. Tanto o Taquari, quanto o Noroeste são bairros de classe média e alta, onde residem famílias com alto padrão de vida e renda. Segundo o PDAD 2019, o Noroeste, por exemplo, tem uma renda média bruta do trabalho de R \$12.364, enquanto a média do DF é de R \$3.435. 88,9% dos moradores do Noroeste utilizam carro para ir ao trabalho, enquanto somente 5,1 % utilizam o transporte público²⁶.

²⁶Acesse: <https://www.planopiloto.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Apresentacao-PDAD-Plano-Piloto-FINAL-AJUSTADA.pdf>

O Setor Habitacional do Torto, localizado na Região Administrativa do Lago Norte vivencia uma realidade diferente. Nesse setor está localizado a ARIS Torto, uma das regiões que não são abastecidas por água potável da CAESB. São 333 terrenos sem ligação com uma população de 1.086 sem abastecimento²⁷(FUNDAMENTOS PELA VIDA E ÁGUA NAS ARIS, 2020). Ou seja, a ARIS Torto mesmo dentro de uma região nobre central do DF é uma área precarizada e ausente de políticas públicas.

Em relação ao transporte, podemos deduzir que a população da Granja do Torto é mais dependente do uso do transporte público. Ao analisar as linhas e horários disponíveis no site DF no Ponto da Secretaria de mobilidade da Granja do Torto até a Rodoviária do Plano Piloto temos somente três opções:

Figura 8- Linhas: Granja do Torto - Rodoviária do Plano Piloto.

SELECIONE UMA LINHA		
Filtrar		
Tarifa		
Número	Descrição	Valor (R\$)
0.128	Rodoviária Plano Piloto / W3 Norte / Granja do Torto	3.80
128.4	Terminal Asa Sul / W3 Sul / L2 Norte / Granja do Torto	3.80
128.1	Rodoviária Plano Piloto / W3 Norte (Noroeste) / Granja do Torto	3.80

Fonte:DF no Ponto/SEMOB 12/2021.

Figura 9- Linhas: Noroeste- Rodoviária do Plano Piloto

SELECIONE UMA LINHA		
Filtrar		
Tarifa		
Número	Descrição	Valor (R\$)
143.1	Rodoviária do Plano Piloto / RCG (Colégio Militar)	3.80
0.016	Terminal Asa Sul / EPIG / Setor Noroeste	3.80
116.2	Rodoviária do Plano Piloto / Eixo Monumental / Setor Noroeste	3.80
151.2	Cruzeiro / Octogonal / Setor Policial / W3 Sul - Norte / Setor Noroeste	3.80
143.2	Rodoviária do Plano Piloto / Hospital da Criança / Setor Militar Urbano	3.80
128.1	Rodoviária Plano Piloto / W3 Norte (Noroeste) / Granja do Torto	3.80
0.143	Rodoviária do Plano Piloto / Hospital da Criança / Regimento de Cavalaria da Guarda	3.80

Fonte:DF no Ponto/SEMOB 12/2021.

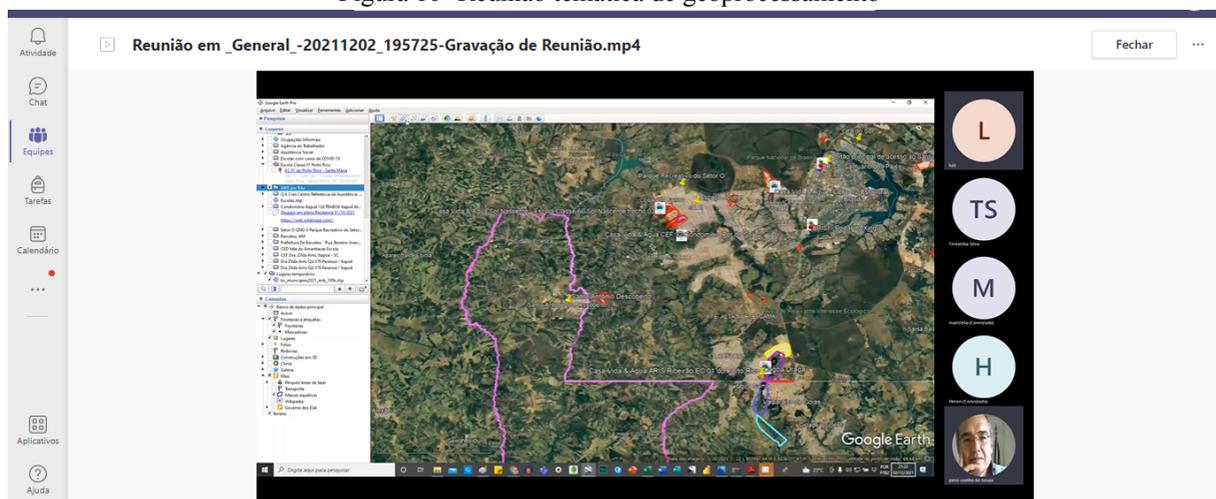
A partir desses dados é perceptível o caráter contraditório da política urbana e como ela atua sobre o território. Ela se torna um instrumento tão cruel que nega o direito à água

²⁷ Dados PDAD 2018 analisados em documentos do projeto Vida e Água para ARIS.

para as famílias mais necessitadas, enquanto equipa áreas nobres com serviços públicos que nem são prioridades em suas localidades. Porque a região que mais utiliza transporte individual tem mais linhas de transporte público que a que tem menos carros e automóveis? O direito e o privilégio para os privilegiados e a ausência e insuficiência para os sem privilégios. A construção desse complexo viário trouxe mais benefícios para as classes média e alta do que para a maioria da população. Brasília foi pensada e construída para o automóvel e não para ter transporte coletivo para o povo.

A atuação no Projeto Vida e Água me mostrou na prática as teorias da Questão Urbana e como se manifesta no território geográfico. Nessa busca de pesquisa-ação, produção e compartilhamento de conhecimento, o projeto iniciou o mapeamento auto referenciado das áreas da ARIS, de nascentes, entre outros. A partir do geoprocessamento, o projeto se fortaleceu bastante no sentido de agregar e produzir conhecimento e levar isso para as comunidades e seus habitantes. Foram realizadas reuniões e oficinas para a produção de mapas com os membros do projeto e os estudantes da disciplina de pesquisa de Grandes Temas. Na imagem abaixo um print de uma das nossas reuniões de Geoprocessamento com a participação de professores, estudantes, membros de coletivos e movimentos sociais e moradores das ARIS.

Figura 10- Reunião temática de geoprocessamento

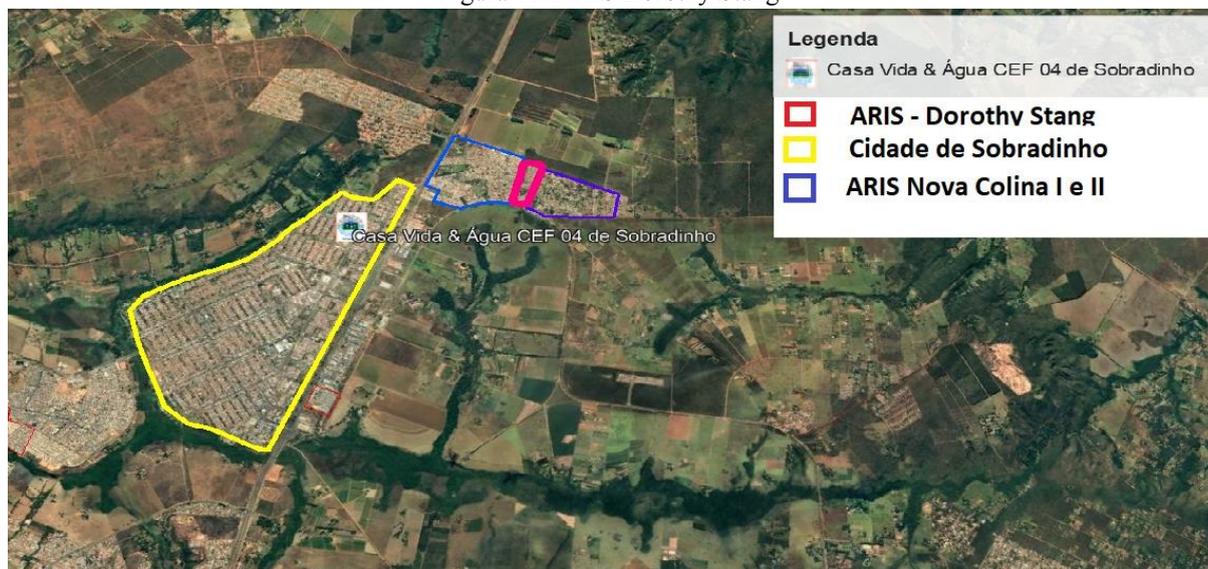


Fonte: Captura de tela do autor de uma reunião realizada pelo Microsoft Teams do Projeto Vida e Água para ARIS. 02/12/2021.

Utilizando da ferramenta do geoprocessamento demonstrarei na prática como que a segregação socioespacial incide sobre o território, principalmente nas ARIS. A ARIS Dorothy

Stang foi umas das 8 áreas regularizadas recentemente em julho de 2021²⁸. Situadas proxima à Região Administrativa de Sobradinho, faz parte de um novo processo de ocupação ilegal do solo existente entre outras duas áreas de regularização, a ARIS Nova Colina I e a Nova Colina II. A imagem abaixo demonstra o mapa georreferenciado da localização da ARIS Dorothy Stang.

Figura 11- ARIS Dorothy Stang



Fonte: Mapa geoprocessado elaborado pelo autor e orientador Prof^o Perci Coelho de Souza, Projeto Vida e Água para ARIS.

A ARIS fica localizada próxima à BR 010, rodovia que está conectada ao Complexo Viário Governador Roriz. Por não ter escola, e nenhuma das ARIS próximas não possuir também a Casa Vida e Água²⁹ mais próxima fica na cidade de Sobradinho. O fato de nenhuma das 3 ARIS possuírem espaços públicos comunitários demonstra os entraves na regularização dessas áreas. Esses entraves chegam ao nível mais básico de todos, como o abastecimento de água potável da CAESB. A ARIS Nova Colina I tem 5.552 habitantes sem abastecimento e a ARIS Nova Colina II com 1.229 habitantes (Dados figura 1). Por ter sido regularizada muito recentemente os dados da ARIS Dorothy Stang ainda não foram contabilizados, mas pelo relato dos moradores, não é fornecido água potável nessa área.

²⁸Fonte: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/ibaneis-sanciona-lei-que-cria-oito-novas-areas-de-regularizacao-d-e-interesse-social/>

²⁹ As Casas Vida e Água são inauguradas em espaços comunitários, de preferência em escolas. No próximo tópico explicarei mais sobre essas casas.

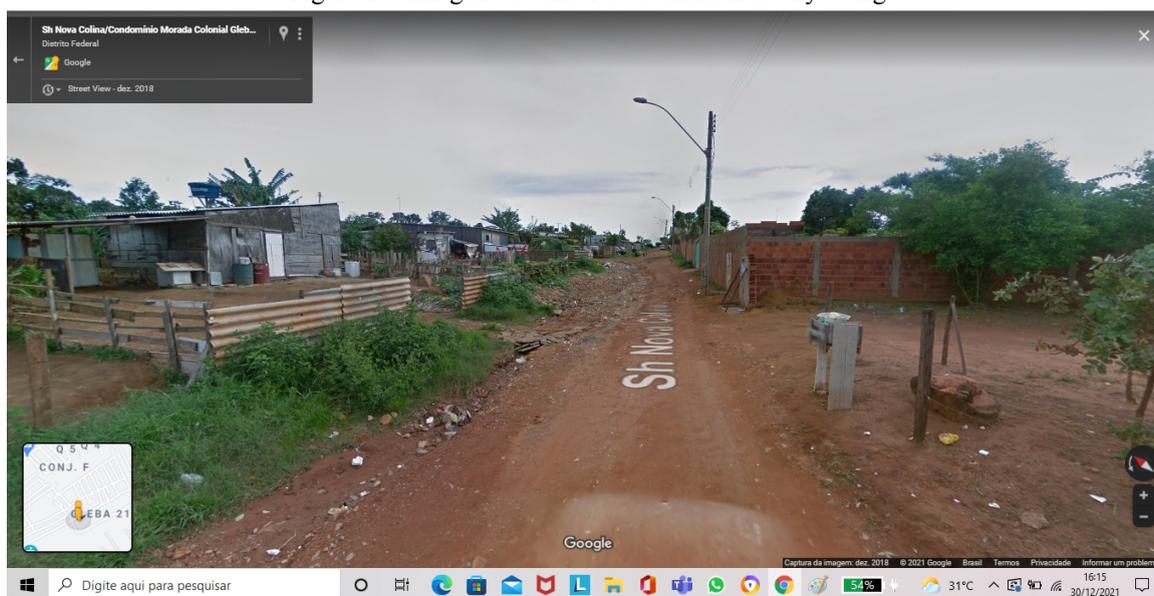
Figura 12- Imagem aérea da ARIS Dorothy Stang



Fonte: Mapa geoprocessado elaborado pelo autor e orientador Profº Perci Coelho de Souza, Projeto Vida e Água para ARIS.

A ARIS Dorothy Stang está no meio da imagem, na área que as ruas estão mais “vermelhas” demonstrando a ausência de pavimentação e calçamentos. Vista por cima através dessa imagem geoprocessada é possível ver o contraste dela em relação às ARIS Nova Colina I e II não necessitando de sinalizações para destacar as áreas. A própria imagem da estrutura urbana do lugar já diz muito da ARIS.

Figura 13- Imagens de uma rua da ARIS Dorothy Stang

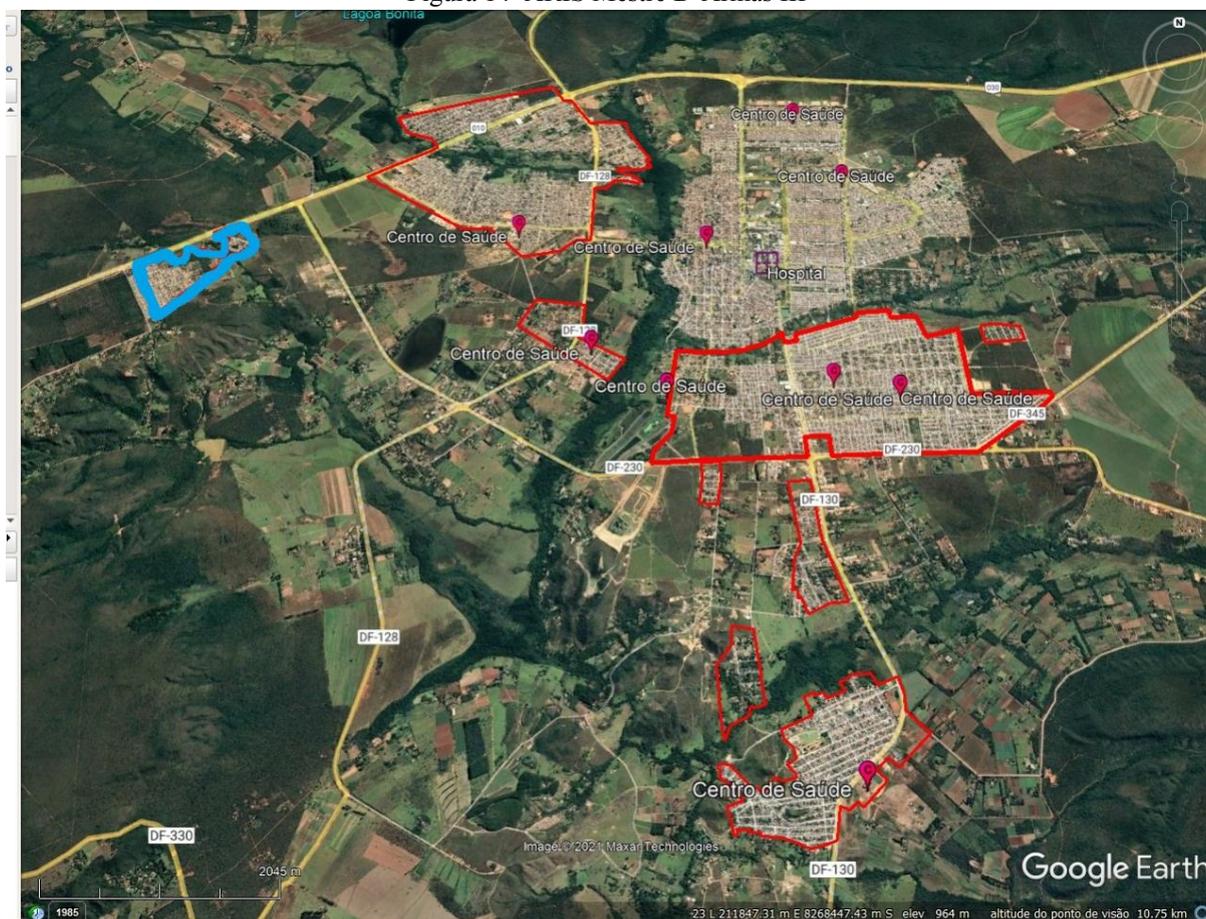


Fonte: Imagem geoprocessada elaborado pelo autor.

Nessa imagem acima é possível visualizar a ausência de pavimentação, de saneamento básico e pela quantidade de lixo na rua de terra, dá para deduzir que não tenha coleta de resíduos. Pela precariedade das habitações, feitas de tábuas e outros materiais é nítida a situação difícil em que vivem as famílias dessa ARIS. Vivem não, sobrevivem! Sem água potável da CAESB, sem saneamento, sem pavimentação, sem moradia adequada. Tem aquele velho ditado popular que diz: “ Uma imagem vale mais que mil palavras”. Essa imagem de uma rua da ARIS Dorothy Stang diz um pouco sobre a dura realidade desse lugar. Diz um pouco porque os problemas vão além e são muito mais complexos do que a imagem demonstra.

Nesse novo exemplo o geoprocessamento está evidenciando mais uma vez como a segregação socioespacial e o caráter contraditório da política urbana impactam na distribuição de equipamentos públicos. Na imagem está situada a região de Planaltina-DF, área que tem a maior concentração de ARIS e de população sem acesso à água.

Figura 14- ARIS Mestre D'Armas III



Fonte: Mapa geoprocesado elaborado pelo autor e orientador Prof^o Perci Coelho de Souza, Projeto Vida e Água para ARIS.

No mapa estão destacadas as ARIS e os centros, unidades de saúde e hospitais. A área sem destaque e com mais equipamentos de saúde é a cidade de Planaltina, privilegiada em comparação a outras áreas. Destacado em azul está a ARIS Mestre D'Armas II, área com 1,715 habitantes sem acesso à água potável (ATLAS ARIS, 2020). Nota-se também que a população dessa área não tem unidades de saúde em seu território, fazendo com que a população desloque até outras localidades para serem atendidas. Mestre D'Armas II também está situada às margens da BR 010, trecho conectado com o empreendimento viário citado anteriormente.

Nisso, a partir da exposição dos dados coletados, dos mapas geoprocesados pelo Projeto Vida e Água deixa o papel contraditório da política urbana no DF, especificamente na

região norte. O GDF investe milhões em obras que vão beneficiar as classes médias e altas do território, enquanto as classes populares que residem próximas não têm acesso a equipamentos e serviços públicos. São excluídas dos direitos mais básicos que é o acesso à água potável.

Quantas ruas, postos de saúde, saneamento, abastecimento de água seria garantido com o recurso investido no Complexo Viário Governador Roriz? Provavelmente, muitos. Se esse recurso fosse investido em Política Urbana nas ARIS a CAESB estaria abastecendo as milhares de famílias sem água potável. Se a lógica da CAESB não fosse a do Capital mas sim a do direito não existiria falta de água. Lojkine (1997) deixa claro como que o Capital divide as classes no território, colocando o pobre no lugar do pobre e utilizando da Política Urbana para beneficiar os ricos.

3.3 A importância dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade no DF

Diante do espaço geográfico urbano segregado e permeado de conflitos e das contradições dentro da Política Urbana, os movimentos sociais têm uma importância enorme na luta pelo direito à cidade. O DF teve a sua origem fundada na desigualdade e na exclusão das camadas populares que vem sendo subjugadas até os dias de hoje. O conflito daquele contexto é o conflito de hoje. A política de remoção de ocupações sempre existiu dentro do papel regulatório do Estado, que utiliza desse poder contra as famílias pobres que vivem em áreas não regularizadas. A face se mostra tão cruel que nem no contexto Sindêmico, com as proibições das desocupações por determinação do Senado Federal com a PL 827/2020³⁰, o GDF continuou a desocupar as famílias.

³⁰ A PL 827/2020 estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, urbano ou rural, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias. Para saber mais: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148656>

Figura 15- Ocupação CCBB



Fonte: autor. 09/04/2021

Figura 16- Escolinha do Cerrado/ocupação CCBB



Fonte: Brasil de Fato.

Essas imagens são da Ocupação do Centro Cultural do Banco do Brasil CCBB, local que sofreu diversos ataques e despejos por parte do Governo, com muita violência e arbitrariedade. No dia 07/04/2021 a Escola do Cerrado, iniciativa de vários movimentos que dá aula voluntariamente para as crianças da comunidade, foi demolida após algumas tentativas sob forte violência policial e dos fiscais do DF Legal.

Figura 17- Escolinha do Cerrado destruída



Fonte: Correio Braziliense (Créditos Subvertemos).

Figura 18- Ocupação CCBB



Fonte: autor. 09/04/2021

Figura 19- Ocupação CCBB



Essas imagens traduzem a difícil situação em que se encontram as famílias sem teto no DF. A Questão Urbana expressa da maneira mais visível, famílias sem moradia, marginalizadas e segregadas pelo próprio sistema e violentadas por querer um teto. Em contexto de crise sanitária e social o GDF violenta essas famílias dessa maneira, mesmo com proibição judicial. A Política Urbana trabalhando para cumprir o seu papel de privilégio aos privilegiados.

A terra urbana, moeda valiosa do mercado imobiliário, não deve ser ocupada pelos pobres. No centro ainda? Plano Piloto? jamais!! Assim que pensa e age o sistema. Assim que pensa e age o Estado. Juntos, lado a lado defendendo os interesses dos ricos e atacando os pobres. Mas existe resistência, existe contra-hegemonia. As imagens já mostram a luta que existe contra o sistema opressor. Os movimentos sociais de luta pela moradia, pela água, pelo direito à cidade existem nas origens de Brasília. Desde o dia que as máquinas e as indústrias mudaram o urbano que os conflitos e lutas nas cidades se intensificaram.

Nesse contexto, o Projeto Vida e Água nas ARIS surge e se ergue no enfrentamento dessas questões, anteriores a Pandemia, mas agravam as condições de vida das famílias que vivem nessas áreas de regularização. A UnB com essa iniciativa do Edital COPEI deixa claro a sua importância na sociedade, como instituição que luta pelos direitos, pelo direito à vida e dignidade humana. Da mesma forma o Vida e Água atua, lutando, articulando, compartilhando e produzindo conhecimento, empoderando as comunidades e enfrentando os empecilhos e dificuldades diante do difícil contexto em que estamos.

O Projeto atua por meio da tese “4 por 4”, sendo a primeira dos 4 Paradigmas descrita no Tópico 3.2 página 36. As ações são desenvolvidas em torno da coletividade e participação igual entre todos os membros sem qualquer discriminação. No enfrentamento ao foco do problema que é a ausência da água potável da CAESB nas ARIS, o projeto desenvolve quatro campanhas:

1. Água envasada emergencial.
2. Campanha ARIS sem sede.
3. Mapeamento auto referenciado- Geoprocessamento.
4. Economia solidária- Água não é mercadoria.

Essas campanhas visam, de forma emergencial, levar água potável para as ARIS sem abastecimento da CAESB. Por meio das campanhas visam dar visibilidade para essas áreas vulneráveis à crise sanitária. Foi demonstrado a importância da água para as medidas de higiene perante a Covid- 19 e às diversas outras doenças que exigem saneamento adequado. Na ausência dessas condições tem-se um pior índice de contaminação e óbitos, colocando as áreas mais pobres e sem infraestrutura e serviços públicos adequados numa posição pior nos índices.

O projeto reforçou o valor da água como um direito humano e de todos diante da lógica mercadológica que a CAESB atua. A água tem que ser vendida? sua garantia tem que está atrelada à uma lógica consumista? A CAESB atua na lógica do “Compensa vender”? É viável economicamente?” A lógica do Capital invadiu uma empresa pública. A água tem que ser garantida de forma emergencial para as ARIS e o Estado não garante. É mais viável fazer ponte e viaduto para as classes média e alta do que abastecer os as classes baixas com água potável. Os empresários do ramo da construção comemoram e os mais pobres choram. O dinheiro impera.

Na negação do direito à água pela CAESB o projeto buscou outras formas de garantir água potável e de qualidade para as famílias nas ARIS. O Projeto Vida e Água para ARIS articulou para que sejam distribuídos galões com água potável nas áreas em emergência sanitária. A entrega dos galões foi realizada em parceria com o Instituto Oca do Sol, que disponibilizou o recurso hídrico pelo projeto Águas da Serrinha do Paranoá. Esse projeto é uma iniciativa voltada para recuperação de nascentes e córregos que abastecem o lago Paranoá com água limpa em uma área no Lago Norte. Os galões foram certificados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) (Notícias UnB). Ou seja, além de ser um recurso de qualidade e certificado pela ADASA, é um fruto da preservação do meio ambiente, sustentável e de todos e todas, não representando uma mercadoria.

Figura 20- Serrinha Paranoá



Fonte: Projeto Vida e Água para ARIS

Figura 21- Água envasada emergencial da Serrinha Paranoá



Fonte: Projeto Vida e Água para ARIS

Figura 22- Água envasada emergencial distribuída na Casa Vida e Água



Fonte: Projeto Vida e Água para ARIS

Essa distribuição de água envasada emergencial só foi possível pela articulação e trabalho em conjunto com o Instituto Orca do Sol, com o projeto Águas da Serrinha do Paranoá, com a UnB que disponibilizou os galões e o transporte, com os membros do Vida e Água, com representantes das comunidades, entre outros. O Instituto Orca do Sol, bem como o projeto do Paranoá tem um papel muito importante na preservação e na luta pela preservação das águas. A coletividade e a dedicação em prol da luta pela água potável nas ARIS. O Coordenador do Projeto e Orientador desse projeto Prof^o Perci afirma: "Nosso projeto quer contribuir para o enfrentamento da covid-19, empoderando as redes de apoio a essa população mais vulnerável. O acesso à água da Caesb e da Serrinha do Paranoá é apenas o primeiro passo"³¹.

O projeto, a partir de uma articulação feita pelo Sindicato dos Professores do DF (SINPRO), conseguiu uma parceria com a TV Comunitária DF³² para a apresentação de programas e seminários temáticos sobre diversos temas relevantes relacionados às ARIS. A TV comunitária é um espaço que dá visibilidade para as minorias e as classes trabalhadoras e tem contribuído bastante para o projeto da UnB. Ao todo já foram realizados 24 programas do Vida e Água para ARIS, que contaram com a participação de moradores das comunidades, entidades, movimentos sociais, entre vários outros, para discutir temas importantes em relação ao que o projeto atua e enfrenta.

³¹Fonte:<https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4796-projeto-da-unb-entrega-agua-a-moradores-de-comunidade-em-situacao-de-vulnerabilidade-socioeconomica-no-df>

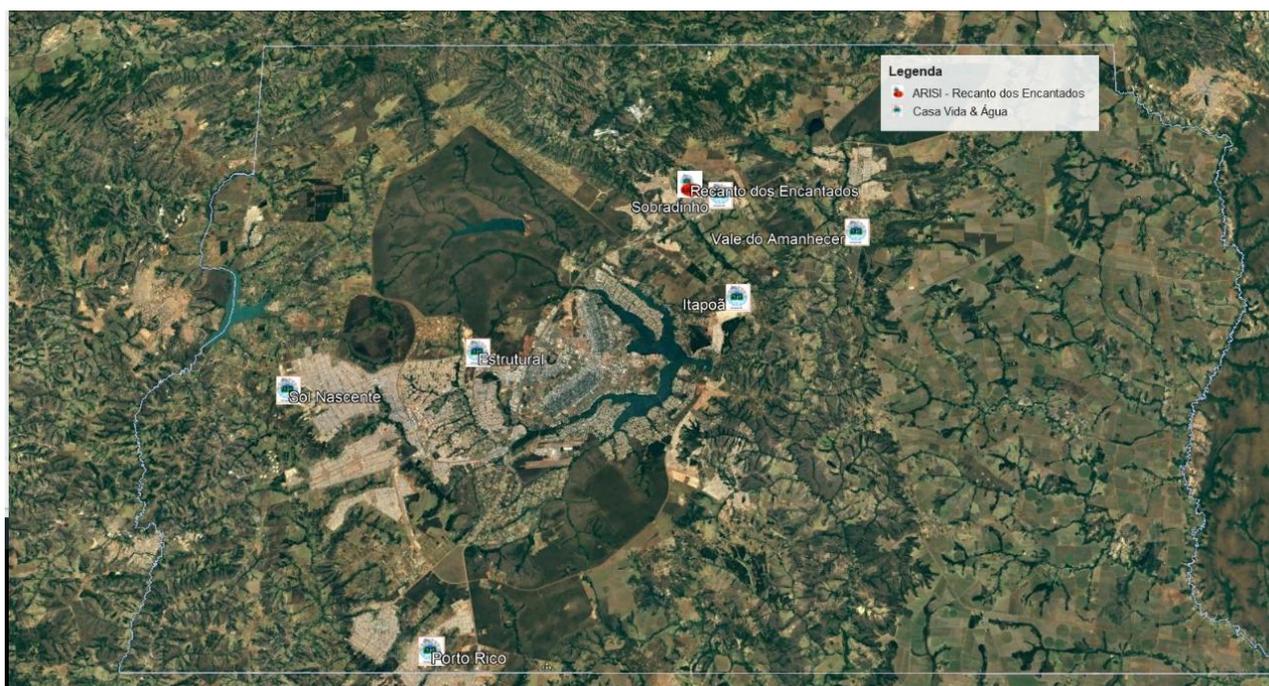
³² Para saber mais acesse:<http://www.tvcomunitariadf.com/sobre/>

O projeto se desenvolve em quatro estratégias (Agendas): A primeira agenda é a inauguração das Casas Vida e Água; a segunda agenda são os encontros permanentes nas Casas Vida e Água; a terceira é o embate institucional na cobrança de direitos nas ARIS e a quarta agenda é a conquista do reconhecimento da UnB (relatório final do projeto). Todas essas Agendas atuam interligadas na luta pelo direito à água nas ARIS e se reúnem por meio de encontros virtuais em reuniões de gestão nas segundas feiras e em reuniões temáticas nas quintas.

A inauguração das Casas de Vida e Água é o trabalho na ponta realizado pelo projeto. Essas casas são um espaço comunitário de caráter emergencial, associativo e provisório que vai dar suporte às comunidades no enfrentamento à Covid-19. Essas casas são fruto de articulações com representantes de instituições e movimentos e inauguradas em espaços comunitários como escolas. Nesses espaços serão distribuídos a água envasada, doações, entre outros. A primeira casa Vida e Água foi inaugurada na ARIS Estrutural no dia 12/10/2020 de forma virtual com a presença de membros do projeto e os diversos parceiros da sociedade civil organizada, representantes políticos e da comunidade. Ao todo foram inauguradas 6 ARIS e 1 ARISI (Área de Relevante Interesse Indígena)³³. Segue um mapa geoprocessado da localização dessas casas no DF.

Figura 23- Mapa da localização das ARIS e ARISI

³³ As cerimônias de inauguração das Casas Vida e Água estão no You tube em: Vida e Água para ARIS link: <https://www.youtube.com/channel/UCMeLDQPGwUDoLna3lAoFn-Q>



Fonte: Projeto Vida e Água para ARIS.

ARIS

- Estrutural- Centro de Ensino Fundamental CEF -02.
- Santa Maria/Porto Rico- Escola EC 01 do Porto Rico.
- CEF 04 Sobradinho (ARIS Nova Colina)
- Itapoã- Escola Zilda Arns no Itapoã
- Vale do Amanhecer- CED do Vale do Amanhecer
- Sol Nascente- EC 66

ARISI

- Recanto do Encantados

A segunda agenda são os encontros permanentes das casas Vida e Água, funcionando como um espaço de cultura para empoderar as famílias da comunidade. Por conta do contexto da crise sanitária provocada pela Covid-19 esses encontros ainda não ocorreram. A Terceira Agenda é o embate institucional e a cobrança de direitos nas ARIS. Nessa agenda foram realizadas ações para a cobrança de direitos das famílias que estão sem abastecimento de água. Foram realizadas reuniões com representantes da CAESB para que expliquem o porquê de não estarem atendendo as áreas em emergência sanitária. No entanto, mesmo com o esforço, comunicação e cobrança, a empresa nada fez.

Foram realizados diálogos com a classe política acerca da situação em que se encontram as ARIS no DF. Obtivemos apoio de políticos que apoiam a causa, além do apoio de vários setores da sociedade civil e da comunidade. Os deputados e deputadas distritais progressistas e da legenda ambientalista, Leandro Grass (Rede), Arlete Sampaio (PT) e Chico Vigilante (PT) tiveram papel importante na luta do projeto. Foi feito um abaixo assinado com centenas de assinaturas de entidades, movimentos, entre outros com reivindicações perante o governo distrital (Anexo). Todo esse esforço resultou na Audiência Pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no dia 28/06/2021 para discutir o acesso à água potável nas ARIS durante a pandemia³⁴. A audiência pública se baseou na pesquisa do projeto Vida e Água e gerou seis reivindicações para o GDF. Nas falas do Profº Perci em relação ao abaixo assinado realizado que:

“Mais de 150 entidades subscreveram no documento. As seis reivindicações que até agora não foram atendidas são: reconhecimento desses lotes de emergência sanitária; a execução de um plano emergencial de abastecimento de água; ações com a participação da comunidade; implantação de salas de situação por ARIS; aplicação de testes para Covid-19 nessas áreas; e a constituição de um acompanhamento popular, com a coordenação da UnB”(Site CLDF, 2021)

Todos presentes na audiência entraram em consenso sobre a emergência sanitária existente nas ARIS do DF, bem como, da necessidade de ação por parte do GDF nas garantias propostas. O Deputado Leandro Grass(REDE) indicou ao Poder Executivo (Indicação nº 5.237/2020) que atendesse os seis pleitos do abaixo-assinado do Projeto Vida e Água para ARIS, mas esse nada fez. Segundo o Distrital, “A situação ainda perdura com milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade nas ARIS do DF, sem acesso à água potável, em meio a uma pandemia e tendo seus direitos humanos e sociais ignorados pelo Poder Público”(Site CLDF, 2021).

A Maristela Marques, artesã, membro do projeto Vida e Água para ARIS e da associação dos moradores do condomínio Porto Rico em Santa Maria diz que “Será que as 39 ARIS daqui de Brasília não vivem a mesma situação ou pior da que eu vivo? Com ordem de despejo, sem água, sem luz e sem esgoto”. O que a Maristela disse infelizmente é a realidade da maioria das pessoas que vivem nas ARIS. Sem água potável, energia, saneamento básico e correndo o risco de serem despejadas no contexto da Sindemia. O GDF descumpriu as determinações de não fazer desocupações e desocupou várias famílias que viviam em ocupações informais e também em ARIS.

³⁴ Para saber mais e assistir a gravação da audiência pública acessar o site da CLDF. Link:<https://www.cl.df.gov.br/-/audi-c3-aancia-p-c3-babica-debate-sobre-a-falta-de-acesso-c3-a0-c3-a1gua-pot-c3-a1vel-para-moradores-da-aris-no-distrito-federal>

Figura 24- Desocupações na ARIS Porto Rico, Santa Maria-DF



Fonte:Brasil de fato

Infelizmente uma dessas famílias que foram despejadas foi a da Maristela. Dia 15/12/2021, faltando 10 dias para o Natal, Maristela e sua família foram despejados da sua moradia no Condomínio Porto Rico, Santa Maria-DF pelo cumprimento de sentença Número:0703135-84.2017.8.07.0010 (Anexo). Maristela vivia com suas filhas e netas numa casa própria construída sob muito trabalho, esforço e suor. O despejo dela abalou muito a mim e a todo o projeto. É muito difícil assistir uma camarada, pessoa querida com uma vida cheia de dificuldades perder a tão sonhada casa para a ganância de poucos. Mais uma vez a injustiça ganha. A “justiça” votou a favor do “proprietário” que nunca morou nessa ARIS e nem vai morar.

O Condomínio Porto Rico pertence ao Quinhão 23 que está em litígio na justiça, ou seja, sem decisão final. Além disso, as desocupações não levaram em consideração a determinação do STF em proibir qualquer tipo de despejo. Mais injusto ainda porque despejaram crianças pequenas (netas da Maristela) do único lar que elas tinham.

A lei favorece os mais ricos, os privilegiados e o ganancioso mercado imobiliário. O Estado é a mãe dos ricos e o carrasco dos pobres. A Política Urbana é a mão que afaga os ricos e apedreja os miseráveis.

Mesmo com essa derrota o projeto mostrou sua importância no suporte aos nossos camaradas e no enfrentamento dessa batalha. A importância de existir uma rede solidária articulada coletivamente e que luta pelos oprimidos. Essa rede possibilitou o acolhimento das filhas e netas da Maristela em abrigos e a associação do condomínio de Porto Rico acomodou os seus pertences. A injustiça venceu mas a solidariedade mútua da comunidade nos dá um pouco de esperança para seguir na luta.

Considerações finais

Considerando todos o caminho percorrido, as bibliografias apresentadas e os dados analisados e apresentados e o meu engajamento do projeto da UnB, as ARIS são o produto mais bem elaborado da Questão Urbana. A segregação socioespacial chegou num patamar tão complexo e especializado que fez surgir favela de favela. A clivagem de classes chegou num ponto tão absurdo no território do DF que as populações mais pobres estão sendo expulsas cada vez mais longe do centro rico.

A Brasília de 60 anos atrás que expulsou e obrigou os candangos a viver distantes do Plano Piloto, hoje é a mesma, bem mais elaborada e pronta para segregar as populações. Os limites da exclusão ultrapassaram o Quadrilátero do DF, chegando ao Entorno Goiano. O GDF entregou a gestão das terras para o mercado imobiliário, fazendo os mais pobres irem atrás de lotes mais distantes e baratos ou ocuparem terrenos irregulares. O número crescente de ARIS (eram 39 e hoje são 47) deixa claro a grande demanda que se tem de regularização de interesse social. Milhares de famílias buscando o direito digno à moradia num lugar onde ter um lote é quase impossível.

Nisso, o próprio Estado por meio dos seus instrumentos de ordenamento urbano é o principal responsável por essa segregação socioespacial. A política urbana não suprime a segregação socioespacial. Por outro lado, exacerba. Lojkine (1997) afirmou, e a verdade seja dita: a política urbana no DF (e talvez em qualquer lugar do mundo capitalista) só aprofunda e agrava a desigualdade social uma vez que esse tipo de política é estruturante da lógica de acumulação do capital. As poucas conquistas que favoreceram os mais pobres foram frutos da luta de classes deles mesmos em oposição à essa lógica.

Os movimentos sociais e as lutas por moradia conseguem tensionar o Estado e por meio da política urbana conseguem garantir algumas poucas conquistas. Longe de suprimir a segregação social ou ter uma política urbana justa para os mais pobres. No final de contas será como foi demonstrado neste trabalho: Melhor ponte e viaduto para as classes médias e ricas do que água potável para os mais pobres.

O projeto Vida e Água para ARIS trouxe essa realidade complexa e apurada para compreender a Questão Urbana nas áreas mais pobres do DF. Mesmo que esses dois anos de pesquisa-ação de forma remota(virtual), o fato de estar estudando e vivenciando essa realidade faz a gente entender um pouco do que é a segregação socioespacial na vida dessas pessoas. É viver e escrever a atuação coletiva do projeto, participando das ações, escrevendo

artigos e essa monografia, por exemplo, é muito gratificante. É algo importante para todos e todas do projeto, das ARIS, algo que foi construído coletivamente.

Para além de ser um trabalho que faz uma análise da Questão Urbana e segregação socioespacial nas ARIS, essa monografia tem o propósito de dar voz aos invisibilizados e excluídos. Fazer parte desse processo de empoderamento, de levar visibilidade às famílias mais necessitadas e estar junto na luta pela água, pelo direito à vida e dignidade é a coisa mais gratificante. Esse é o papel da universidade e sua relação com a sociedade. Lutar para transformar e melhorar a sociedade.

Um agradecimento especial a todos e todas que contribuíram para o Projeto Vida e Água e para a elaboração deste trabalho. O projeto durante a sua atuação conseguiu reunir membros de diversos setores da sociedade como: professores e professoras da UnB; Sindicato dos Professores do DF (SINPRO); Agenda Popular do Território; Anistia Internacional; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/DF) - Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS); Associação SOS Ribeirão Sobradinho; Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE) - Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM); Centro de Preservação e conservação Ambiental (CPCAM) - Projeto da Casa da Natureza; Coletivo do Projeto de Extensão “Educação Ambiental no Parque Sucupira – Planaltina/DF”; Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB - Observatório de Territórios de Esperança (TERRES); Instituto Oca do Sol; Movimento Popular por Uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM) - Grupo Consciência - FE/UnB; Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF (SINDSASC); SINDÁGUA/DF; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal; Território Indígena Recanto dos Encantados; entre vários outros movimentos que contribuíram para a luta. No Anexo D estão os nomes de todos os membros que deram força à luta do Projeto Vida e Água para ARIS.

Essa monografia se faz de grande importância para os estudantes de Serviço Social nos estudos acerca da Questão Urbana, trazendo o geoprocessamento e pesquisa-ação como instrumento e metodologia importantes para a compreensão da realidade social. Quando se trabalha no enfrentamento da Questão Social, ter formas de análise e atuação que auxiliem a produzir, compreender e difundir esse conhecimento coletivamente fortalece a atuação e a luta.

Apesar da dura derrota que foi o despejo da Maristela seguimos em frente, juntos e fortes na luta. A política urbana é o instrumento que beneficia só as classes burguesas e

mantém de pé essa estrutura desigual e segregacionista. Mas continuemos a tensionar. Empoderar as comunidades para cobrar e lutar a favor dos seus(nossos) direitos, a participarem das revisões do PDOT, instrumento importante que tem que ter as camadas populares participando em peso. Discutir sobre o direito à cidade nas escolas, nas universidades, nos espaços públicos e coletivos, nos conselhos, nas reuniões de rede social. A luta tem que ser coletiva, de todos e todas para todos e todas. Como diz a Camarada e conterrânea a Profª Maria Luiza, “ vamos que vamos”!

Referências

Atlas das ARIS e ARISI. Projeto Água e Vida para ARIS. Universidade de Brasília, 2020.

CODEPLAN. Brasília, uma cidade centenária. Henrique Lara. n o 13/maio de 2016 ISSN 2446-7502

_____. A GESTÃO PÚBLICA DA VALORIZAÇÃO DA TERRA NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS OUTORGAS URBANÍSTICAS Henrique Soares Rabelo Adriano n °74/fevereiro de 2021ISSN 2446-7502

GDF. Sema. Relatório-e-voto-Processo-nº-391.001.088-2009-TTN-1.2013 <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-e-voto-Processo-n%C2%BA-391.001.088-2009-TTN-1.pdf>

DE SOUZA, Adriano Casemiro Nogueira Campos. Sindemia, insegurança hídrica e conflitos socioambientais no Brasil: um mergulho no caso do Distrito Federal. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Especialización “Políticas públicas para la igualdad en América Latina 5o Coorte (2020-2021).Brasília, Distrito Federal 16 maio 2021.

DISTRITO FEDERAL.Lei Complementar 17 de 28/01/1997

_____. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels ; tradução B. A. Schumann ; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

FERREIRA, I.C.B ; STEINBERGER, M. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. Cadernos Metrópole, v. 14, 2005.

FONTENELLE, Adriana Morato. A regularização fundiária urbana do "condomínio" Porto Rico, Santa Maria, Distrito Federal, como essencial ao cumprimento do direito social à moradia digna e adequada. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Análise do mercado do solo urbano no DF e entorno. Brasília, BIRD/Ipea/Seduh, 2003.

IPEA.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A VALORIZAÇÃO DAS TERRAS SITUADAS NA REGIÃO DA BACIA DO RIO SÃO BARTOLOMEU: A 3a PONTE DO LAGO SUL E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS. boletim regional, urbano e ambiental | 06 | dez. 2011.http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5624/1/BRU_n6_valorizacao.pdf

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Brasília, maio de 2013.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista. Marxismo e urbanismo capitalista. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

LOJKINE, J. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. 2º edição, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Brasília na Constituinte**, Caderno Especial do Jornal de Brasília, Brasília, 15 nov. 1987.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado - metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2000.

_____. Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. São Paulo: Editora. Vozes, 2001.

_____. E. Para Entender A Crise Urbana. CaderNAU, 8(1), 11–22.(2015). Recuperado de <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518>

SCHAEFFER, Maria de Fátima Castilhos. Segregação socioespacial no Distrito Federal. Síntese da pesquisa da Dissertação de Mestrado Constituição do Espaço Urbano e o Processo de Segregação Socioespacial no Distrito Federal, defendida e aprovada em setembro de 2002, na UNB, sob orientação de Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos, UFRJ.

SCHVASBERG, Benny. Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. In.: [PAVIANI, A. et al.]. Brasília 50 anos: da capital à metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010, pp. [253-279].

_____, Benny. Consistência do planejamento e da gestão urbana na área metropolitana de Brasília. : Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, e20180088, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180088>. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100219. Acesso em: 23 jan. 2020.

PAVIANI, Aldo. (Org.). Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília, Coleção Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.

PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos (Orgs.). Brasília:controvérsias ambientais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,2003. 316 p.

PAVIANI, A. Brasília 50 anos:da capital à metrópole. Universidade de Brasília. Brasília, 2010

SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. *Ser Social*, Brasília, n. 17, p. 59-112, jul./dez. 2005.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho. AS POTENCIALIDADES E OS LIMITES DA PESQUISA-AÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS. Educação de jovens e adultos trabalhadores: produção de conhecimentos em rede / Maria Emília de Castro Rodrigues, Maria Margarida Machado (Organizadoras). -1. ed Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de; COSTA, Alexandre Bernardino. Brasília, urbs, civitas, polis: moradia e dignidade humana. Introdução crítica ao direito urbanístico [recurso eletrônico] / organizadores e organizadores, José Geraldo de Sousa Junior [et al.]. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa. Análise de mudanças institucionais na política de ordenamento territorial urbano no Distrito Federal (1991-2009). 2012. 231 f., il. Tese (Doutorado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Inovação
Decanato de Extensão

Edital COPEI-DPI/DEX N° 01/2020
**Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas, de
inovação e de extensão de combate à COVID-19**

1. Finalidade

O Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à COVID-19 (COPEI), o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) e o Decanato de Extensão (DEX) da Universidade de Brasília (UnB) tornam público o Edital COPEI-DPI/DEX n° 01/2020, que visa viabilizar a execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas, de inovação e de extensão, com a participação de servidores públicos federais, ativos, do quadro permanente da Universidade de Brasília, mediante pagamento de Auxílio Financeiro a Pesquisador, considerando os projetos constantes no Portfólio do COPEI, relativos à 1ª ou 2ª Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à COVID-19 da UnB e sua ordem de classificação.

2. Público-alvo e condições de participação

- 2.1. Poderão ser solicitantes deste edital professores coordenadores dos projetos aprovados na 1ª ou 2ª Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à COVID-19 da UnB.
- 2.2. Além de adequar-se aos critérios do item 2.1, o solicitante deve atender aos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Não ter pendências em editais anteriores do DPI;
 - 2.2.2. Ser coordenador de projeto aprovado na 1ª ou 2ª Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à COVID-19 da Universidade de Brasília, a ser devidamente registrado no currículo lattes no momento de seu início.
 - 2.2.2.1. O currículo lattes deve estar atualizado na data de submissão.
- 2.3. Na solicitação, deve estar explicitado o projeto do qual o professor é coordenador.
- 2.4. É vedado:
 - 2.4.1. A participação de servidor que esteja lotado ou exercendo função no DPI e no DEX;
 - 2.4.2. A participação de professores colaboradores, voluntários, visitantes, substitutos ou aposentados da Universidade de Brasília;
 - 2.4.3. A utilização dos recursos em projetos oriundos de termos de execução descentralizada (TEDs), convênios, contratos e congêneres ou em projetos das Chamadas UnB já financiados por outra fonte qualquer (incluindo o Fundo de Doações);
 - 2.4.4. O pagamento de bolsas e de auxílios financeiros a servidores da UnB, com a finalidade de desenvolver atividades relacionadas à sua atribuição regular e para participar de atividades de desenvolvimento, instalação ou manutenção de produtos ou serviços de apoio a áreas de infraestrutura da Universidade de Brasília.

2.5 O projeto inscrito neste Edital e contemplado pelo Fundo de Doação não perceberá recursos do Fundo supracitado.

2.5.1 Caso existam recursos no Fundo de Doações destinados a este projeto, estes serão direcionados ao Fundo Geral.

3. Recursos financeiros

- 3.1. A origem dos recursos é proveniente da FUB/UnB/DPI/DEX.
- 3.2. O total de recursos financeiros destinados ao presente edital é R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).
- 3.3. Cada projeto poderá receber um valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), baseado no valor solicitado na submissão à 1ª ou 2ª Chamada Prospectiva de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à COVID-19 da UnB, excluídas taxas de administração e impostos (se houver).
- 3.4. Para projetos cujo valor de financiamento previsto supere o montante máximo deste Edital, o coordenador do projeto deverá readequar o projeto e o(s) produto(s) resultante(s), proporcionalmente e mantendo a coerência entre projeto e produto(s).
- 3.5. Os projetos contemplados neste edital serão considerados já financiados e, por consequência, retirados da lista de projetos para prospecção de recursos por parte da UnB.

4. Prazos para execução do edital

4.1. Este edital será executado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Evento
16 a 31 de julho	Recebimento de processos pelo DPI/COPEI
1º de agosto a 12 de agosto	Análise de processos pelo DPI/COPEI, conforme critérios do item 7 deste Edital
13 e 14 de agosto	Apresentação da lista de classificação de interessados, conforme critérios do item 7 deste Edital
15 a 16 de agosto	Envio de processos para pagamento de auxílio financeiro a pesquisadores

4.2. A aplicação dos recursos será realizada em conformidade com o cronograma de encerramento do exercício financeiro da UnB para o exercício de 2020 e até o limite de recursos financeiros previstos para este edital.

4.3. Em nenhuma hipótese serão aceitas solicitações encaminhadas após a data determinada neste edital, conforme item 4.1.

5. Auxílio a ser concedido

- 5.1. Para cada solicitação contemplada, fica definido o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para pagamento de auxílio financeiro a pesquisador.
- 5.2. Em hipótese alguma será feito qualquer tipo de reembolso.

6. Requisitos e condições para o solicitante

- 6.1. O solicitante deverá conhecer este edital ANTES de submeter sua solicitação;
- 6.2. O processo SEI de solicitação do auxílio deve conter os seguintes documentos:
 - 6.2.1. Tipo de processo SEI: Orçamento e Finanças: Pagamento a Pessoa Física
 - 6.2.2. Memorando contendo a solicitação de benefício, descrevendo **as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas**, endereçado ao DPI/COPEI no SEI;
 - 6.2.3. Formulário de identificação do solicitante (ver Anexo I);
 - 6.2.4. Formulário de Auxílio Financeiro a Pesquisadores (ver Anexo II), **especificando atividades, resultado(s) e produto(s) esperado(s)**, conforme estabelecido no projeto aprovado na Chamada Prospectiva 1 ou 2 de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão de Combate à COVID-19;
 - 6.2.5. No caso previsto no item 3.4 deste Edital, as atividades, resultado(s) e produto(s) esperado(s) do projeto devem ser readequados a partir do uso do Formulário de Auxílio Financeiro a Pesquisadores (ver Anexo II), campo “2 – Justificativa”;
 - 6.2.6. Currículo Lattes atualizado.
- 6.3. O DPI não se responsabiliza por solicitação encaminhada para ambiente SEI diferente do DPI/COPEI.
- 6.4. As informações prestadas nos formulários, bem como a documentação apresentada, são de inteira responsabilidade do solicitante, que responderá por qualquer aspecto relativo à falsidade de informações.
- 6.5. Após o envio do processo especificado no item 6.2, não será possível substituir o solicitante nem o projeto.
- 6.6. É de responsabilidade do interessado verificar o andamento do processo e atender às demandas do DPI/COPEI.
- 6.7. Cada solicitante poderá ser contemplado apenas uma vez na vigência deste edital.

7. Classificação das Propostas

- 7.1. O DPI/COPEI verificará toda a documentação contida no processo de solicitação de apoio, que deverá estar em conformidade com o item 6.2 deste edital.
- 7.2. A análise classificatória dar-se-á em função da ordem constante nas listas de classificação das Chamadas Prospectivas 1 e 2, sendo a sequência primeiramente da Chamada 1 e em seguida da Chamada 2.
- 7.3. Os projetos readequados (item 3.4) serão reavaliados pelo COPEI.
- 7.4. O critério de desempate, se houver, será a ordem de submissão da proposta no SEI, considerando sua chegada na caixa DPI/COPEI.

- 7.5. Caso o projeto readequado seja rejeitado pelos avaliadores do COPEI, retornará para a lista original, sendo ainda passível de financiamento por outras fontes.
- 7.6. O resultado será informado no *site* do Decanato de Pesquisa e Inovação, conforme o cronograma apresentado no item 4.1 deste Edital.
- 7.7. Do resultado do julgamento caberá pedido de reconsideração, que deverá ser inserido no processo original e encaminhado ao DPI/COPEI no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data da divulgação do resultado.
- 7.8. A análise e o julgamento dos pedidos de reconsideração serão feitos por Comissão de Avaliação, nomeada pela Decana de Pesquisa e Inovação e pela Presidente do Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à COVID-19 da UnB, cujo resultado será divulgado via SEI.
- 7.9. Dúvidas ou solicitações de informações devem ser encaminhadas ao e-mail temporário dpi.copei@gmail.com. O DPI não divulgará resultados por telefone ou por correio eletrônico;

8. Prestação de Contas

- 8.1. A prestação de contas dos recursos recebidos será feita mediante o envio à DPI/COPEI, via SEI, em até 60 (sessenta) dias após o término do projeto, de:
 - 8.1.1. Resultado(s) e produto(s) conforme previsto na Justificativa do Anexo II deste edital;
- 8.2. Os documentos devem ser inseridos no mesmo processo de solicitação de apoio.

9. Disposições gerais

- 9.1. Para concorrer ao presente edital, o solicitante **NÃO DEVERÁ TER PENDÊNCIAS** junto ao DPI e ao DEX em relação ao cumprimento das obrigações assumidas em editais anteriores e/ou atendimento aos seus critérios.
- 9.2. O recebimento do auxílio não poderá ultrapassar o teto salarial constitucional.
- 9.3. O auxílio pesquisador poderá ser pago em parcelas de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na duração do projeto ou ser partilhado com a equipe participante, se a alternativa anterior não for possível.
- 9.4. Os casos não previstos neste edital serão submetidos à deliberação da Comissão de Avaliação do COPEI.
- 9.5. Se, por qualquer motivo, o previsto nos itens 8.1.1 e 8.1.2 não for produzido, a justificativa deverá ser comunicada via SEI ao DPI/COPEI em até 5 (cinco) dias úteis contados do conhecimento do fato para que sejam tomadas as medidas cabíveis.
- 9.6. O presente edital poderá ser revogado ou anulado, a qualquer tempo, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do DPI, seja por motivo de interesse público ou de exigência legal, sem que isso implique direitos a indenizações ou a reclamações de qualquer natureza;
- 9.7. O presente edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.



UnB
no coração
de Brasília



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Inovação
Decanato de Extensão

Brasília, 15 de julho de 2020.

Cláudia Naves David Amorim

Presidente do Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão
de Combate à COVID-19 da Universidade de Brasília

Maria Emília Machado Telles Walter

Decana de Pesquisa e Inovação
Universidade de Brasília

Olgamir Amância

Decana de Extensão
Universidade de Brasília



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Inovação
Decanato de Extensão

ANEXO I – FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDITAL COPEI-DPI/DEX N. 01/2020 – APOIO À EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS, DE INOVAÇÃO E DE EXTENSÃO DE COMBATE À COVID-19

Nome do solicitante:

Matrícula FUB:

Matrícula SIAPE:

Departamento e Unidade Acadêmica:

Link para currículo lattes:

Título do Projeto:

Chamada Prospectiva em que foi aprovado e data:

Declaro estar de acordo com os requisitos e demais normas constantes no Edital COPEI-DPI/DEX n. 01/2020 e me comprometo a realizar a prestação de contas, conforme especificado no referido edital.

Brasília, ___ de _____ de 2020.

Assinatura da/do solicitante



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Inovação
Decanato de Extensão

ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES E PESQUISADORES
EDITAL COPEI-DPI/DEX N. 01/2020 – APOIO À EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS, DE INOVAÇÃO E DE EXTENSÃO DE COMBATE À COVID-19

TERMO DE COMPROMISSO			
1 – AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES E PESQUISADORES			
33901801	BOLSA DE ESTUDOS NO PAÍS		()
33901804	AUXÍLIO VIAGEM INDIVIDUAL		()
33901804	AUXÍLIO DESENVOLVIMENTO ESTUDOS E PESQUISAS – ALUNOS.....		()
3392001	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES..... <i>Observação: assinalar esta opção</i>		()
33903607	ESTAGIÁRIOS / MONITORIA.....		()
CENTRO DE CUSTO			
NOME		MATRÍCULA FUB	
CPF	RG	DATA DE NASCIMENTO	
ENDEREÇO		TELEFONE	
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
E-MAIL			
DENOMINAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA			
2 – JUSTIFICATIVA			
<i>Observação: Neste campo devem ser descritas somente as atividades da pesquisa (exemplo: coleta de dados; pesquisa bibliográfica e etc.), o(s) resultado(s) esperado(s) e respectivo(s) produto(s).</i>			
3 – ESPECIFICAÇÃO (Não preencher. Espaço destinado ao preenchimento pelo DPI)			
Centro de Custo	Fonte de Recurso	Programa de Trabalho – PTRES	
DPI	2020NE000504	Não se aplica	
	2019NE002565		
	2019NE003223		
Tipo de bolsa/auxílio: () Estudo () Pesquisa () Extensão () Iniciação ao Trabalho () Aux. Viagem Individual () Estágios / Monitoria			
Período	Quantidade Parcelas	Valor Mensal	Valor Total



Universidade de Brasília
Decanato de Pesquisa e Inovação
Decanato de Extensão

--	--	--	--

4 – TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, para todos os efeitos, conhecer normativos contidos no PROGRAMA acima informado e concorda com eles bem como estar ciente de que na condição de bolsista ou pesquisador, não gera vínculo empregatício junto à Fundação Universidade de Brasília.

Brasília, ____ de _____ de 2020.

Beneficiário

Anexo-B Fundamentos do Projeto Vida e Água para ARIS



Fundamentos pela Vida e pela Água nas ARIS - Áreas de Relevante Interesse Social - do DF

Situação do abastecimento de água

No Distrito Federal, em maio de 2019 havia 81.227 lotes ocupados em áreas de regularização (ARIS – Área de Relevante Interesse Social e ARINE- Área de Relevante Interesse Econômico), que não eram atendidos com abastecimento de água pela CAESB. (fonte: Programa Água Legal).

Considerando a taxa média de ocupação de 3,26 habitantes/domicílio para o DF, conforme PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2018), tem-se um total de 264.800 habitantes não atendidos pela Caesb. Acrescenta-se a esse quantitativo, aquela parcela da população atendida pela Caesb, mas que se encontra com suas ligações de água cortadas, por diversos motivos, sendo um deles, a inadimplência, observa-se que a população não atendida pela Caesb pode chegar a 10% da urbana.

É importante destacar que 50.156 lotes ocupados sem ligações prediais (população de 163.509 habitantes, não atendida pela Caesb) estão localizados em 39 ARIS.

Essas ARIS correspondem a áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda (até 5 salários mínimos), constituindo núcleos urbanos informais (alguns deles equivocadamente chamados de invasões, por não levarem em consideração as questões sociais ligadas à moradia).

Ressalta-se, ainda, que segundo os dados fornecidos pela Caesb ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, o DF tinha, em dezembro/2018, um total de 2.974.703 habitantes, dos quais 2.872.910 habitantes morando em áreas urbanas (96,58%) e 101.793 habitantes morando em áreas rurais (3,42%). Desse total de habitantes no DF, a Caesb informou que atende a 2.944.955 habitantes (99,0%), não atendendo a 29.748 habitantes (1,0%). Da população urbana, a Caesb informou que atende a 2.844.180 habitantes (99,0%), não atendendo a 28.730 habitantes (1,0%). Isso implica, pelas informações da Caesb, que a mesma também atende a 99,0% da população rural, não atendendo a 1.018 habitantes. Pelas informações oficiais, a maioria das populações localizadas em áreas de regularização (ARIS e ARINE) seriam atendidas. Essa parcela da população não atendida, conforme se observa no Programa Água Legal, encontra-se invisibilizada nas informações oficiais do Governo do Distrito Federal.

Pelo referido Programa Água Legal foram levantadas 39 ARIS, cujas informações base estão apresentadas no Quadro 01, adiante. É importante destacar que mais da metade dos lotes ocupados, sem abastecimento de água, está localizada em três ARIS, uma em Sol Nascente e duas Planaltina (Arapoanga I e Mestre D´armas I), totalizando 28.923 Lotes ocupados (57,67% do total).

Higiene pessoal, situação da Covid-19 nas ARIS e a infraestrutura urbana

Uma das ações mais importantes para combater a proliferação do novo coronavírus é a higiene pessoal, sendo fundamental a lavagem frequente das mãos com água e sabão. A deficiência de acesso a água, em quantidade e qualidade, certamente é um fator que acelera essa proliferação, pois obriga a população a deslocamentos em busca de água, prejudicando o distanciamento social.

Ao avaliar os casos de covid-19 no Distrito Federal, utilizando-se dados do site da Secretaria de Estado de Saúde, pode-se observar claramente que o crescimento do número de casos está acelerando nas regiões administrativas com menor renda per capita, conforme se verifica no Quadro 02 adiante, onde estão localizadas as ARIS.

Em 15/06, Ceilândia, onde se contabiliza os casos do Sol Nascente, era responsável por 3.045 casos (14,31% do total do DF), enquanto que Planaltina era responsável por 827 casos (3,89% do total do DF).

A situação mais crítica é observada na população privada de liberdade, que é de 882 casos, correspondendo a 4,14% do total do DF, entretanto é a que apresenta a maior quantidade de casos por 100 mil habitantes.

No período de 30/04 a 15/06 foi registrado um crescimento de 2.853,57 % nos casos de Covid-19 em Planaltina, enquanto que na Ceilândia esse crescimento foi de 4.513,64%. A média de crescimento de casos no DF, no período, foi de 1.506,26%.

Nesse período, outras Regiões Administrativas também apresentaram crescimento dos números de casos acima da média do DF, ou seja, cerca de 1.500%, sendo elas: Recanto das Emas (2.894,74%), Samambaia (2.445,61%), Taguatinga (3.162,00%), Candangolândia (3.166,67%), Riacho Fundo I (3.335,71%), Estrutural (2.935,71%), Sobradinho I (2.114,71%), Sobradinho II (3.233,33%), Gama (2.476,09%), Santa Maria (2.650,00%), Itapuã (8.233,33%), Paranoá (6.390,91%) e Brazlândia (4.400,00%).

Ainda nesse mesmo período, os menores índices de crescimento foram verificados em Águas Claras/Arniquireiras (515,33%), Vicente Pires (740,54%), Sudoeste/Octogonal (655,10%), Lago Sul (335,90%), Plano Piloto (717,62%), Park Way (677,78%) e Jardim Botânico (637,93%), todos eles bem abaixo do crescimento médio de casos no DF.

Ao avaliar os índices de crescimento de casos por Região, no mesmo período, também observa-se o que foi descrito anteriormente, ou seja, as Regiões com Per Capita de Renda elevado, apresentaram menores taxas.

Na Região Sudoeste teve-se um crescimento de 1.460,70% (em 30/04 contava um 23,63% dos casos no DF, tendo passado para 22,95% do total dos casos em 15/06, ou seja, a média de crescimento de casos na Região foi praticamente a mesma média do DF – 1.506,26%). Destaca-se, ainda, que esse índice médio foi influenciado por Águas Claras/Arniquireiras e Vicente Pires, que apresentaram índices de crescimento bem abaixo da média do DF, enquanto que Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga tiveram índices de crescimento bem acima da média.

Na Região Central, onde se verifica a maior renda per capita de todas as Regiões, o crescimento médio de casos foi de **665,31%** (O menor dentre todas as regiões). Em 30/04 a Região era responsável por 29,58% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **14,10%**, **indicando que a média de crescimento na Região foi bem inferior à média verificada para o DF, tendo sido menos da metade.**

Na Região Centro Sul, o crescimento médio de casos foi de **1.638,97%**. Em 30/04 a Região era responsável por 10,26% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **11,11%**, **indicando pequena diferença em relação à média do DF.**

A Região Norte apresentou crescimento de casos no período de **2.510,77%**. Em 30/04 a Região era responsável por 4,91% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **7,97%**, **indicando um crescimento significativo em relação à média do DF.**

Na Região Sul, a média de crescimento de casos no período foi de **2.544,74%**. Em 30/04 a Região era responsável por 5,74% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **9,44%**, **indicando forte crescimento se considerada a média do DF.**

Na Região Leste, a média de crescimento de casos foi de **1.346,27%**. Em 30/04 a Região era responsável por 20,23% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **18,21%**, **indicando pequeno decréscimo em relação ao total de casos no DF). Nessa região é preciso destacar os casos de Paranoá e Itapuã, que apresentaram crescimento de 6.390,91% e 8.233,33%, no período, sendo os maiores índices dentre todas as áreas de estudo.**

Na Região Oeste, essa média foi de **4.500,00%**, sendo o maior índice de crescimento de todas as Regiões. Em 30/04 a Região era responsável por 5,66% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **16,21%**, **indicando que praticamente triplicou a porcentagem em relação ao total do DF).**

Com relação à quantidade de óbitos, pelo Quadro 03, apresentado adiante, o crescimento do número de óbitos acima da média do DF ocorreu em áreas com população de baixa renda. Somente na Ceilândia, onde se contabiliza as informações da ARIS do Sol Nascente, ocorreram um total **69 óbitos**, que corresponde a **23,96%** do valor verificado no DF. Em Planaltina ocorreram de **15 óbitos**, **5,21%** do total do DF.

No período de 30/04 a 15/06, os maiores índices de crescimento de óbitos no DF foram em **Samambaia (3.300%)**, **Taguatinga (2.000,00)** e em **Ceilândia (1.625%)**, sendo que a média do DF foi de **860,00%**.

Há algumas Regiões Administrativas onde ainda não ocorreram óbitos até o presente momento, sendo elas: Cruzeiro e Fercal.

Ao avaliar os índices de óbitos, por Região, observa-se que na Sudoeste, para o mesmo período, o crescimento foi de **1.142,86%**. Em 30/04 a Região era responsável por 23,33% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para **30,21%**, **indicando**

um acréscimo no total do DF. Essa média é impactada por Águas Claras, que apresentou índices de 175,00%, bem abaixo da média do DF.

Na Região Central, o crescimento no índice de óbitos foi de 833,33%, sendo que, nessa região tem-se a maior renda per capita e o menor índice de crescimento de óbitos. Em 30/04 a Região era responsável por 10,00% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 9,72%, indicando pequena redução em relação ao total do DF).

Na Centro Sul, o crescimento de óbitos foi de 350,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 26,67% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 12,50%, indicando redução significativa em relação ao total do DF).

Na Norte, em 30/04, não havia óbitos, entretanto, em 15/06 já contava com 25 óbitos (ou seja, o número de óbitos na Região passou de zero para 8,68% do total do DF, no período.

Com relação à Região Sul, o crescimento foi de 266,67% (Em 30/04 a Região era responsável por 20,00% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 7,64%, indicando que houve uma redução significativa em relação ao total do DF).

Na Região Leste, o crescimento de óbitos no período foi de 750%, abaixo da média do DF – 860,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 6,67% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 5,90%.

Com relação à Região Oeste, o crescimento médio de óbito foi de 1.725,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 13,33% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 25,35%, indicando um aumento significativo em relação ao total do DF).

Os números apresentados deixam claro que:

- i) Há um elevado crescimento de casos e de óbitos no DF comparando o mês de abril com o período de junho até o dia 15;
- ii) Esses crescimentos são maiores em Regiões com populações de baixa renda e menores em Regiões com populações de maior renda;
- iii) Os locais com populações de baixa renda são aqueles com menores índices de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb;
- iv) Nas ARIS ocorrem as maiores concentrações de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- v) Nas ARIS se tem os piores serviços prestados pelo Estado, principalmente aqueles de infraestrutura urbana (água, esgotos, drenagem, pavimentação, distribuição de energia e iluminação pública, dentre outros).

um acréscimo no total do DF. Essa média é impactada por Águas Claras, que apresentou índices de 175,00%, bem abaixo da média do DF.

Na Região Central, o crescimento no índice de óbitos foi de 833,33%, sendo que, nessa região tem-se a maior renda per capita e o menor índice de crescimento de óbitos. Em 30/04 a Região era responsável por 10,00% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 9,72%, indicando pequena redução em relação ao total do DF).

Na Centro Sul, o crescimento de óbitos foi de 350,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 26,67% do total de casos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 12,50%, indicando redução significativa em relação ao total do DF).

Na Norte, em 30/04, não havia óbitos, entretanto, em 15/06 já contava com 25 óbitos (ou seja, o número de óbitos na Região passou de zero para 8,68% do total do DF, no período.

Com relação à Região Sul, o crescimento foi de 266,67% (Em 30/04 a Região era responsável por 20,00% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 7,64%, indicando que houve uma redução significativa em relação ao total do DF).

Na Região Leste, o crescimento de óbitos no período foi de 750%, abaixo da média do DF – 860,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 6,67% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 5,90%.

Com relação à Região Oeste, o crescimento médio de óbito foi de 1.725,00%. Em 30/04 a Região era responsável por 13,33% do total de óbitos no DF e em 15/06, essa porcentagem passou para 25,35%, indicando um aumento significativo em relação ao total do DF).

Os números apresentados deixam claro que:

- i) Há um elevado crescimento de casos e de óbitos no DF comparando o mês de abril com o período de junho até o dia 15;
- ii) Esses crescimentos são maiores em Regiões com populações de baixa renda e menores em Regiões com populações de maior renda;
- iii) Os locais com populações de baixa renda são aqueles com menores índices de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por parte da Caesb;
- iv) Nas ARIS ocorrem as maiores concentrações de populações não atendidas com abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- v) Nas ARIS se tem os piores serviços prestados pelo Estado, principalmente aqueles de infraestrutura urbana (água, esgotos, drenagem, pavimentação, distribuição de energia e iluminação pública, dentre outros).

Proposta de ações urgentes nas ARIS

Diante de todo o exposto, entende-se que são necessárias ações urgentes nas ARIS, bem como em todas as áreas onde não se tem distribuição de água em qualidade e quantidade suficientes, sendo indicadas as ações descritas a seguir:

- a) Prover essas áreas com melhor e mais qualificado atendimento com saúde preventiva e corretiva:
 - a1. Priorizar a realização de exames em massa para se detectar os casos de covid-19, em áreas não atendidas com abastecimento de água, principalmente nas ARIS;
 - a2. Melhor adequar essas áreas com estrutura de unidades de saúde, mesmo que provisórias, para o melhor atendimento dessa parcela da população;
 - a3. Fornecimento de produtos de limpeza e higiene pessoal, tais como sabão, detergente, álcool em gel, água sanitária, máscaras, dentre outros;
 - a4. Promoção da segurança alimentar nas áreas das ARIS, integrando ações de alimento e de água;
 - a5. Identifique a situação dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados e definição de políticas de promoção de renda para as famílias.
 - a6. Que sejam identificadas as mulheres grávidas ou que recém ganharam bebês, para que tenham assistência especial e apoio das Secretarias de Serviço Social e Secretaria de Saúde afim de estarem assistidas nas condições de vida adequadas, seja para o final da gestação ou para cuidarem adequadamente das famílias e dos bebês.
 - a7. Que sejam identificadas as crianças e adolescentes que estão em casa por conta do recesso escolar, e que estas possam receber por parte da Secretaria de Educação material adequado para desenvolverem as atividades pedagógicas.
- b) Disponibilizar equipamentos para serem utilizados pela população, visando melhorar a salubridade dessas áreas, podendo-se citar:
 - b1. Instalação de reservatórios de água coletivos, com chafariz;
 - b2. Fornecimento de reservatórios individuais para que essa parcela da população possa armazenar água de maneira adequada;
 - b3. Disponibilização de recursos financeiros e/ou fornecimento de materiais, com informações e orientações técnicas para que essa parcela da população possa se organizar e instalar banheiros individuais em suas casas;
 - b4. Disponibilização de lixeiras individuais e coletivas, para destinação adequada de resíduos sólidos;

- b5. Melhoria do sistema de coleta de resíduos sólidos nessas áreas;
- b6. Estruturar um programa emergencial de distribuição de água por meio de caminhão pipa, para minimizar os problemas de falta d'água e uso de água de baixa qualidade;
- b7. Instalação de sistemas de drenagem superficial, em caráter emergencial, visando evitar acúmulos de água, bem como surgimento de processos erosivos;
- b8. Fornecimento de projetos e auxílio na implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário, evitando o lançamento de esgotos a céu aberto;
- b9. Que o IBRAM promova iniciativas de sensibilização e educação ambiental e traga seu projeto "Adote uma nascente" para a proteção e revitalização das nascentes destas áreas e adjacências;
- b10. Incluir ações para a proteção e revitalização das nascentes destas áreas e adjacências;
- b11. Outras ações;
- c) Implementação, urgente, de programa de educação sanitária e ambiental;
 - c1. Utilização dos movimentos sociais organizados, tais como associações de moradores ou comunitárias, agentes de saúde, dentre outros, para ampliar os resultados a serem obtidos;
 - c2. Envolver as populações localizadas nessas áreas a fim de discutir e construir soluções apropriadas e adequadas às suas realidades, realizando uma efetiva promoção social, com a inclusão dos interessados no processo de construção dos caminhos a serem trilhados;
 - c3. Estruturar programa de monitoramento do Coronavírus nos esgotos, informar e orientar a comunidade a fim de que esta se mobilize e participe das medidas de forma atenta para evitar eventuais surtos;
- d) Garantir que a parcela da população não atendida pela Caesb tenha acesso a água em quantidade e qualidade, em ações definitivas;
 - d1. Se estiver localizada em áreas atendidas pela Caesb e se estiver com ligações de água cortadas, as mesmas devem ser religadas, para que se tenha menores riscos de contração da COVID-19;
 - d2. Se estiver localizada em áreas atendidas pela Caesb, mas que não esteja interligada ao sistema, viabilizar essa interligação;
 - d3. Implantação ou ampliação dos sistemas utilizando a concepção condominial, garantindo soluções apropriadas e adequadas para as áreas, com reduzido custos de implantação, sem redução da qualidade dos serviços a serem prestados;

- e) Fortalecer o programa Água Legal de tal maneira que possa ser implantado, o mais breve possível, aumentando os índices de atendimento com abastecimento de água no DF, buscando a sua universalização;
- f) Alterar a legislação vigente regulamentando a doação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implantados pelos condomínios fechados, à Caesb, reduzindo-se os riscos de utilização de água sem a qualidade devida;
 - f1. Estruturar a Caesb para que receba esses sistemas e que passe a operá-los, garantindo qualidade de água para 100% da população do DF;
- g) Identificar a situação dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados e defina políticas de promoção de renda para as famílias.

Nesse momento de risco de colapso na saúde pública devido à pandemia provocada pelo COVID-19, além de todas as questões apresentadas anteriormente, tem-se outra também muito grave e que precisa ser considerada: Os moradores em situação de rua.

Com o comércio fechado e com a população recolhida aos seus lares, os moradores em situação de rua ficam ainda mais desassistidos, com maiores riscos de contaminação. Esses moradores, normalmente, já se encontram em elevado risco sanitário, com total falta de higiene. E, nesse período, tem-se aumentado os riscos com a transmissão do coronavírus e sem qualquer atendimento adequado. A construção de um programa urgente para o atendimento dessa parcela da população, incluindo abastecimento de água adequado, se faz necessário, podendo ser utilizadas as mesmas propostas apresentadas para as populações localizadas em áreas de regularização de interesse social.

Situação extremamente delicada, que também merece elevada atenção, está relacionada com a população privada de liberdade, haja vista que corresponde aos maiores índices, absoluto de incidência da covid-19, e por 100 mil habitantes.

Para viabilizar as ações descritas anteriormente, são propostas as seguintes pautas:

1. A declaração por parte do GDF da situação de emergência sanitária das moradias e demais estabelecimentos localizados no interior dos perímetros das Áreas de Regularização de Interesse Social que não disponham de ligação regular de água por parte da CAESB para que venham a ser objeto de ações que minimizem os graves riscos existentes. O GDF deverá localizar e caracterizar a situação de vulnerabilidade dessas populações, além de indicar as ações e procedimentos de curto prazo, necessários para a superação das graves situações, definindo as atribuições e responsabilidades da Caesb, Novacap, SLU, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF e ADASA;
2. O estabelecimento de Plano Emergencial de Abastecimento de Água para as ARIS cujas ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e participação da comunidade, assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento e a relação entre saneamento e saúde, e que inclua pelo menos:

- a. Suspender o corte de fornecimento de água e interromper a cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enquanto perdurarem os efeitos da pandemia de COVID-19;
 - b. Implantar soluções emergenciais para atender à população em situação de rua, em especial com relação às demandas de alimentação, de água e provimento de condições para realização da higiene diária;
 - c. Expandir o abastecimento para as áreas não atendidas das ARIS e periferias e assegurar água de forma regular, em quantidade suficiente e com qualidade adequada durante 24h por dia;
 - d. Garantir o abastecimento de água e o esgotamento sanitário nas unidades de saúde, inclusive as emergenciais, por motivos óbvios;
 - e. Priorizar e garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário e disponibilidade de equipamentos para higiene pessoal em creches, asilos e outras instalações que abriguem crianças, idosos ou outros grupos vulneráveis.
 - f. Priorizar o atendimento das populações vivendo em situações vulneráveis – moradores em situação de rua e população privada de liberdade;
3. As ações devem ser precedidas e desenvolvidas com amplo diálogo e garantia de participação da comunidade e assegurando informação ampla sobre os direitos à água e ao saneamento, a relação entre saneamento e saúde;
 4. Que o GDF crie salas de situações específicas relacionadas às ARIS, para que as mesmas possam se tornar visíveis para toda sociedade, para levantar e avaliar a verdadeira situação de risco das populações nelas residentes;
 5. Que sejam criados testes específicos e em massa, incluindo, na divulgação das informações as quantidades de casos e de óbitos específicas para as ARIS, facilitando o entendimento da real gravidade da situação atual da Covid-19 nessas áreas; e
 6. Que constitua uma comissão de acompanhamento popular para o controle social desse processo, coordenado pela UnB.

Brasília 16/06/2020

Quadro 01 - BASE DE DADOS - ARIS							
Parcelamento	Terrenos Ocupados (Total)	Terrenos em APP	Terrenos sem Ligação	Pop não atendida	% de Atendimento	% não atendida	% de lotes em APP's
ARIS							
ARIS - Sol Nascente	19588	610	10320	33.643	47,31	52,69	3,11
ARIS - Arapoanga I	10867	8	10253	33.425	5,65	94,35	0,07
ARIS - Mestre D'armas I	9043	63	8350	27.221	7,66	92,34	0,70
ARIS - Estrutural	9675	0	3016	9.832	68,83	31,17	-
ARIS - Ribeirão	2153	0	1737	5.663	19,32	80,68	-
ARIS - Nova Colina I	2218	0	1703	5.552	23,22	76,78	-
ARIS - Itapoã I	13300	2	1522	4.962	88,56	11,44	0,02
ARIS - Água Quente	2868	122	1339	4.365	53,31	46,69	4,25
ARIS - Expansão Vila São José	3748	0	1212	3.951	67,66	32,34	-
ARIS - Estrada do Sol	1455	36	1068	3.482	26,60	73,40	2,47
ARIS - Céu Azul	966	41	834	2.719	13,66	86,34	4,24
ARIS - Vicente Pires	1474	222	801	2.611	45,66	54,34	15,06
ARIS - Fercal I	954	174	737	2.403	22,75	77,25	18,24
ARIS - Morro da Cruz	622	3	566	1.845	9,00	91,00	0,48
ARIS - Vale do Amanhecer	2802	188	547	1.783	80,48	19,52	6,71
ARIS - Mansões Sobradinho I	1454	262	546	1.780	62,45	37,55	18,02
ARIS - Mestre D'armas III	554	2	526	1.715	5,05	94,95	0,36
ARIS - Primavera	951	15	513	1.672	46,06	53,94	1,58
ARIS - Aprodarmas II	563	0	474	1.545	15,81	84,19	-
ARIS - Pôr do Sol	2331	9	467	1.522	79,97	20,03	0,39
ARIS - QNR-5 Ceilândia	577	0	454	1.480	21,32	78,68	-
ARIS - Dnocs	484	0	432	1.408	10,74	89,26	-
ARIS - Nova Colina II	530	0	377	1.229	28,87	71,13	-
ARIS - Mansões Sobradinho II	640	14	367	1.196	42,66	57,34	2,19
ARIS - Mestre D'armas II	499	2	360	1.174	27,86	72,14	0,40
ARIS - Torto	446	0	333	1.086	25,34	74,66	-
ARIS - Privê Ceilândia	1362	0	286	932	79,00	21,00	-
ARIS - Vila Cahuy	285	9	222	724	22,11	77,89	3,16
ARIS - CAUB II	231	0	128	417	44,59	55,41	-
ARIS - Aprodarmas I	131	0	112	365	14,50	85,50	-
ARIS - Arapoanga II	116	0	112	365	3,45	96,55	-
ARIS - Aprodarmas III	119	16	109	355	8,40	91,60	13,45
ARIS - Buritis	479	0	89	290	81,42	18,58	-
ARIS - QNP 22 e 24	930	0	58	189	93,76	6,24	-
ARIS - CAUB I	155	0	56	183	63,87	36,13	-
ARIS - Fercal III	42	5	42	137	-	100,00	11,90
ARIS - Fercal II	40	10	40	130	-	100,00	25,00
ARIS - Fercal IV (Queima Lençol)	65	10	34	111	47,69	52,31	15,38
ARIS - Vida Nova	214	0	14	46	93,46	6,54	-
TOTAL II	94.931	1.823	50.156	163.509	47,17	52,83	1,92

COVID-19
UnB em ação

Universidade de Brasília
Enfrentando o COVID-19 e suas relações socioambientais: empoderamento de Redes Locais para acesso à água como direito nas ARIS do DF

Quadro 02 - Casos de Covid 19 por Região Administrativa - DF

REGIÃO	25/03/2020		01/04/2020		08/04/2020		15/04/2020		22/04/2020		29/04/2020		06/05/2020		13/05/2020		20/05/2020		27/05/2020		03/06/2020		10/06/2020		15/06/2020			
	Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos		Casos	
	Quant.	%	Quant.	%																								
Sudoeste	27	15,79	65	19,76	108	21,82	137	21,41	186	20,97	270	22,09	434	22,93	661	22,79	1.113	23,57	1.633	23,45	2.513	29,10	3.927	22,38	4.865	22,95		
Águas Claras/Amiáveis	16	9,36	42	12,77	58	12,29	71	11,09	92	10,37	127	10,39	191	10,09	242	8,34	326	6,50	398	5,71	531	4,88	753	4,29	825	4,34		
Recanto Das Emas	-	-	1	0,30	-	-	4	0,63	10	1,13	18	1,47	30	1,58	49	1,69	96	2,03	146	2,09	247	2,27	438	2,50	569	2,67		
Sambamba	2	1,17	6	1,82	13	2,75	20	3,13	28	3,16	47	3,85	83	4,38	161	5,55	307	6,50	494	7,09	757	6,96	1.137	6,48	1.451	6,82		
Taguatinga	6	3,51	7	2,13	12	2,54	19	2,97	30	3,38	43	3,52	86	4,54	157	5,41	306	6,48	488	7,00	818	7,52	1.337	7,62	1.631	7,66		
Vicente Pires	3	1,75	9	2,74	20	4,24	23	3,59	26	2,93	35	2,86	44	2,32	52	1,79	78	1,65	107	1,54	180	1,47	262	1,49	311	1,46		
Central	114	66,67	208	63,22	267	56,57	310	48,44	344	38,78	377	30,85	491	25,94	664	22,90	938	19,86	1.238	17,76	1.727	15,87	2.505	14,28	3.000	14,10		
Plano Piloto	50	29,24	105	31,91	148	31,36	178	27,81	200	22,55	214	17,51	279	14,74	376	12,97	552	11,69	750	10,76	1.069	9,82	1.549	8,83	1.856	8,72		
Sudoeste/Octogonal	19	11,11	31	9,42	35	7,42	41	6,41	43	4,85	48	3,93	65	3,43	78	2,69	98	2,07	136	1,95	193	1,77	303	1,73	370	1,74		
Cruzeiro	4	2,34	5	1,52	8	1,69	9	1,41	14	1,58	14	1,15	19	1,00	30	1,09	50	1,06	76	1,09	103	0,95	154	0,88	184	0,86		
Lago Norte	5	2,92	10	3,04	16	3,39	20	3,13	21	2,27	23	1,88	27	1,43	52	1,79	80	1,69	99	1,42	141	1,30	193	1,10	227	1,07		
Lago Sul	36	21,05	57	17,33	60	12,71	62	9,69	66	7,44	77	6,30	99	5,23	125	4,31	154	3,26	172	2,47	212	1,95	291	1,66	340	1,60		
Varjão do Torto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,08	2	0,11	3	0,10	4	0,08	5	0,07	9	0,08	15	0,09	23	0,11		
Centro Sul	15	8,77	27	8,21	44	9,32	59	9,22	96	10,82	125	10,23	204	10,78	298	10,28	435	9,21	691	9,92	1.212	11,14	1.958	11,16	2.365	11,11		
Candangolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,34	2	0,16	5	0,26	14	0,48	22	0,47	25	0,36	43	0,40	71	0,40	98	0,46		
Parkway	3	1,75	7	2,13	8	1,69	10	1,56	15	1,69	17	1,39	27	1,43	28	0,97	43	0,91	59	0,85	73	0,67	106	0,60	140	0,66		
Guará	10	5,85	17	5,17	30	6,36	39	6,09	48	5,41	65	5,32	99	5,23	140	4,83	209	4,43	304	4,36	478	4,39	728	4,15	877	4,12		
Núcleo Bandeirante	1	0,58	2	0,61	5	1,06	6	0,94	10	1,13	10	0,82	16	0,85	21	0,72	34	0,72	62	0,89	105	0,96	155	0,88	171	0,80		
Riacho Fundo I	1	0,58	1	0,30	1	0,21	2	0,31	6	0,68	11	0,90	25	1,32	48	1,66	64	1,36	109	1,56	189	1,74	377	2,15	481	2,26		
Riacho Fundo II	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,34	6	0,49	11	0,58	19	0,66	25	0,53	38	0,55	63	0,58	108	0,62	151	0,71		
SCIA (Estrutural)	-	-	-	-	-	-	2	0,31	9	1,01	13	1,06	20	1,06	26	0,90	33	0,70	91	1,31	257	2,36	395	2,25	425	2,00		
S.I.A./SAAN	-	-	-	-	-	-	-	2	0,23	1	0,08	1	0,05	2	0,07	5	0,11	3	0,04	4	0,04	18	0,10	22	0,10			
Norte	5	2,92	8	2,43	11	2,33	23	3,59	32	3,61	38	4,75	100	5,28	184	6,34	346	7,33	568	8,15	904	8,31	1.414	8,06	1.697	7,97		
Planaltina	2	1,17	-	-	1	0,21	6	0,94	12	1,35	24	1,96	51	2,89	96	3,31	169	3,58	278	3,99	458	4,21	692	3,94	827	3,89		
Sobradinho I	2	1,17	7	2,13	9	1,91	16	2,50	19	2,14	31	2,54	42	2,22	78	2,69	152	3,22	248	3,56	386	3,55	625	3,56	753	3,54		
Sobradinho II	1	0,58	1	0,30	1	0,21	1	0,16	1	0,11	3	0,25	6	0,32	8	0,28	21	0,44	32	0,46	47	0,43	80	0,46	100	0,47		
Sul	3	1,75	7	2,13	20	4,24	29	4,53	47	5,30	72	5,89	107	5,65	182	6,28	348	7,37	569	8,16	849	7,80	1.603	9,14	2.010	9,44		
Gama	3	1,75	5	1,52	14	2,97	19	2,97	28	3,16	43	3,52	66	3,49	109	3,76	208	4,40	333	4,78	488	4,48	937	5,34	1.185	5,57		
Santa Maria	-	-	-	-	6	1,27	10	1,56	19	2,14	29	2,37	41	2,17	73	2,52	140	2,96	226	3,29	363	3,32	666	3,80	825	3,88		
Leste	6	3,51	11	3,34	17	3,60	61	9,53	144	16,23	233	20,70	449	23,72	706	24,34	1.048	22,19	1.463	20,99	2.128	19,56	3.342	19,05	3.876	18,21		
Jardim Botânico	3	1,75	7	2,13	11	2,33	15	2,34	19	2,14	25	2,05	41	2,17	52	1,79	79	1,67	96	1,38	121	1,11	193	1,14	241	1,01		
Itapoá	-	-	-	-	1	0,21	1	0,16	1	0,11	3	0,25	5	0,26	14	0,48	22	0,47	41	0,59	62	0,57	213	1,21	250	1,17		
Paranoá	1	0,58	1	0,30	2	0,42	3	0,47	3	0,34	9	0,74	15	0,79	32	1,10	85	1,80	171	2,45	289	2,66	579	3,30	714	3,35		
São Sebastião	2	1,17	3	0,91	3	0,64	42	6,56	21	2,48	38	3,13	50	2,64	82	2,83	126	2,68	190	2,71	271	2,49	563	3,21	686	3,22		
Papuda	-	-	-	-	-	-	-	-	99	11,16	178	14,57	317	16,75	468	16,14	584	12,37	692	9,93	786	7,22	872	4,97	882	4,14		
RA em Investigação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,01	1	0,01	2	0,01	3	0,01	5	0,01	9	0,01	15	0,01	23	0,01		
Oeste	1	0,58	3	0,91	10	2,12	21	3,28	38	4,28	67	5,48	108	5,71	205	7,07	495	10,48	807	11,58	1.548	14,23	2.794	15,93	3.450	16,21		
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,45	8	0,65	18	0,95	32	1,10	63	1,33	93	1,33	172	1,58	324	1,85	405	1,90		
Celândia/Sol Nascente	1	0,58	3	0,91	10	2,12	21	3,28	34	3,83	59	4,83	90	4,75	173	5,97	422	9,15	714	10,25	1.376	12,65	2.470	14,08	3.045	14,31		
Total DF	171	100,00	329	100,00	472	100,00	640	100,00	887	100,00	1.222	100,00	1.893	100,00	2.900	100,00	4.723	100,00	6.969	100,00	10.881	100,00	17.543	100,00	21.283	100,00		

COVID-19
UnB em ação

Universidade de Brasília
Enfrentando o COVID-19 e suas relações socioambientais: empoderamento de Redes Locais para acesso à água como direito nas ARIS do DF

Quadro 03 - Óbitos por Covid 19 por Região Administrativa - DF

REGIÃO	22/04/2020		29/04/2020		06/05/2020		13/05/2020		20/05/2020		27/05/2020		03/06/2020		15/06/2020	
	Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos		Óbitos	
	Quant.	%														
Sudoeste	5	20,00	6	21,43	9	25,71	13	27,66	20	27,40	39	31,71	52	29,55	87	30,21
Águas Claras/Amiáveis	2	8,00	3	10,71	4	11,43	5	10,64	7	9,59	8	6,50	10	5,68	11	3,82
Recanto Das Emas	1	4,00	1	3,57	1	2,86	2	4,26	3	4,11	7	5,69	10	5,68	17	5,90
Sambamba	1	4,00	1	3,57	3	8,57	4	8,51	7	9,59	19	15,45	24	13,64	34	11,81
Taguatinga	1	4,00	1	3,57	1	2,86	2	4,26	3	4,11	4	3,25	7	3,98	21	7,29
Vicente Pires	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,81	1	0,57	4	1,39
Central																

Anexo C- Cumprimento de sentença despejo Número:0703135-84.2017.8.07.0010



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

21/12/2021

Número: **0703135-84.2017.8.07.0010**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria**

Última distribuição : **12/12/2017**

Valor da causa: **R\$ 25.000,00**

Processo referência: **0703135-84.2017.8.07.0010**

Assuntos: **Perdas e Danos, Esbulho / Turbação / Ameaça, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Advogados	
ANTONIO CLEZENILTON MARTINS PESSOA (EXEQUENTE)			
		ODU ARRUDA BARBOSA (ADVOGADO)	
MARISTELA MARQUES COSTA (EXECUTADO)			
Outros participantes			
JOANA DARC TAVARES DE SOUZA (TESTEMUNHA)			
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO MOURA (TESTEMUNHA)			
MAIQUE LIBANIO DA SILVA (TESTEMUNHA)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
111115238	14/12/2021 17:50	Mandado	Mandado



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2VCFOSMA

2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria

QR 211, sala 110, 1 andar, ala A, Santa Maria, BRASÍLIA - DF - CEP: 72511-100

Telefone: (61) 3103-5717 Horário de atendimento: 12:00 às 19:00 - Email: 2vcivel.sta@tjdft.gov.br

Acesso ao Balcão Virtual para atendimento: <https://balcaovirtual.tjdft.jus.br/>

MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE

O Doutor CLÁUDIO MARTINS VASCONCELOS, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Santa Maria, **DETERMINA** ao senhor Oficial de Justiça que, nos autos da Ação: **Perdas e Danos (7698)**, processo nº: **0703135-84.2017.8.07.0010**, **em que são partes:**

AUTOR: ANTONIO CLEZENILTON MARTINS PESSOA - CPF: 516.286.351-34 (EXEQUENTE)

Endereço: Quadra 44, 07, loja, Boa Vista, NOVO GAMA - GO - CEP: 72862-144

RÉU: MARISTELA MARQUES COSTA(926.036.021-87)

Endereço: 3ª Etapa Quadra 19G, Casa 05, (Condomínio Porto Rico), Setor Habitacional Ribeirão (Santa Maria), BRASÍLIA - DF - CEP: 72550-068

Promova, o Sr. Oficial de Justiça, a **IMISSÃO** do autor **ANTONIO CLEZENILTON MARTINS PESSOA - CPF: 516.286.351-34** na posse do imóvel situado na QUADRA 19-G, LOTE 05, 3ª ETAPA, CONDOMÍNIO PORTO RICO, SANTA MARIA/DF, inclusive mediante arrombamento e força policial, acaso necessário, removendo eventuais bens ao depósito público, às custas do autor, com as cautela de praxe que a medida exige.



Número do documento: 2112141750179660000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2112141750179660000103292591>
Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 1

O Sr. Oficial de Justiça que deverá entrar em contato com o advogado da parte autora pelos telefones: Fone (whatsapp) 61. 99976-2128; e-mail: advocaciaoduarruda@gmail.com, Odu Arruda Barbosa, OABDF 23361, para que a mesmo o acompanhe no cumprimento das diligências.

Tudo em conformidade com a decisão proferida pelo MM. Juiz, nos termos do **DESPACHO/DECISÃO ID.: 59450417**

OBSERVAÇÃO:

* **O decurso do prazo será contados do registro do mandado cumprido no Processo Eletrônico – Pje.**

* Nos termos do artigo 212, § 2º, do CPC/2015, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

* Fica autorizado arrombamento e requisição de auxílio policial, se necessário.

* Deverá o autor fornecer todos os meios necessários para o cumprimento da medida.

Santa Maria/DF, 14 de dezembro de 2021.

CLÁUDIO MARTINS VASCONCELOS

JUIZ DE DIREITO

(Assinado eletronicamente)

Documentos associados ao processo

ID	Título	Tipo	Chave de acesso**
12042 236	Petição Inicial	Petição Inicial	17121219205037300 000011721554
12042 296	Nilton - Identificação	Documento de Identificação	17121219205053600 000011721614



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 2

12042 317	Nilton - Cessões de direito	Documento de Comprovação	17121219205073300 000011721635
12042 337	Nilton - Docs. GDF	Documento de Comprovação	17121219205092300 000011721655
12042 352	Nilton - IPTU e TLP	Documento de Comprovação	17121219205107500 000011721670
12042 380	Nilton - Custas	Comprovante de Pagamento de Custas	17121219205130900 000011721697
12042 407	Nilton - Procuração	Procuração/Substabele cimento	17121219205143700 000011721724
12054 370	Certidão	Certidão	17121312331250200 000011733553
12160 176	Decisão	Decisão	17121818243202800 000011837667
12697 334	Certidão	Certidão	18011916134000400 000012353718
12700 319	Citação	Citação	18011916505617600 000012356483
12697 334	Intimação	Intimação	18011916134000400 000012353718
13293 465	Diligência	Diligência	18020712262854500 000012915112
14610 678	Ata	Ata	18031417231958600 000014161225
14610 753	Depoimento da parte requerida (Maristela Marques Costa)	Documento de Comprovação	18031417231972100 000014161295
14610 788	Depoimento da Testemunha da Requerente	Documento de Comprovação	18031417231983200 000014161330
14610 807	0703135-84	Ata	18031417231992200 000014161348
14610 678	Intimação	Intimação	18031417231958600 000014161225
14935 283	Manifestação	Manifestação	18032117493894600 000014469353
14935 376	Procuração-Hipossuficiência Maristela Marques Costa	Outros Documentos	18032117493910800 000014469445
14610 678	Ata	Ata	18031417231958600 000014161225
16523 580	Contestação	Contestação	18042822104713500 000015975908
16523 588	DEFESA MARISTELA	Contestação	18042822104735800 000015975916
16523 595	Docs Maristela Marques Costa	Outros Documentos	18042822104756100 000015975923
16545 226	Certidão	Certidão	18043014454373400 000015996340
16545 226	Intimação	Intimação	18043014454373400 000015996340
17626 081	Réplica	Réplica	18052512012130900 000017016835
17636	Certidão	Certidão	18052514240892600



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 3

609			000017026707
17636 609	Intimação	Intimação	18052514240892600 000017026707
17636 609	Intimação	Intimação	18052514240892600 000017026707
18069 171	Petição	Petição	18060611013177600 000017435701
18255 634	Petição	Petição	18061111084648400 000017612086
18287 097	Certidão	Certidão	18061115572563600 000017641897
18535 163	Decisão	Decisão	18062514282712900 000017877240
19264 838	Certidão	Certidão	18070216440796600 000018570437
19267 284	Intimação	Intimação	18070216585482000 000018572755
19267 285	Intimação	Intimação	18070216585492400 000018572756
19270 546	Intimação	Intimação	18070217234810100 000018575764
19270 547	Intimação	Intimação	18070217234823300 000018575765
19270 548	Intimação	Intimação	18070217234831400 000018575766
19264 838	Certidão	Certidão	18070216440796600 000018570437
19264 838	Intimação	Intimação	18070216440796600 000018570437
19583 770	Diligência	Diligência	18070917500846800 000018872152
19660 735	Certidão	Certidão	18071021113132200 000018945268
19660 927	Intimação	Intimação	18071021173083400 000018945459
19716 566	Diligência	Diligência	18071118031713100 000018998114
19717 388	JOANA DARC TAVARES DE SOUZA	Certidão - Central de Mandados	18071118031727500 000018998875
19672 771	Diligência	Diligência	18071209165857400 000018956849
19672 899	Scan0071	Certidão - Central de Mandados	18071209165881400 000018956972
19730 182	Diligência	Diligência	18071209202647300 000019010972
19730 228	MARISTELA MARQUES	Certidão - Central de Mandados	18071209202663600 000019011017
19730 313	Diligência	Diligência	18071209241803800 000019011100
20302 469	Diligência	Diligência	18072509564354600 000019553074



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 4

20949 208	Petição	Petição	18080809120825900 000020163764
21003 006	Ata	Ata	18080817481103500 000020214027
21002 449	0703135-84	Ata	18080817481114800 000020214073
21002 469	Oitiva - Testemunas (Francisca e Joana)	Documento de Comprovação	18080817481125500 000020214093
21003 006	Intimação	Intimação	18080817481103500 000020214027
21003 006	Intimação	Intimação	18080817481103500 000020214027
21996 426	Alegações Finais	Alegações Finais	18082918551144500 000021152798
21996 474	ALEGAÇÕES FINAIS	Alegações Finais	18082918551156400 000021152844
22099 110	Certidão	Certidão	18083115393602200 000021249996
23804 371	Sentença	Sentença	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
23804 371	Intimação	Intimação	18101014384116500 000022860026
25885 892	Certidão	Certidão	18112618250141300 000024832514
25945 186	Diligência	Diligência	18112716055145100 000024889071
25973 728	Apelação	Apelação	18112719290509500 000024916205
25973 738	APELAÇÃO maristela	Apelação	18112719290522400 000024916215
26170 631	Certidão	Certidão	18113014563244100 000025103858
26170 631	Intimação	Intimação	18113014563244100 000025103858
26170 631	Intimação	Intimação	18113014563244100 000025103858
26170 631	Intimação	Intimação	18113014563244100 000025103858
26170 631	Intimação	Intimação	18113014563244100 000025103858
27883 465	Contrarrazões	Contrarrazões	19012318260531600 000026725062
28102	Certidão	Certidão	19012914523515800



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 5

521			000026931435
49329 256	Certidão	Certidão	19012922341600000 000047238016
49329 260	Certidão	Certidão	19021412105100000 000047238020
49329 262	Certidão de julgamento	Certidão	19032014112000000 000047238022
49329 263	Acórdão	Acórdão	19032113362400000 000047238023
49329 264	Relatório	Relatório	19032113362400000 000047238024
49329 265	Voto do Magistrado	Voto	19032113362400000 000047238025
49329 268	Ementa	Ementa	19032113362400000 000047238028
49329 269	Ementa	Ementa	19032114493700000 000047238029
49329 271	Recurso Especial	Petição (3º Interessado)	19051716533700000 000047238031
49329 273	Certidão	Certidão	19051718075900000 000047238033
49329 276	Certidão	Certidão	19052016453300000 000047238035
49329 278	Certidão	Certidão	19052113541700000 000047238037
49329 279	Certidão	Certidão	19052212424100000 000047238038
49329 280	Certidão	Certidão	19061404031400000 000047238039
49329 283	Decisão	Decisão	19061716064700000 000047238042
49329 286	Certidão	Certidão	19062412161300000 000047238045
49329 289	Decisão	Decisão	19062412163100000 000047238048
49329 291	Agravo Interno	Agravo Interno	19072417451000000 000047238050
49329 293	Certidão	Certidão	19072515023600000 000047238052
49329 294	Certidão	Certidão	19072910004500000 000047238053
49329 295	Contrarrazões	Contrarrazões	19080710024300000 000047238054
49329 297	Certidão	Certidão	19080808463900000 000047238056
49329 299	Despacho	Despacho	19080817160300000 000047238058
49329 302	Certidão	Certidão	19080908525900000 000047238061
49329 304	Certidão	Certidão	19080909252800000 000047238063



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 6

49329 305	Certidão	Certidão	1909091812500000 000047238064
49329 306	Certidão	Certidão	1909102130440000 000047238065
49329 307	Certidão	Certidão	1911071456300000 000047238066
49329 309	07031358420178070010 em 07_11_2019 14_40_16	Certidão	1911071456300000 000047238068
49329 310	Certidão	Certidão	1911071612010000 000047238069
49343 990	Certidão	Certidão	1911071700469600 000047252122
49343 990	Certidão	Certidão	1911071700469600 000047252122
49429 713	Decisão	Decisão	19110815585962700 000047334599
49429 713	Decisão	Decisão	19110815585962700 000047334599
50679 765	Certidão	Certidão	19112518240280500 000048523776
50701 483	Cumprimento de sentença	Petição	19112609531295500 000048544312
50842 208	Decisão	Decisão	19112718243922200 000048677985
50842 208	Decisão	Decisão	19112718243922200 000048677985
50983 222	Mandado	Mandado	19120217034498700 000048812162
54436 661	Diligência	Diligência	20012609322599000 000052116952
54436 662	Anexo	Anexo	20012609322632500 000052116953
58426 191	Imissão na posse	Petição	20030518164828100 000055885117
59450 417	Decisão	Decisão	20031716293743300 000056822515
59427 056	Certidão	Certidão	20032317445285400 000056801998
60171 300	Mandado	Mandado	20033120055852300 000057462618
60171 300	Mandado	Mandado	20033120055852300 000057462618
64164 014	Ficha de inspeção judicial	Ficha de inspeção judicial	20052812083868800 000061078433
73641 629	Suspensão de imissão na posse	Petição	20100221020411900 000069573095
73641 632	Patrocínio - Maristela	Comprovante	20100221020431000 000069573098
73988 273	Decisão	Decisão	20100720421804500 000069881985
73988	Decisão	Decisão	20100720421804500



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 7

273			000069881985
81136 477	Diligência	Diligência	21011411590822300 000076338268
81450 177	Certidão	Certidão	21011915295089900 000076618563
81450 177	Intimação	Intimação	21011915295089900 000076618563
81598 976	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização	21012102273285000 000076751567
83066 411	Certidão	Certidão	21020809393250600 000078072645
83127 130	Carta	Carta	21020816515581200 000078126814
83127 130	Carta	Carta	21020816515581200 000078126814
83661 853	Petição	Petição	21021216262985500 000078606569
83854 460	Mandado	Mandado	21022613384174100 000078783644
83854 460	Mandado	Mandado	21022613384174100 000078783644
86977 392	Certidão	Certidão	21032314250288200 000081586414
86980 001	0703135-84	Certidão	21032314250297700 000081586422
95150 046	Petição	Petição	21061908525592100 000088948187
10429 2027	Diligência	Diligência	21092717333539700 000097150814
10446 7828	Certidão	Certidão	21092910240043100 000097307366
10446 7828	Certidão	Certidão	21092910240043100 000097307366
10472 4974	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização	21100102283120900 000097538315
10547 6371	Petição	Petição	21100815573424400 000098212944
10576 1861	Decisão	Decisão	21101416010623900 000098467165
10632 7937	Mandado	Mandado	21101917042449000 000098733038
10632 7937	Mandado	Mandado	21101917042449000 000098733038
10674 0752	Petição - suspensão da reintegração - ADPF no. 828 e Lei nº 14.216/2021	Petição	21102223393220800 000099344943
10674 0755	Documento - ADPF 828	Outros Documentos	21102223393234000 000099344946
10674 0756	Documento - Lei 14.2016 - remoções (1)	Outros Documentos	21102223393242300 000099344947
10674 0757	Recomendação no. 90-2021 do CNJ	Outros Documentos	21102223393249200 000099344948



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 8

10695 8098	Decisão	Decisão	21102617520532700 000099543048
10695 8098	Decisão	Decisão	21102617520532700 000099543048
10716 5048	Manifestação	Manifestação	21102719531417500 000099728343
10716 5049	0734649-46.2021.8.07.0000-1635375120969-111128-agravo de instrumento_maristela	Comprovante	21102719531451000 000099728344
10744 6528	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização	21110302260268300 000099988717
10745 9109	Petição	Petição	21110308581909800 000099999824
10729 6391	Decisão	Decisão	21110319224341300 000099847277
10729 6391	Decisão	Decisão	21110319224341300 000099847277
10784 0414	Petição	Petição	21110608432365000 000100339655
10804 8974	Decisão	Decisão	21110917022544200 000100528051
10819 9329	Pedido de suspensão	Manifestação	21111015282800800 000100661966
10820 1515	01 - NATALY	Outros Documentos	21111015282812500 000100664201
10820 1514	02 - AGATHA	Outros Documentos	21111015282823900 000100664200
10820 1513	03 - STELLA	Outros Documentos	21111015282834700 000100664199
10820 1512	04 - LAVÍNIA	Outros Documentos	21111015282845100 000100664198
10820 1511	05 - THAWAN	Outros Documentos	21111015282856800 000100664197
10820 1510	06 - GABRIEL	Outros Documentos	21111015282867100 000100664196
10820 1509	07 - JANAÍNA RG	Outros Documentos	21111015282876500 000100664195
10820 1508	08 - JANISLEIDE	Outros Documentos	21111015282888600 000100664194
10820 1506	09 - ENCAMINHAMENTO MEDIDA DE PROTEÇÃO	Outros Documentos	21111015282932300 000100664192
10820 1505	10 - FOTOS	Outros Documentos	21111015282944800 000100664191
10847 2796	Decisão	Decisão	21111221391513100 000100905213
10847 2796	Decisão	Decisão	21111221391513100 000100905213
10862 0183	Mandado	Mandado	21111717412745900 000101040768
10862 0183	Mandado	Mandado	21111717412745900 000101040768
10943	Diligência	Diligência	21112410022401500



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 9

0456			000101770598
11034 4597	Certidão	Certidão	21120219111953800 000102593562
11034 4597	Intimação	Intimação	21120219111953800 000102593562
11037 6170	Petição	Petição	21120308120152700 000102624109
11055 7755	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização	21120613262783300 000102789444
11067 7924	Ciência	Petição	21120708571753300 000102896474
11073 0088	Decisão	Decisão	21120717121875500 000102946589
11073 0088	Intimação	Intimação	21120717121875500 000102946589
11073 0088	Intimação	Intimação	21120717121875500 000102946589
11100 2702	Certidão de Disponibilização	Certidão de Disponibilização	21121002240056900 000103191493

Obs: Os documentos/decisões do processo, cujas chaves de acesso estão acima descritas, poderão ser acessados por meio do link: <https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> (ou pelo site do TJDFT: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Advogados" > item "Processo Eletrônico - PJe" > item "Autenticação de documentos"; ou também pelo site do TJDFT: "www.tjdft.jus.br" > Aba lateral direita "Cidadãos" > item "Autenticação de Documentos" > item "Processo Judicial Eletrônico - PJe [Documentos emitidos no PJe]). Em caso de impossibilidade de acesso ao Sistema PJe ou impressão da petição inicial e das decisões judiciais, poderá ser solicitada cópia no balcão deste Juízo.



Número do documento: 21121417501796600000103292591
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21121417501796600000103292591>
 Assinado eletronicamente por: CLAUDIO MARTINS VASCONCELOS - 14/12/2021 17:50:18

Num. 111115238 - Pág. 10

Anexo D- Abaixo assinado do Projeto Vida e Água para ARIS

SIGNATÁRIOS/AS do ABAIXO ASSINADO

“VIDA & ÁGUA PARA ARIS/DF”

Brasília-DF, 25 DE JUNHO DE 2020

N.º	COLETIVO – INSTITUIÇÃO – ENTIDADE – REDE – MOVIMENTO SOCIAL (Popular e Sindical)	NOME
1	Agenda Popular do Território	Benny Schvarsberg
2	Andar a pé	Benny Schvarsberg
3	Anistia Internacional - Anjos da liberdade	Ansyse Cynara Teixeira Ladeia
4	Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA) - Sócia	Clara de Assis Vale Evangelista
5	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/DF)	Sergio Antônio Gonçalves, Maria do Carmo M. Cezar, Maria Geraldina Salgado, Raquel de Carvalho Brostel
6	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/DF) - Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)	Gilberto Antônio do Nascimento, João Marcos Paes de Almeida, Marcos Helano F. Montenegro
7	Associação de Professores	Edergenio Severino Vieira
8	Associação Despertar Sabedoria no Sol Nascente	Margarida Minervina da Silva, Katia Rodrigues da Silva, Nilacir da Silva Arce
9	Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina	Simone dos Santos Macedo
10	Associação dos Feirantes do Sol Nascente	Ivone Santos da Silva
11	Associação dos Moradores da Expansão do Setor “O” (ACESO)	Brenda Mateus dos Santos
12	Associação LUDOCRIARTE (São Sebastião)	Paolo Chirola
13	Associação SOS Ribeirão Sobradinho	Heron de Sena Filho, Raimundo Pereira Barbosa
14	Auditoria Cidadã	Maria de Fatima de Lima Pinel

15	Casa de Paulo Freire (São Sebastião)	Elias Silva Araújo
16	Central de Movimentos Populares (CMP)	Thelma Regina Vieira de Mello
17	Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Distrito Federal (CUT/DF)	Ana Paula Cusinato, Henrique Rodrigues Torres, João Lemos
18	Centro de Alfabetização Recanto das Emas (CAREMAS)	Maria de Lourdes Aguiar Lima Barbosa
19	Centro de Desenvolvimento Profissional - Paranoá (CEDEP)	Luciana Soares de Holanda, Cezinon Pereira dos Santos, Juarez Alves Martins, Valdineia Paiva Teixeira
20	Centro de Educação Paulo Freire (CEPAFRE)	Anderson Natanael Silva Lima, Danielle Estrela Xavier, Edmilson de Melo e Silva
21	Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE) - Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM)	Maria Madalena Torres, Yasmim Whitney M. Benjamin
22	Centro de Preservação e conservação Ambiental (CPCAM) - Projeto da Casa da Natureza	Ivanete Silva dos Santos
23	Coletivo do Projeto de Extensão “Educação Ambiental no Parque Sucupira – Planaltina/DF”	Regina Coelly Fernandes Saraiva
24	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBHP - Paranaíba) - Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do DF (RURALTUR)	Devanir Fernandes Rodrigues
25	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)	Mauro Roberto Felizatto
26	CONAF - AMREDS - ECOAGROVILA RENASCER - CCE REPAL - Fórum da Reforma Agrária e Justiça no Campo	Rita de Cassia Borges Correa
27	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)	Cláudia Pereira Farinha
28	Economia Solidária Sol Nascente Trecho 3	Marcilio Sales Rodrigues
29	Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB - Observatório de Territórios de Esperança (TERRES)	Emilene Eustachio

30	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONAS.CBH) - Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB	CristiandreaCiciliato
31	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONAS.CBH)	João Clímaco Soares de Mendonça Filho
32	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)	João Batista dos Santos Santana
33	Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização-Fórum de Educação de Jovens e Adultos do DF (GTPA-FÓRUM EJA/DF)	Maria Luiza Pinho Pereira
34	Instituto Anjos da Liberdade	Helenice da Silva Santos
35	Instituto dos Arquitetos do Brasil/DF	BennySchvarsberg
36	Instituto Oca do Sol	ArminDeitenbach, Solange Sato Simões
37	International Rivers	Brent Millikan
38	Juventude Revolução (JR)	Thiago Alves Tereso
39	Levante Popular da Juventude	Vitoria Alexandra Pinheiro
40	Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE)	Maria Abadia Teixeira de Jesusas, Deuzani Candido Noletto
41	Movimento de Moradia do DF e Entorno (AMORA)	Cristiane Pereira dos Santos
42	Movimento de Mulheres Camponesa - Associação Brasileira de Reforma Agrária - Projeto "Quintas Urbanas" da UnB - Observatório Político da CBJP/CNBB - SINDSEP-DF	Juçara Martins Ramos
43	Movimento Negro e Sindicato dos/as Professores/as	Marta Santos da Silva Holanda Lobo
44	Movimento Negro Unificado DF e Entorno (Luziânia - Goiás)	Tiago Neto da Silva
45	Movimento Parque Três Meninas	Iolanda R. Rocha
46	Movimento Popular por Uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM) - Grupo Consciência - FE/UnB	Gilberto Ribeiro do Nascimento
47	Observatório Urbano	Expedito Afonso Veloso

48	Partido dos Trabalhadores - Secretaria de Mulheres	Maria Laura Sales Pinheiro
49	Partido dos Trabalhadores (PT)	Reinaldo Bering Severino
50	Partido dos Trabalhadores (PT) - Cidade Ocidental -Vereadora	Kedma Karen da Silva Pinho
51	Prefeitura Comunitária do Sol Nascente Trecho 3	José Valmir dos Santos
52	Projeto "O Grito Social das Águas" UnB	Adauto Santos do Espírito Santo
53	Projeto Família Nova Esperança	Marleane Cordeiro Ferreira
54	Rede Urbana de Mobilização Sociocultural (RUMOS)	Antonio Francisco Sousa da Silva, Odair Firmino de Sousa
55	Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência (SERPAJUS) – Novo Gama	Luiz Alves da Silva
56	SINDÁGUA/DF	Alberto Jorge da Rocha Silva
57	Sindicato dos Professores de Estabelecimentos Privados do DF (SINPROEP/DF)	Trajanio Jardim
58	Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF (SINDSASC)	Clayton de Souza Avelar
59	Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF (SINDSEP-DF)	Oton Pereira Neves
60	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal (SINDÁGUA/DF)	Fernanda Fernandes
61	Sindicato dos/as Professores/as (SINPRO) - ASAGUAS	Jair Gonçalves da Silva
62	Território Indígena Recanto dos Encantados	Alcyjara Andreia Cruz de Lacerda
63	Núcleo de Pesquisas em Habitação - CEAM	Cristiane Guinancio
64	UnB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Professor	BennySchvarsberg
65	UnB - Faculdade de Direito - Professor	Alexandre Bernardino Costa
66	UnB – Faculdade de Tecnologia – Engenharia Ambiental	Ariuska Karla Barbosa Amorim

67	UnB – Faculdade de Tecnologia – Engenharia Ambiental - Professor	Ricardo TeziniMinoti
68	UnB - Faculdade UnB Planaltina (FUP) – Educação Ambiental - Professora	Regina Coelly Fernandes Saraiva
69	UnB – Instituto de Ciência Humanas (ICH) – Departamento de Geografia (Professora) - Observatório de Territórios de Esperança (TERRES)	Marli Sales
70	UnB – Instituto de Ciências Humanas (ICH) – Departamento de Serviço Social (Professor) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB - Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "Quintas Urbanas" UnB – CEAM – Núcleo de Pesquisas em Habitação - NPH Projeto “Vida & Água para ARIS/DF”	Perci Coelho de Souza
71	UnB – Instituto de Ciências Sociais (ICS) - Departamento de Sociologia (Professora) - Projeto "Quintas Urbanas" UnB	Christiane Machado Coelho
72	Universidade de Brasília (UnB) (doutoranda e servidora)	Simone Farias Fonseca
73	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	Maria José Antunes da Silva
74	Universidade Holística Internacional da Paz (UNIPAZ)	Regina Stella Quintas Fittipaldi

SIGNATÁRIOS/AS INDIVIDUAIS	
	Alba Evangelista Ramos
	Elizabeth Neves
	Inocência Alves de Sousa
	Joselma Silva Sousa
	Larissa Figueiredo das Neves
	Monica Mafra Martins
	Paula Maria Barbosa
	Paulo Henrique Queiroz Boeze
	Rosemeire do Carmo Rodrigues

EQUIPE DO PROJETO“VIDA & ÁGUA PARA ARIS/DF”		
N.º	INSTITUIÇÕES	NOME
1	UnB – Instituto de Ciências Humanas (ICH) – Departamento de Serviço Social (Professor) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB - Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "Quintas Urbanas" UnB – CEAM Núcleo de Pesquisas em Habitação - NPH Projeto “Vida & Água para ARIS/DF”	Perci Coelho de Souza
2	AMORA - Movimento de Moradia Popular do DF e entorno	Cristiane Pereira dos Santos
3	Fundação mais Cerrado e/ou CBH-PARANAÍBA-DF	Denise Paiva Augustinho
4	Faculdade de Ceilândia - Saúde Coletiva – FCE/SC	Josenaide Engracia dos Santos
5	UnB – Faculdade Ciências da Saúde – Saúde Coletiva	Muna Muhammad Odeh
6	UnB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Benny Schvarsberg
7	UnB - Faculdade de Direito – Direito Achado na Rua	Alexandre Bernardino Costa
8	UnB – Faculdade de Educação – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização-Fórum de Educação de Jovens e Adultos do DF (GTPA-FÓRUM EJA/DF)	Maria Luiza Pinho Pereira
9	UnB – Faculdade de Tecnologia – Engenharia Ambiental	Ariuska Karla Barbosa Amorim, Ricardo TeziniMinoti
10	UnB – Faculdade UnB de Ceilândia (FCE) Departamento de Saúde Coletiva	Patrícia de Souza Rezende Anderle
11	UnB - Faculdade UnB Planaltina (FUP) – Educação Ambiental – Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros	Regina Coelly Fernandes Saraiva
12	UnB – Instituto de Ciência Humanas (ICH) – Departamento de Geografia - Observatório de Territórios de Esperança (TERRES)	Marli Sales

13	UnB – Instituto de Ciências Sociais – ICS – Departamento de Sociologia	Christiane Machado Coelho
14	Anistia Internacional - Anjos da liberdade	Ansyse Cynara Teixeira Ladeia
15	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/DF)	Sérgio Gonçalves
16	Associação dos Moradores da Expansão do Setor "O" (ACESO)	Brenda Mateus dos Santos Anderson Natanael Silva Lima
17	Associação SOS Ribeirão Sobradinho	Heron Sena
18	Central de Movimentos Populares (CMP)	Thelma Regina Vieira de Mello
19	Centro de Desenvolvimento Profissional - Paranoá (CEDEP)	Cezinon Pereira dos Santos Juarez Alves Martins Leila Maria de Jesus
20	Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE) - Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM)	Maria Madalena Torres
21	Centro de Preservação e conservação Ambiental (CPCAM) - Projeto da Casa da Natureza	Ivanete Silva dos Santos
22	Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB - Observatório de Territórios de Esperança (TERRES)	Emilene Eustachio
23	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONAS.CBH) - Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA/DF) - Projeto "O Grito Social das Águas" UnB	Cristiandrea Ciciliato
24	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONAS.CBH)	João Clímaco de Mendonça Soares
25	Instituto Oca do Sol	Maria Consolacion F. V. Udry Solange Sato Simões
26	Movimento Popular por Uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM) - Grupo Consciência - FE/UnB	Gilberto Ribeiro do Nascimento
27	Projeto "O Grito Social das Águas" UnB	Adauto Santos do Espírito Santo Igor Pontes
28	Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF (SINDSEP-DF)	Oton Pereira Neves

29	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Distrito Federal (SINDÁGUA/DF)	Fernanda da Silva Fernandes
30	Território Indígena Recanto dos Encantados	Alcyjara Andreia Cruz de Lacerda
31	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Maria José Antunes da Silva
32	Universidade Holística Internacional da Paz (UNIPAZ)	Regina Stella Quintas Fittipaldi